



# **UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS DO SERTÃO**

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

**Delmiro Gouveia/AL**

**2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO  
DE PEDAGOGIA**

Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia,  
reformulado com o objetivo da sua oferta pela  
Universidade Federal de Alagoas - Campus do  
Sertão, no contexto da sua política de expansão.

**Delmiro Gouveia/AL**

**2018**

## **EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO**

PROFA. MSC EDIMÉA NUNES SENA SANTIAGO  
PROFA. MSC. ELZA MARIA DA SILVA  
PROFA. MSC. IRAILDE CORREIA DE SOUZA OLIVEIRA  
PROFA. DRA. MARIA DAS GRAÇAS MEDEIROS TAVARES

## **COMISSÃO DE REVISÃO DO PROJETO<sup>1</sup>**

PROFA. DRA. ANA CRISTINA CONCEIÇÃO SANTOS  
PROF. ESP. ADEILSON DA SILVA ALVES  
PROFA. MSC ADRIANA DEODATO COSTA  
PROFA. MSC ANA MARIA DOS SANTOS  
PROFA. DRA. ANA PAULA SOLINO BASTOS  
PROFA. DRA. CARLA TACIANE FIGUEIREDO  
PROF. MSC. CARLOS EDUARDO MÜLLER  
PROF. MSC. CRISTIANO DAS NEVES VILELA  
PROF. DR. DENSON ANDRÉ PEREIRA DA SILVA  
PROF. MSC. GERCINALDO MOURA  
PROF. DR. JOSÉ IVAMILSON SILVA BARBALHO  
PROF. MSC. LEÔNIDAS MARQUES  
PROFA. DRA. LILIAN KELLY DE ALMEIDA FIGUEIREDO VOSS  
PROFA. DRA. MARILZA PAVEZI  
PROF. DR. MARCOS RICARDO DE LIMA  
PROFA. MSC. MÔNICA REGINA NASCIMENTO DOS SANTOS  
PROF. MSC. NOELIA RODRIGUES DOS SANTOS  
PROF. DR. RODRIGO PEREIRA  
PROFA. DRA. SUZANA SANTOS LIBARDI  
LIDIANE DA SILVA - TÉCNICA ASSUNTOS EDUCACIONAIS

## **COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DE PEDAGOGIA (2017-2019)**

### **TITULARES:**

ANA CRISTINA CONCEIÇÃO SANTOS – DOCENTE/COORDENADORA DO CURSO  
ADRIANA DEODATO COSTA – DOCENTE/VICE COORDENADORA DO CURSO  
LILIAN KELLY FIGUEREDO VOSS – DOCENTE  
RODRIGO PEREIRA – DOCENTE  
SUZANA SANTOS LIBARDI – DOCENTE  
MARCEL GARRIDO - TÉCNICO  
MILENA FEITOZA MARQUES – ESTUDANTE

### **SUPLENTES:**

CARLA TACIANE FIGUEIREDO – DOCENTE  
CRISTIANO DAS NEVES VILELA – DOCENTE  
MARIA APARECIDA SILVA – DOCENTE

---

<sup>1</sup> Agradecemos as professoras substitutas, que estavam lecionando no curso de Pedagogia na época da reformulação deste documento, pelas importantes contribuições.

MARCOS RICARDO DE LIMA – DOCENTE  
NOELIA RODRIGUES DOS SANTOS – DOCENTE  
LIDIANE SILVA – TÉCNICA  
EDIVANIA DE SOUZA SANTOS – ESTUDANTE

### **MEMBROS DO NDE**

ANA CRISTINA CONCEIÇÃO SANTOS  
ADRIANA DEODATO COSTA  
CRISTIANO DAS NEVES VILELA  
MONICA REGINA NASCIMENTO DOS SANTOS  
RODRIGO PEREIRA  
SUZANA SANTOS LIBARDI – COLABORADORA

### **ATUAÇÃO DA COORDENADORA**

A Coordenadora do Curso de Pedagogia da UFAL/Campus do Sertão, prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ana Cristina Conceição Santos, é professora Adjunta II. Foi eleita pelo Colegiado de Pedagogia para Coordenar o Curso, na reunião de colegiado do dia 24 de agosto de 2017, sendo nomeada para cargo pela Portaria, número 2032 de 06 de novembro de 2017 para um mandato de dois anos. Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com Especialização em Gestão Educacional pela UNIFACS, Mestra em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Desde fevereiro de 2010, faz parte do corpo docente da UFAL Campus do Sertão. Dentre as atribuições da coordenação está: coordenar o Colegiado do Curso, organizar os horários das disciplinas, atender as demandas estudantis e dos/das professores/as, representar o colegiado no fórum dos coordenadores e demais instâncias da UFAL. Além das funções de coordenação, leciona as disciplinas: Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar; Organização e Gestão dos Processos Educativos; Estágio Supervisionado I; Educação e Direitos Humanos; é pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidade e Educação no Sertão Alagoano (NUDES) e também coordena o Observatório das Diversidades Étnico-racial, Gênero e Sexualidades (PIBIC/NUDES/UFAL).

## SUMÁRIO

<b>ATUAÇÃO DA COORDENADORA</b> .....	4
INTRODUÇÃO .....	4
1. APRESENTAÇÃO .....	9
1.1 Contextualização.....	9
1.2 Realidade regional .....	18
1.3 Justificativa: .....	25
1.4 Histórico do curso .....	26
2. CONCEPÇÃO DO CURSO.....	27
2.1 Dados de identificação do curso .....	27
2.2 Objetivos.....	28
2.3 Perfil e competência profissional da/do egressa/o .....	28
3. ADMINISTRAÇÃOACADÊMICA .....	31
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	34
4.1 Matriz e proposta curricular.....	35
4.1.1 Matriz curricular.....	41
4.1.2 Proposta curricular .....	46
4.2 Integração entre ensino, pesquisa e extensão.....	98
5. METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM .....	100
6. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	101
7. USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM .....	104
8. OUTRAS AVALIAÇÕES .....	105
9. APOIO A/AOS DISCENTES .....	106
10. INFRAESTRUTURA .....	108
11. REFERÊNCIAS: .....	109

12. ANEXOS .....	111
13. APÊNDICES .....	112

## **INTRODUÇÃO**

O Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia (PPC) é um documento público que tem por finalidade apresentar a forma organizacional e estrutural desse curso. O PPC-Pedagogia foi construído a partir de discussões e debates acerca de seus princípios, objetivos e metas, bem como da atenção ao cumprimento da legislação nacional e institucional como norteadora e materializadora do Projeto.

A forma de construção do PPC-Pedagogia se deu coletivamente e se concretizou com a mediação organizativa do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado do Curso, o qual direcionou as ações e possibilitou a efetivação de muitas das práticas organizativas em seu processo. Assim, como o próprio Centro Acadêmico do Curso, o qual também participou nos dando a perspectiva das/dos discentes, seus problemas reais e suas ideias concernentes ao melhoramento do curso.

É importante afirmar que este PPC tem fundamentos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Em ambos firmamos a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, expandindo o conhecimento no processo ensino-aprendizagem à sua dimensão investigativa, abrindo-o ao meio externo (PDI, 2017, p. 34). Sua característica significativa consiste na consolidação de uma articulação, mesmo não absoluta, entre os campos de saberes e as atividades desenvolvidas pelas/os docentes e discentes, primando pela melhoria da região do semiárido alagoano.

Além dos princípios acima, o PPP-Pedagogia também busca atrelar-se à legalidade do Ensino Superior, se organizando a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais que preza pela formação intelectual, científica, técnica e pedagógica das/dos discentes, seguindo as normatizações mais recentes, constantes na Resolução CNE/CP N° 2, de 1° de julho de 2015.

O curso de Pedagogia é ofertado apenas no horário matutino e se consolida a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, bem como todas as outras legislações exigidas pelo Ministério da Educação (MEC) e Conselho Nacional de Educação (CNE), a saber, obedecendo a carga horária total de 3478 horas com integralização de 04 (quatro) anos, distribuídos no mínimo em 08 (oito) a no máximo 12 (doze) semestres, conforme apresentado em seu ordenamento curricular.

Ainda obedecendo às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira, Africana e Indígena, o curso de Pedagogia dispõe de componentes curriculares nessas áreas, especificamente nos

processos de valorização e afirmação das etnias e culturas presentes na realidade brasileira, assim como na área dos Direitos Humanos, prezando pelo regulamentado no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012, os quais prezam pela articulação entre os práticas pedagógicas à dignidade humana, valorização das diversidades, igualdades de direitos e sustentabilidade; além da afirmação de valores, atitudes e práticas que expressem a cultura dos direitos humanos. No que tange à Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o curso prima pela possibilidade de atendimentos pedagógico às crianças autistas, de modo a levar a/o egressa/o a uma compreensão de sua situação e peculiaridades. Com relação ao atendimento de discentes com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, incluso no instrumento de avaliação dos cursos de graduação do INEP de junho de 2015, a Universidade Federal de Alagoas, nesse momento fomenta estudos e debates no intuito de constituir uma política institucional que explicita ações neste âmbito e que fundamente os cursos de graduação desta instituição em metodologias e ações atitudinais que visem a inclusão de pessoas com este transtorno. As/os discentes com transtorno do espectro autista também são atendidos pelo NAE.

O curso também prioriza a acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, na Lei N° 13.146/2015, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003. A UFAL possui um Núcleo de Acessibilidade – NAC, criado em outubro de 2013, no campus sede, dando cumprimento ao disposto no Art. 5º, § 2º, inciso VII do Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, o qual estabelece, entre as ações a receberem apoio técnico e financeiro da União, a fim de ampliar a oferta de atendimento educacional especializado, a “estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior”.

O direito educacional das pessoas com deficiência no Brasil foi reforçado com a promulgação da Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 - LBI, que tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), tendo incorporando seu conteúdo na íntegra. Esta convenção foi elaborada e proposta pelos Estados Partes da ONU com o propósito de assegurar equitativamente o exercício pleno de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais às pessoas com deficiência, a fim de promover o respeito à sua dignidade. Esta é a primeira convenção internacional que adquire força de



emenda constitucional nos termos do § 3º do artigo 5º da CF 1988<sup>2</sup>.

Em seu Art. 28 incisos XIII e XIV, a LBI apresenta ações de responsabilidade do poder público para com a efetivação da inclusão educacional das pessoas com deficiência no Ensino Superior:

- XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;
  - XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;
- (BRASIL, 2015)

Considerando que a Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão está constituindo o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) contamos com o apoio do NAC instituído no Campus A. C. Simões e o mesmo possuem ações que visam garantir os direitos educacionais das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotação vem sendo desenvolvidas por diversos órgãos institucionais a partir das especificidades de suas atribuições, como: Pró-reitoria Estudantil – PROEST; Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD; Departamento de Registro e Controle Acadêmico – DCRCA; com ênfase às ações desenvolvidas pelo Núcleo de Assistência ao Estudante – NAE. O NAE atua com uma equipe multiprofissional que conta com assistente social, psicóloga entre outros.

A estrutura física da UFAL – Campus do Sertão atende às exigências de acessibilidade arquitetônica, e vem atuando no sentido de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, quais sejam a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação. A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atentar para o art. 59 da Lei 9394/96, que afirma: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”.

Para tal atendimento, a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado as/aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotação sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas garantir o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico de forma a assegurar sua permanência com sucesso.

Quanto ao ensino de Libras, de acordo com o Artigo 3º e seus incisos do Decreto nº

---

<sup>2</sup> § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais (BRASIL, 1988).

5.626, de 22 de dezembro de 2005, o componente curricular Libras é obrigatório em todos os cursos de formação de professoras/es do país, incluindo o curso de Pedagogia. Nos demais cursos de graduação, a disciplina Libras é ofertada como eletiva. No curso de Pedagogia ele busca não apenas ensinar a língua dos surdos, como também possibilitar formas de valorização e inclusão desses sujeitos na realidade e nos processos pedagógicos.

Sobre políticas de educação ambiental, o curso se fundamenta na Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental – Resolução CNE/CP Nº 2/2012. Portanto considera a historicidade da luta pela valorização das questões ambientais entendendo que desde os anos de 1970, estamos envolvidos em transformações sem precedentes nas esferas econômica, política, sociocultural e ambiental. Essas transformações, configuradas pela reestruturação produtiva do processo capitalista, encerradas no pensamento neoliberal e do processo de globalização, desestruturam conquistas sociais importantes e tornam ainda mais evidentes quão frágeis são a economia, a política e a organização social da maioria dos estados nacionais do Planeta.

Outra questão importante presente no curso de Pedagogia é a atenção com as/os estudantes adventistas PARECER CNE/CES Nº: 224/2006, primando pela não privação delas/deles em manifestar sua religiosidade. Por isso, o curso, possibilita a inserção dessas/desses alunas/os nas atividades pedagógicas, considerando a sua não participação presencial aos sábados letivos. Uma das medidas de assegurar esse direito é o direcionamento de atividades avaliativas para horários diversos, além de atividades de acompanhamento dos componentes curriculares.

Diante de todas as questões expostas acima, afere-se que o curso de Pedagogia do Campus do Sertão vem consolidar sua ação político-pedagógica através desse PPC, cuja importância é presente nas palavras de Veiga (2004, p. 25), para quem:

O projeto político-pedagógico é mais do que uma formalidade instituída: é uma reflexão sobre a educação superior, sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, a produção e a socialização dos conhecimentos, sobre o aluno e o professor e a prática pedagógica que se realiza na universidade. O projeto político-pedagógico é uma aproximação maior entre o que se institui e o que se transforma em instituinte. Assim, a articulação do instituído com o instituinte possibilita a ampliação dos saberes.

Portanto, a contribuição desse documento é possibilitar, institucionalmente, as ações que garantam a qualificação mais ampla e integral das/dos discentes em sua formação inicial e o planejamento articulado e participativos das/dos docentes e discentes que compoem o curso de Pedagogia.

## DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Mantenedora: **Ministério da Educação (MEC)**  
Município-Sede: **Brasília - Distrito Federal (DF)**  
CNPJ: **00.394.445/0188-17**  
Dependência: **Administrativa Federal**

Mantida: **Universidade Federal de Alagoas (UFAL)**  
Código: **577**  
Município-Sede: **Maceió**  
Estado: **Alagoas**  
Endereço do Campus sede:  
**Campus A. C. Simões – Cidade Universitária Maceió /AL**  
**Rodovia BR 101, Km 14 CEP: 57.072 - 970**  
Fone: **(82) 3214 - 1100 (Central)**  
Portal eletrônico: **www.ufal.edu.br**

Curso: **Pedagogia**  
Código do curso: **1151166**  
Autorização: **nº 46/2009 CONSUNI/UFAL de 06 de julho de 2009**  
Reconhecimento: **PORTARIA No - 71, de 29 de janeiro de 2015, publicação nº 21, sexta-feira, 30 de janeiro de 2015**  
Modalidade: **Licenciatura, presencial**  
Título oferecido: **Licenciada/o em Pedagogia**  
Nome da Mantida: **Universidade Federal de Alagoas (UFAL)**  
Campus: **Sertão**  
Município-Sede: **Delmiro Gouveia**  
Estado: **Alagoas**  
Região: **Nordeste**  
Endereço de funcionamento do curso:  
**Rodovia AL 145, Km 3, nº 3849 – Cidade Universitária**  
**CEP: 57480-000 Delmiro Gouveia/AL**  
**Tel: (82) 3214-1919**  
Portal eletrônico do curso: **http://www.ufal.edu.br/sertao/graduacao/pedagogia**

Coordenadora do Curso:  
Nome: **Ana Cristina Conceição Santos**  
Formação acadêmica: **Doutorado em Educação**  
Titulação: **Doutora em Educação**  
Regime de trabalho: **D.E**

## 1. APRESENTAÇÃO

O objetivo desse documento é apresentar a proposta pedagógica do Curso de Pedagogia do Campus do Sertão da UFAL. Nesse sentido, busca-se através dele, expor a forma organizacional de seu funcionamento conforme suas bases legais e as discussões e deliberações coletivas dos segmentos integrantes do Curso.

Portanto, apresenta-se a contextualização do Curso de Pedagogia, com a intenção de aprofundar a compreensão de seus sentidos e relevância para a região do semiárido alagoano. Também será exposta a história do próprio Campus do Sertão, abordando o processo de sua constituição história e institucional.

Em seguida, apresentamos o perfil das/dos egressas/os, os objetivos e metas do Curso, sua estrutura organizacional quanto à disposição dos componentes curriculares, bem como à forma de funcionamento da vida acadêmica dos discentes durante sua formação inicial.

### 1.1 Contextualização

A Universidade Federal de Alagoas, localizada na Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro dos Martins, CEP: 57.072-900, Maceió/AL, Campus A. C. Simões, foi fundada em 1961, pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro. Atualmente, ela possui dois Campi, quais sejam, o Campus Arapiraca e suas unidades em Viçosa, Penedo e Palmeira dos Índios e Campus do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia, e unidade em Santana do Ipanema. Tem como base legal, além da Lei supracitada, seu Regimento Interno e Estatuto, cujas finalidades são assegurar seu funcionamento normativo. Foi criada a partir da Lei nº 3867 de 25 de janeiro de 1961 e atualmente possui cerca de 26 mil alunas/os matriculadas/os nos 84 cursos de graduação, distribuídos em 23 Unidades Acadêmicas, na capital (53), e nos campi de Arapiraca (19) e do Sertão (8). Na modalidade de pós-graduação, são 39 programas *strictu sensu* oferecidos, sendo 30 mestrados e nove doutorados, que contam com 2.312 alunas/os, e 13 especializações. Em Educação a Distância, há quatro mil graduandas/os. Com relação ao quadro de pessoal, são 1.698 servidores técnico-administrativos e 1.394 docentes, dos quais 690 são doutoras/es<sup>3</sup>. A estrutura organizacional da UFAL conta com o Conselho Unversitário (CONSUNI), o Conselho dos Curadores(CURA), a Reitoria e as pró-Reitorias de Extensão, de Graduação, de Pesquisa e

---

<sup>3</sup> Fonte: [www.ufal.br](http://www.ufal.br).

Pós-Graduação, Estudantil, de Gestão de Pessoas e do Trabalho e de Gestão Institucional, órgãos de apoio: a) **Acadêmicos:** o Biotério Central foi fundado em 07 de Maio de 1990 pela Resolução nº 014/90 do Conselho Superior Universitário – Consuni, uma Biblioteca Central e sete setorias, além das pertinentes aos Campi, a Coordenadoria Institucional de Educação à Distância (CIED), a Editora Universitária (EDUFAL), o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), o Núcleo de Acessibilidade, Restaurante Universitário e Hospital Universitário; b) **Administrativo:** Auditoria Geral - AG, Departamento de Administração de Pessoal – DAP, Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF, Departamento de Registro e Controle Acadêmico - DRCA, Núcleo Executivo de Processos Seletivos – NEPS, Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI, Superintendência de Infraestrutura - Sinfra; e de c) **Assessoramento:** Assessoria de Comunicação - Ascom, Assessoria de Educação em Direitos Humanos e Segurança Pública - AEDHSP, Assessoria e Intercâmbio Internacional - ASI, Procuradoria Educacional Institucional - PEI, Procuradoria Geral Federal da Ufal - PGF, Ouvidoria Geral - OG, Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores - SECS.

A UFAL tem como missão produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, a justiça social, o desenvolvimento humano e o bem comum. Seu objetivo é tornar-se referência nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, firmando-se como suporte de excelência para as demandas da sociedade, principalmente da sociedade alagoana.

Essa demanda específica em torno de Alagoas se dá pelos índices socioeconômicos e educacionais do estado, cuja expressão é preocupante uma vez que representa o descompasso significativo em relação a outros estados brasileiros, pois, expõe, lamentavelmente, processos de desigualdade e pobreza.

Conforme dados encontrados do MEC, a economia alagoana tem sido tradicionalmente baseada na agricultura, tendo como principal produto a cana-de-açúcar. O setor industrial é constituído por usinas açucareiras, fábricas de beneficiamento de algodão e sisal e fábricas de tecidos, apresentando desenvolvimento relativamente pequeno. A indústria açucareira alagoana existe desde o início do século XX, com várias plantas industriais já instaladas em 1932. A indústria têxtil também se destacou naquela época, mas perdeu competitividade nos anos 50. Nos anos 70, o Proálcool, e os investimentos dele decorrentes, foram elementos impulsionadores da economia estadual. Nos anos 80, na esteira do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), importante volume de investimentos direcionados à exploração de recursos naturais foram aplicados no Estado.

Esses investimentos viabilizaram o complexo cloro-álcool-químico de Maceió, dando novo impulso à economia alagoana. Nas fases de implantação e expansão do Proálcool, as usinas se mantiveram e ocorreu o crescimento no número de destilarias, colocando o Estado na posição de segundo maior produtor de açúcar e álcool do país. A indústria de transformação foi beneficiada com a criação de várias atividades. Nos anos 90, com a forte redução dos incentivos, o setor entrou em estagnação e as dificuldades decorrentes da crise do setor sucroalcooleiro somou-se a não concretização das expectativas relativas ao pólo cloro-álcool-químico; do projeto sobreviveu apenas a empresa Trikem, ex-Salgema S.A. Entretanto, a despeito da crise do setor e dos esforços para diversificação econômica, a economia alagoana continua girando em torno da cultura canavieira. Alagoas é o maior produtor de cana-de-açúcar do Nordeste. Sua economia auxiliada muito mais pelo Estado do que pela livre concorrência nos parâmetros capitalistas, não possibilita mudanças dentro das contradições do Sistema, de modo que haja alguma forma de desenvolvimento mesmo nos limites dele. Assim, é comum a realidade alagoana apresentar traços do ruralismo urbano, fomentando relações próprias do patronato usineiro, configurada no patrimonialismo, famulagem, familismo etc (VERÇOSA, 2006). Para a educação, essa realidade traz o grande desafio de possibilitar processos democráticos, nos quais as/os estudantes se reconheçam sujeitos históricos e culturais. Portanto, na realidade do semiárido alagoano, cuja relações econômicas giram em torno muito mais das atividades engendradas pelo Estado por meio das prefeituras, dos pequenos agricultores e comerciantes (lojas, serviços e feiras), além do traço acima mencionado, vive-se sob o estigma injusto da seca. Muitos estudos tem apontado as consequências negativas do estigma da seca tanto para os nordestinos que vivem no semiárido, como para o próprio país. Dentre eles, há apontamentos da ideia de que a seca é um problema com pouca ou nenhuma solução, o que desencadeia preconceitos quanto à situação da região e dos próprios sertanejos, ao mesmo tempo em que isenta o Estado de ações para além do assistencialismo. É nesse contexto que a Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão, vem se afirmar com o objetivos e metas relacionados ao desenvolvimento da região sertaneja, articulando, no caso do curso de Pedagogia, a necessária valorização da região através também da contextualização dos conhecimentos científicos na area de educação aos problemas, características e necessidades da região.

O Campus do Sertão da UFAL, inaugurado em 15 de março de 2010, possui cerca de 1200 estudantes, 60 professoras/es e 29 técnicas/os. Integra os curso de graduação em Engenharia Civil, Engenharia da Produção, Letras, Pedagogia, História e Geografia, com a Unidade de Santana do Ipanema dispondendo dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências

Econômicas.

Os objetivos e metas do Campus do Sertão se articulam aos objetivos e metas, conforme Plano de Desenvolvimento Institucional (2013-2017):

### **Perspectiva 1 – UFAL e Formação**

#### **Objetivos:**

Relacionar-se com a educação básica; Aprimorar a oferta da educação superior com interrelação e qualidade; Proporcionar formação contemporânea: flexível e adaptável; Ampliar o acesso à educação superior.

#### **Metas:**

Ampliação em 40% da oferta da UFAL para cursos de pós-graduação strictu sensu; Estabelecimento anual de 2 programas de MINTER ou DINTER; manter o fluxo anual de oferta de 15 cursos de pós-graduação lato sensu; Atendimento de 100% das demandas qualificadas de bolsas PIBIC e PIBIT, via captação de bolsas de agências de fomento e geração de cotas institucionais; Ampliação em 100% das cotas institucionais de bolsas Pibic, Pibic-Ações Afirmativas e Pibit; Implementação e ampliação em 10% das bolsas Pibic-EM; Divulgação de 100% das chamadas públicas para o Programa Ciências Sem Fronteiras; Atendimento de 100% das demandas de candidatos e bolsistas do Programa Ciências Sem Fronteiras; Homologação de 100% das inscrições no Programa Ciências Sem Fronteira; Oferta de novos cursos na modalidade a distância para atender a demanda de formação de professores da rede estadual e municipal; Implantação do Observatório da Educação Básica; Atuação nos Fóruns Estadual e Municipal de Educação; Fortalecimento do Fórum das Licenciaturas da UFAL; Estruturação e operacionalização da Comissão de Preparação de Itens para o ENEM; Reestruturação do Programa Conexões Saberes; Implantação da Feira de Cursos da UFAL; Implantação do Projeto Indo e Vindo: Escolas no Campus e Campus na Escola, por meio de agendamentos e visitas, realização do Congresso Acadêmico da UFAL fora do Campus e fortalecimento dos programas Escola Aberta e Segundo Tempo do Governo Federal; Reconhecimento dos 8 (oito) novos cursos de graduação implantados através do REUNI; Ampliação de bolsas para garantir a oferta em cursos novos; Ampliação de projetos que suportem a melhoria dos cursos e a operacionalização dos projetos pedagógicos como ou semelhantes aos do PET, Monitorias, Pibid e Pró-Saúde, seja por adesão nacional ou por criação institucional; Ampliação da mobilidade docente, discente e técnica intra UFAL e interinstitucional; Ampliação da oferta acadêmica da UFAL na

modalidade a distância; Produção de material com uso de TICs em disciplinas de alto índice de retenção; Inclusão dos PPC's das licenciaturas nas temáticas cultura afro-brasileira e educação ambiental; Inclusão da Extensão como componente curricular obrigatório; Ampliação do sistema de cotas da UFAL dos atuais 20% para 50% em três anos; Ampliação em 10% do Programa Pibip-Ação; Criação do Sistema de Tutoria nos semestres letivos do início dos cursos de graduação; Implantação do Curso de Medicina no Campus Arapiraca, com 60 vagas; Ampliação do Curso de Medicina no Campus A. C. Simões em 20 vagas; Implantação do Campus do Litoral, em Porto Calvo; Consolidação da expansão da UFAL através da criação de novos cursos por demanda induzida, conforme apontado no planejamento das Unidades Acadêmicas e nos Campi Fora de Sede, com vistas a adensar atividades acadêmicas, em função da concessão, pela SESU/MEC, de novos docentes, técnicos e infraestrutura adequada; Apoio às empresas Junior para maior integração com a prática dos cursos, bem como o fortalecimento dos processos de melhoria contínua de gestão da UFAL como campo de prática profissional.

## **Perspectiva 2 – UFAL e Conhecimento**

### **Objetivos Estratégicos:**

Desenvolver, expandir e consolidar áreas de conhecimento; Identificar potencialidades e estabelecer demandas induzidas; Fomentar a inovação e o empreendedorismo.

### **Metas:**

Divulgação em 100% das chamadas internas relativas às pós-graduações; Divulgação em 100% das chamadas de agências de fomento nas quais se detecte aderência; Disponibilização anual de 15 bolsas de Pós-Graduação para atender o PRODEP; Atendimento de 100% do número de grupos de pesquisa qualificados para inserção e certificação no DGP do CNPq; Ampliação em 10% o número de grupos de pesquisa qualificados para inserção e certificação no DPG do CNPq; Implantação de pelo menos uma disciplina eletiva de empreendedorismo na graduação e de uma compartilhada na pós-graduação; Criação de um Escritório de Incubação de empresas em cada Campus e Unidade de Educacional da UFAL, composto por um docente, um técnico administrativo e um bolsista; Divulgação do processo de incubação através de um seminário/palestra por semestre, em cada Campus e Unidade Educacional; Lançamento de um edital de incubação de empresas a cada ano de parcerias com empresas; Elaboração e divulgação do Catálogo de Tecnologias da UFAL, com atualização semestral; Implantação do Regimento Geral da



Pós-Graduação; Revisão dos Regimentos dos Programas de Pós-Graduação; Definição da Política de Afastamento para Pós-Doutoramento; Implementação da divulgação institucional trilingue no Portal da UFAL; Reserva de 3% das vagas da Residência Universitária para acolhimento de estudantes em Mobilidade Nacional e Internacional; Atendimento da meta de 70% de docentes efetivos com título de doutor até 2017; Lançamento de um edital específico para inserção de mestres na pesquisa.

### **Perspectiva 3 – UFAL e Sociedade**

#### **Objetivos Estratégicos:**

Contribuir com o desenvolvimento do Estado: competências, parcerias, intervenções; Intensificar as interfaces: saberes, uma nova cultura política, presença interna e externa; Valorizar a cultura local/regional.

#### **Metas:**

Viabilização da aplicação da prova nacional de seleção do Programa Jovens Talentos para a Ciência, da Capes; Implantação de 100% das bolsas aprovadas no Programa Jovens Talentos para a Ciência, da Capes; Capacitação de gestores públicos pelo Programa Nacional de Administração Pública (PNAP); Criação de um banco de pareceristas e consultores para atuação em atividades esporádicas; Capacitação em tecnologia da informação no Programa de Inclusão Digital da UFAL; Assessoria ao Governo do Estado de Alagoas na implantação de novos Pólos Tecnológicos; Incentivo à criação de novas Empresas Júnior, em especial nos Campi Fora de Sede; Ampliação dos convênios e da oferta de estágios para estudantes de graduação, inclusive na própria UFAL; Aumento em 10% do número de convênios firmados com outras Instituições de Educação Superior (IES); Reestruturação do Congresso Acadêmico; Realização de duas Bienais do Livro; Ampliação em 10% ao ano dos Cursos de Férias; Instalação de um novo complexo esportivo; Revitalização dos equipamentos culturais; Implantação de uma Política de Cultura da UFAL; Consolidação dos calendários de evento e, cultural da UFAL; Estímulo às ações relacionadas aos Núcleos Temáticos da UFAL; Renovação de 100% dos instrumentos da orquestra;

### **Perspectiva 4 – Desenvolvimento Acadêmico**

#### **Objetivos Estratégicos:**

Internacionalizar a atividade acadêmica: temas, interfaces, produção, formação; Ampliar e aperfeiçoar a mobilidade intra e interinstitucional; Inovar e implantar novos modelos: de gestão, de produção de material didático e de produção científica e de avaliação

acadêmica; Promover a melhoria da qualidade do fazer acadêmico: produção dos materiais didáticos, taxa de sucesso, condições de permanência (corpo social), acessibilidade, inclusão e inserção

### **Metas:**

Acreditação de 10% dos cursos de graduação; Ampliação da oferta de disciplinas de línguas estrangeiras para alunos da UFAL; Implantação de disciplinas eletivas institucionais, de oferta aberta para todos os cursos, que tratem de empreendedorismo, responsabilidade social, questões ambientais, direitos humanos, entre outros; Implantação da oferta da disciplina da Língua Portuguesa para estrangeiros em mobilidade; Criação de uma Resolução que defina os critérios de aproveitamento de estudos dos alunos em mobilidade nos seus cursos; Revisão de 100% dos PPCs para introdução de 20% de conteúdo na modalidade a distância; Capacitação de docentes em Mídias na Educação; Uso da plataforma Moodle em 20% da oferta acadêmica da UFAL; Implementação do livro digital em 10% das obras didáticas publicadas por docente da UFAL; Implantação da sala de aula eletrônica; Implantação da Avaliação Semestral Docente, pelo discente; Implantação de um Núcleo de Apoio Pedagógico por Curso; Implantação do Núcleo de Estatísticas Acadêmicas; Diminuição dos índices de retenção e evasão; Implantação dos programas de Residência Universitária e Restaurantes Universitários nos Campi do interior e suas Unidades Educacionais; Manutenção e ampliação de 100% dos auxílios moradia e alimentação nos Campi e suas Unidades Educacionais até a implantação de restaurantes e residências; Ampliação de 100% do atendimento gratuito do restaurante universitário; Ampliação de 100% do atendimento aos estudantes em relação à demanda de Residência Universitária; Aumento de 100% do número de bolsas de Assistência Estudantil; Reconfiguração e reestruturação gradual da atividade desempenhada pelos bolsistas, até atingir 100% em 2017; Ampliação em 10% ao ano da participação da comunidade estudantil universitária em eventos acadêmicos, culturais, artísticos e esportivo; Ampliação em 100% das vagas da residência universitária; Ampliação em 100% das vagas do restaurante universitário; Implantação de um Núcleo de Acompanhamento do desempenho dos alunos do PNAES. Realização anual de sete reuniões com Direções de Unidades Acadêmicas/Campus Fora de Sede e Coordenações de Programas de Pósgraduação; Acompanhamento e apoio a 100% das visitas técnicas propostas pela Capes; Adesão em 100% às plataformas propostas institucionalmente pela UFAL, CAPES ou CNPq, para acompanhamento e sistematização dos dados dos programas de PG e pesquisa; Realização

de 100% dos programas de pós-graduação da análise técnica e pedagógica dos dados inseridos na plataforma de Coleta Anual da Capes; Universalização de 10% das disciplinas de pós-graduação, de modo a permitir a flexibilização das matrículas dos alunos e conteúdos dos diferentes programas; Apoio integral aos acordos de cooperação que visem a internacionalização da pós-graduação e da pesquisa; Geração anual de propostas institucionais competitivas para participação nos editais PRO-INFRA, PRÓ-EQUIPAMENTOS e outros que venham a ser divulgados; Realização de Encontros Anuais de avaliação dos Pibic e Pibit; Realização de uma oficina anual para elaboração de projetos para concorrer a bolsa no Pibit; Lançamento de edital anual de apoio à publicação científica visando à tradução e à correção de artigos e capítulos de livros em língua inglesa; Realização de, no mínimo, duas palestras de sensibilização por ano, em cada Campus e nas Unidades Educacionais Fora de Sede da UFAL; Realização de cursos de no mínimo oito horas sobre empreendedorismo e inovação, sendo pelo menos 01 por semestre em cada Campus e Unidades Educacionais; Aprimoramento dos mecanismos de formação do acervo bibliográfico com a ampliação do número de e-books.

#### **Perspectiva 5 – Desenvolvimento Administrativo**

##### **Objetivos Estratégicos:**

Desenvolver e implementar a reestruturação organizacional; Criar e atualizar os marcos regulatórios; Desenvolver modelos de gestão: da informação, da sustentabilidade, da racionalização, da avaliação e de indicadores; Redesenhar e implantar uma política de comunicação: regulação, intensificação de meios e visibilidade institucional.

##### **Metas:**

Aprovação dos Regimentos Internos das Unidades Acadêmicas; Aprovação dos Regimentos Internos dos Campi Arapiraca (Agreste) e Delmiro Gouveia (Sertão); Aprovação do Regimento Interno da Reitoria; Revisão do Estatuto Geral e Regimento Interno da UFAL para incorporação das novas estruturas acadêmicas e administrativas; Revisão da estrutura organizacional geral; Estruturação de uma Pró-Reitoria Administrativa, em alinhamento com o desenho nacional das IFES; Definição dos critérios de pontuação do trabalho docente; Implantação do Gespública; Redefinição da Política de Gestão de Documentação; Substituição do Sistema de Informação Gerencial (Módulo Acadêmico e Módulo Administrativo); Implantação de sistema de acompanhamento da Gestão Estratégica; Implantação uma Política de Gestão de Resíduos; Implantação uma nova Política de Comunicação; Implantação da TV Universitária; Implantação da Rádio Universitária; Apoio ao funcionamento adequado do CEPE e do CEUA; Consolidação dos

procedimentos de tramitação dos diversos processos no NIT/UFAL; Estudo e adequação de um espaço a ser denominado Núcleo de Inovação Tecnológica e de Empreendedorismo; Reformulação do regimento interno do SIBI/UFAL; Implantação do Laboratório de Conservação e Restauro, destinado a recuperar e viabilizar campanhas de conservação e preservação do acervo bibliográfico; Fortalecimento da representatividade institucional em Fóruns e Comitês Locais, Regionais, Nacionais e Internacionais.

### **Perspectiva 6 – Pessoas**

#### **Objetivos Estratégicos:**

Recrutar e dimensionar o quadro de servidores; Desenvolver e capacitar os servidores; Melhorar a qualidade de vida da comunidade da UFAL.

#### **Metas:**

Dimensionamento e adequação do quadro de servidores; Definição da Política de Ingresso de Servidores; Estruturação de um modelo de alocação de servidores; Incorporação de uma política de movimentação de servidores; Implantação de um sistema gerencial informatizado e integrado de gestão de pessoas; Acolhimento de 100% dos novos servidores por meio do Programa de Inserção dos Novos Servidores – PINS; Capacitação de 10% ao ano, do quadro atual de docentes para o exercício da docência; Capacitação do quadro de docentes para uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação; Capacitação de, no mínimo, 20% dos servidores para o exercício da gestão; Capacitação de, no mínimo, 50% do quadro de servidores para o exercício funcional; Modernização e desburocratização de 30% dos processos de trabalho por ano; Revisão e aperfeiçoamento das metodologias de avaliação dos servidores; Definição de Política de Parcerias para a fixação de servidores nos Campi; Sistematização de atividades esportivas regulares para os servidores; Implantação de atividades de arte, cultura e/ou lazer para servidores; Implantação de um programa de inserção dos servidores técnicos na Extensão universitária; Realização de pesquisa de clima organizacional; Capacitação de 100% do quadro de pessoal dos programas de pósgraduação para a inserção adequada de dados na plataforma de coleta anual da Capes; Ampliação de serviços nos Campi. Capacitação de 100% dos servidores do Sistema SIBI/UFAL

### **Perspectiva 7 – Infraestrutura**

#### **Objetivos Estratégicos:**

Ampliar, adequar e racionalizar a Tecnologia de Informação e Comunicação em todos as unidades e setores; Ampliar, adequar e racionalizar a infraestrutura física e de

equipamentos.

**Metas:**

Reestruturação e ampliação da rede lógica dos campi; Reestruturação e ampliação da rede de energia elétrica dos campi; Reestruturação e ampliação da rede de telefonia - via VOIP; Implantação de novos restaurantes universitários; Implantação de novas residências universitárias; Ampliação de bibliotecas; Expansão de blocos administrativos; Expansão de bloco de salas de aula; Construção de novos laboratórios de ensino, pesquisa e extensão; Ampliação de laboratórios de ensino, pesquisa e extensão; Conclusão das obras iniciadas para a expansão dos campi; Ampliação da pavimentação nos campi; Ampliação dos espaços de convivência para o corpo social nos campi; Implantação do Plano de Acessibilidade.

**Perspectiva 8 – Sustentabilidade Financeira**

**Objetivos Estratégicos:**

Ampliar e garantir a matriz OCC; Viabilizar a geração de recursos próprios; Ampliar orçamento de convênios.

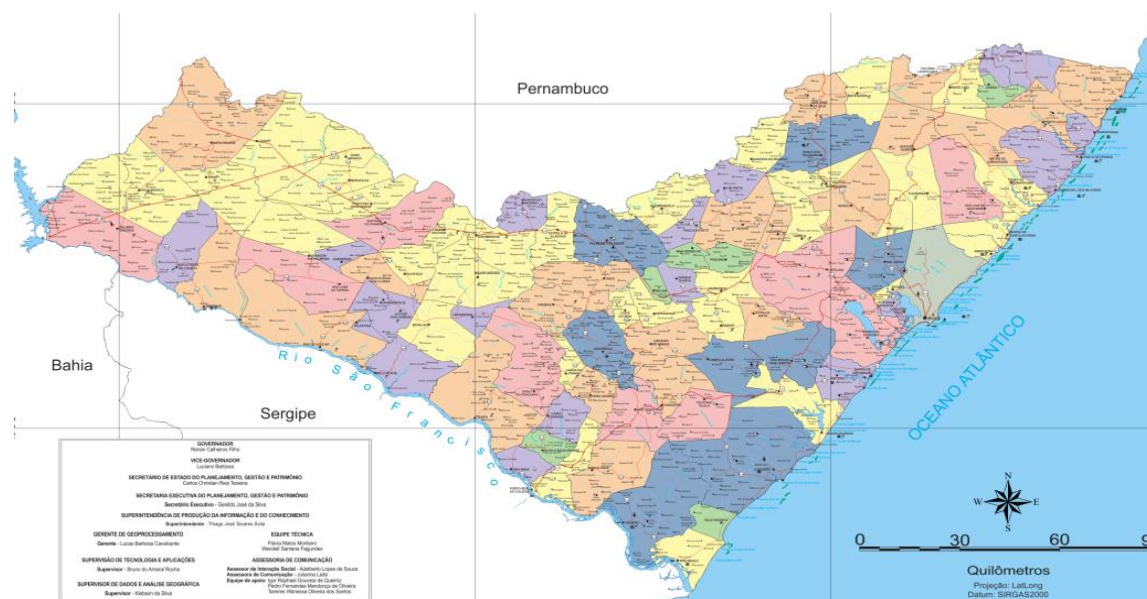
**Metas:**

Ampliação da taxa de sucesso do ensino, em 5% por ano; Economia de 10% de energia, considerando como referencial o aluno equivalente; Institucionalização do Escritório de Projetos junto à PROGINST; Inserção de 100% dos dados da UFAL no Coleta PINGIFES; Inserção de 100% dos dados da UFAL no Censo da Educação Superior; Implantação de um Sistema de Custeio por Unidade Acadêmica, Campus e/ou Unidade Gerencial; Implantação de um modelo de distribuição orçamentária por Unidade em função dos resultados acadêmicos; Estabelecimento de consórcio de compras; Adoção de regime especial de licitação.

## **1.2 Realidade regional**

O Estado de Alagoas está localizado na região nordeste do Brasil. Faz divisa com os estados de Pernambuco ao norte, Sergipe ao sul, Bahia a oeste, Oceano Atlântico a Leste.

Figura 1 – Mapa Político-administrativo de Alagoas (2015)



Fonte: Alagoas em mapas (2015)<sup>4</sup>. Governo do Estado de Alagoas.

De acordo com Pavezi (2018), os dados do IBGE<sup>5</sup> informam que o Estado de Alagoas possui uma área de 27.848,003 km<sup>2</sup> divididos em 102 municípios. Em 2010 sua população era de 3.120.494 habitantes, e a estimativa para 2017 era de chegar a 3.375.823. Em 2016 a renda *per capita* foi de R\$ 662,00. Sua capital é a cidade de Maceió, localizada no litoral do estado.

A origem do Estado de Alagoas, que se tornou autônomo em 1817, se deu a partir das capitânicas hereditárias. Pavezi (2018) esclarece que neste sistema os donatários exerciam total poder sobre o território e as pessoas. Com a proclamação da república esta forma de poder passou a se manifestar no *coronelismo*, sendo que os grandes proprietários de terra se tornaram os donatários com poder sobre as propriedades e pessoas. Para Verçosa (2006), o coronelismo permanece como marca cultural profunda da sociedade alagoana.

As principais atividades econômicas do estado são a cultura canavieira, engenhos e usinas. Estas atividades representam mais de 90% na balança comercial e aproximadamente 85% do emprego industrial. (CARVALHO, 2008).

Os Planos Estaduais de Educação – PEE, mais recentes, apontam os cenários, social e econômico, do Estado de Alagoas como fatores de grande interferência na escolarização da população (ALAGOAS, 2006, 2016).

<sup>4</sup> Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/d8f3ac16-6441-4f45-8c69-a2fc5a4ff8a6/resource/840632e2-97cc-4e8c-a6f0-69e929e69c21/download/mapapoliticoadministrativo2015final.png> Acesso em: 11 set. 2017.

<sup>5</sup> Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/panorama> Acesso em: 30 jan. 2018.

Resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC de 2016<sup>6</sup> revelaram que entre os jovens de 15 anos ou mais a taxa de analfabetismo é de 19,4%, e esta taxa é de 46,1% dos alagoanos com mais de 60 anos, sendo as mais elevadas do Brasil.

Na dimensão econômica o Estado de Alagoas tem pouca autonomia, que resulta do desenvolvimento industrial lento. De acordo com Andrade, et al. (2010):

No ano de 2003, Alagoas tinha 57,90% de seus domicílios considerados pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior à linha da pobreza. Além disso, o índice de Gini<sup>7</sup> do Estado era de 0,608, o que sinalizava uma alta concentração de renda na região. No entanto, pode-se verificar que, a partir de 2004, esses indicadores vêm gradativamente melhorando mostrando uma redução da pobreza no Estado e uma evolução na distribuição de renda. (ANDRADE, et al., 2010, p. 06).

A evolução na distribuição de renda em Alagoas foi percebida a partir do lançamento do Programa Bolsa Família – PBF, que transfere renda diretamente às famílias (ANDRADE, et al., 2010).

É neste cenário que se insere a análise da oferta de Ensino Superior em Alagoas. A primeira instituição pública a oferecer Ensino Superior foi a UFAL - Universidade Federal de Alagoas, fundada em 1961. E a partir de 1970, a Fundação Educacional do Agreste Alagoano, uma instituição privada, que em 2006 foi reestruturada e tornou-se a UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas, estas priorizavam as demandas da capital e do agreste respectivamente.

No município de Delmiro Gouveia, o Ensino Superior era prerrogativa exclusiva de algumas instituições privadas que ofereciam e ainda oferecem cursos de graduação e de especialização na modalidade à distância.

Em 2010 a Universidade Federal de Alagoas, através do REUNI, um programa do governo federal para a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, inaugurou um Campus em Delmiro Gouveia, com um Polo em Santana do Ipanema, sendo esta a primeira iniciativa do setor público em relação à oferta de Ensino Superior no sertão de Alagoas.

---

<sup>6</sup> Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/10070/62922> Acesso em: 30 jan. 2018.

<sup>7</sup> “O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.” Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23) Acesso em: 05 jun. 2017.

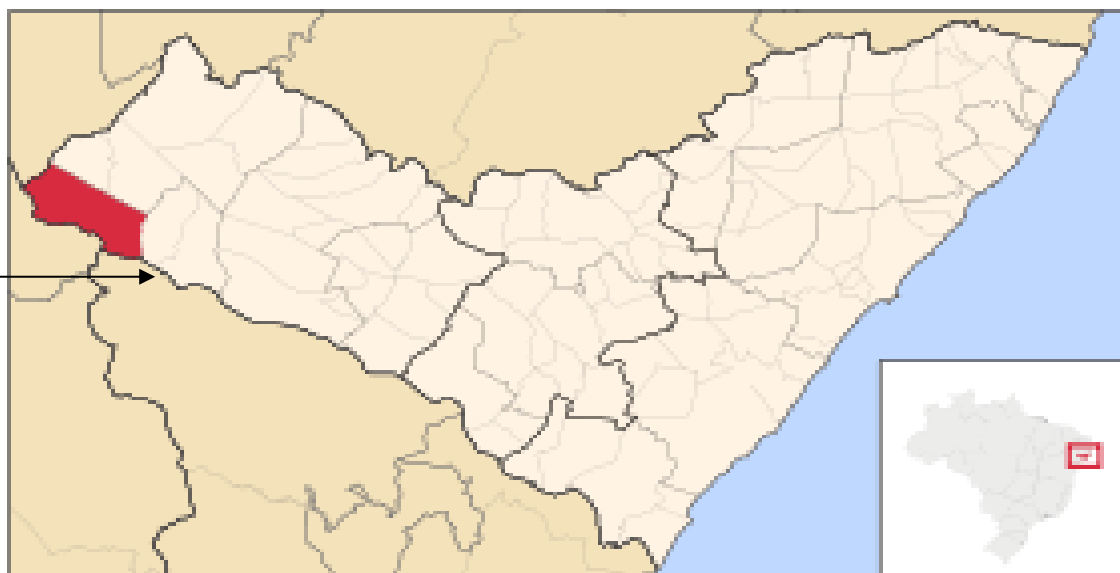
O Curso de Licenciatura em Pedagogia é ofertado em Delmiro Gouveia, município do alto sertão alagoano. Segundo o site do Sistema de Informações Territoriais – SIT:

O Território do Alto Sertão de Alagoas abrange uma área de 3.935,20 Km<sup>2</sup>, abrangendo 14,06% do território do Estado de Alagoas. É composto por 8 municípios: Inhapi, Canapi, Mata Grande, Água Branca, Delmiro Gouveia, Olho d'Água do Casado, Pariconha e Piranhas, todos inseridos na bacia hidrográfica do rio São Francisco, segundo classificação da Agência Nacional de Águas.<sup>8</sup>

O município de Delmiro Gouveia se emancipou politicamente em 1952, por meio da Lei n.º 1623 de 16 de junho de 1952. Segundo estudos de Nascimento (2014), o nome foi uma homenagem ao industrial cearense que promoveu o desenvolvimento da região no início do século XX.

O município está localizado no extremo oeste do Estado, há 295 km da capital Maceió. Faz divisa com os municípios alagoanos de Olho D'água do Casado, Pariconha e Água Branca. Os limites entre Delmiro Gouveia e os estados de Sergipe, Bahia e Pernambuco são marcados pelo leito do Rio São Francisco. O clima é semiárido e a vegetação predominante a caatinga. Pavezi (2018) verificou na página do IBGE<sup>9</sup> que a população do município era de 48.096 habitantes em 2010, e a estimativa para 2017 era de 52.597 habitantes, o que resulta na densidade demográfica de 82,97 hab./km<sup>2</sup>.

Figura 2 – Mapa de Alagoas com destaque do município de Delmiro Gouveia (2016)



Fonte: Blog Liderança Caminho do Sucesso<sup>10</sup> (2016)

<sup>8</sup> Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra040.pdf> Acesso em: 11 fev 2019.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=2702405> Acesso em: 12 set. 2017.

<sup>10</sup> Disponível em <http://www.lideranca.blog.br/lideranca-de-delmiro-gouveia/> Acesso em: 14 mar. 2016.



As características do município de Delmiro Gouveia (econômicas, sociais e educacionais), se aproximam muito das características do Estado de Alagoas como um todo. Em seus levantamentos, Pavezi (2018) informou:

O PIB do município resulta principalmente de atividades no setor de serviços, seguido pelo setor de administração e serviços públicos, indústria e agropecuária. Em 2015 10% da população encontrava-se ocupada com renda média de 1,7 salários mínimos. No entanto, 46,8% da população tinha rendimento mensal de até meio salário mínimo. Em 2015 seu PIB per capita foi de R\$ 9.330,46 ocupando a 33.<sup>a</sup> posição no Estado e 3.877<sup>a</sup> no país. O índice de desenvolvimento humano — IDH em 2010 foi de 0,612, considerado médio, e a taxa de mortalidade infantil de 15,05 óbitos para cada 1000 nascidos vivos.

O orçamento em 2015 era composto por 94,7% de recursos de fontes externas, ou seja, aqueles advindos da União e do Estado, entre eles: a) Fundo de Participação dos Municípios — FPM; b) Sistema Único de Saúde — SUS; c) Cota-Parte da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos — CFURH; d) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB; e) Cota-Parte Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICMS; f) Cota-Parte do Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor — IPVA. Esta composição orçamentária confere ao município de Delmiro Gouveia a 21.<sup>a</sup> posição no Estado e 960.<sup>a</sup> no país no que se refere ao percentual de receitas oriundas de fontes externas. (PAVEZI, 2018, p. 24).

A autora destaca que a CFURH representa um incremento no orçamento do município, o qual não se encontra disponível para a maioria dos outros municípios brasileiros.

Tabela 1 – Participação da CFURH na composição da receita do município de Delmiro Gouveia (2012-2016)

ANO	RECEITA TOTAL	CFURH	% SOBRE A RECEITA TOTAL
2012	85.653.896	9.436.243	11,02
2013	88.678.910	7.401.564	8,35
2014	92.658.019	5.617.535	6,61
2015	98.546.526	5.235.765	5,31
2016	103.837.277	4.221.357	4,06

Fonte: LDO (2013-2018), e ANEEL (2012-2018), elaborado pela autora (2018). (PAVEZI, 2018, p. 25)

A participação da CFURH na receita do município vem diminuindo porque outros municípios, banhados pelo Rio São Francisco que estão localizados próximo à Usina Hidroelétrica da CHESF, vem sendo contemplados com estes recursos por meio de decisão judicial. Pavezi (2018) alerta para a ausência de demonstrativos da aplicação destes recursos pela gestão municipal.

Quanto a situação da saúde no município, Pavezi (2018) consultou os dados do

Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS sintetizados na publicação Perfil Municipal – Delmiro Gouveia (ALAGOAS, 2014). De acordo com o DATASUS, até 2012, Delmiro Gouveia contava com: 1 centro de atenção psicossocial; 13 unidades básicas de saúde; 1 clínica especializada privada; 1 clínica especializada municipal; 5 consultórios isolados privados; 1 unidade mista de atendimento 24 h internação/urgência municipal; 1 farmácia popular municipal; 1 policlínica municipal; 12 postos de saúde; 1 secretaria de saúde; 1 unidade móvel pré-hospitalar estadual; 1 unidade móvel terrestre municipal; 1 unidade de serviço de apoio, diagnose e terapia municipal e 2 privadas (ALAGOAS, 2014). Em 2014 foi inaugurada uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA.

O município apresenta alguns problemas e fragilidades na área da saúde, como: a) descarte irregular de resíduos sólidos, o que resultou em multa pelo Instituto do Meio Ambiente — IMA em R\$ 258 mil reais<sup>11</sup>; b) quantidade insuficiente de equipes de saúde; c) falta de medicamentos de uso contínuo; d) número reduzido de exames de ultrassonografia; e) problemas com parasitose; f) alto índice de infestação predial acarretando no aumento dos casos de dengue; g) condições inadequadas de trabalho dos agentes de endemia; h) contratos temporários, etc. Problemas estes, destacados pelos membros do Conselho Municipal de Saúde em 2014 durante audiência com representantes do MP de Alagoas<sup>12</sup>.

A educação no município de Delmiro Gouveia foi marcada por avanços e retrocessos. Os estudos de Nascimento (2014) revelaram que há registros de informações e dados sobre a educação no município que datam do início do século XX. O autor observou uma taxa de matrícula de quase 100% da população em idade escolar, no período entre 1911 e 1926. Estas taxas se referem ao perímetro do núcleo fabril da Vila da Pedra e arredores e contrastava com as taxas em torno de 1% de matrículas em outras regiões do Estado de Alagoas. Nascimento (2014) atribui o investimento na educação daquela parcela da população às necessidade da produção.

Os levantamentos de Pavezi (2018) identificaram uma lacuna no registro das informações sobre a educação em Delmiro Gouveia no período entre 1930 e 1990. Os dados sobre a matrícula na Educação Básica estão disponíveis à partir do ano de 1997 e podem ser

---

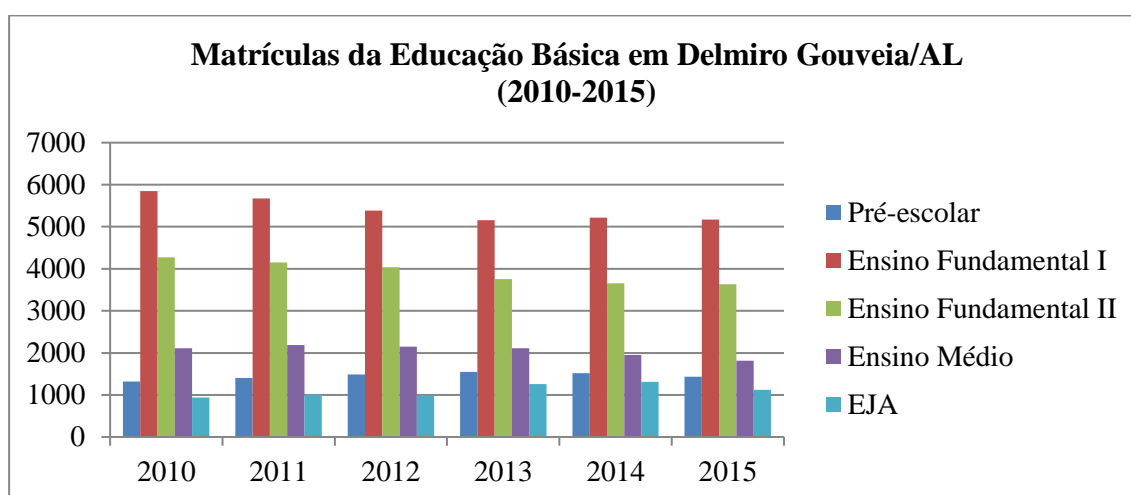
<sup>11</sup> Disponível em [http://www.mpal.mp.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3208:fpi-multa-em-r-258-mil-a-prefeitura-de-delmiro-gouveia-por-manter-lixao-na-cidade&catid=58:noticias-fpi&Itemid=6](http://www.mpal.mp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3208:fpi-multa-em-r-258-mil-a-prefeitura-de-delmiro-gouveia-por-manter-lixao-na-cidade&catid=58:noticias-fpi&Itemid=6) Acesso em: 18 set. 2017.

<sup>12</sup> Disponível em [http://www.mpal.mp.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3208:fpi-multa-em-r-258-mil-a-prefeitura-de-delmiro-gouveia-por-manter-lixao-na-cidade&catid=58:noticias-fpi&Itemid=6](http://www.mpal.mp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3208:fpi-multa-em-r-258-mil-a-prefeitura-de-delmiro-gouveia-por-manter-lixao-na-cidade&catid=58:noticias-fpi&Itemid=6) Acesso em: 18 set. 2017.

acessados na página do INEP, enquanto os dados populacionais podem ser acessados na página do IBGE a partir do ano 2000.

O gráfico e a tabela abaixo, elaborados por Pavezi (2018), apresentam respectivamente: a) dados gerais da matrícula na Educação Básica no município de Delmiro Gouveia, no período de 2010 a 2015; e, b) dados educacionais da rede estadual de ensino de Alagoas e da rede municipal de ensino de Delmiro Gouveia.

Gráfico 1 – Matrículas na Educação Básica em Delmiro Gouveia/AL (2010-2015)



Fonte: INEP (2010-2015), elaborado pela autora (PAVEZI, 2018, p. 28).

Tabela 2 – Dados gerais sobre: Matrículas, Docentes e Escolas – Estado de Alagoas – Município de Delmiro Gouveia (2015)

		ALAGOAS		DELMIRO GOUVEIA		
		Geral	Rede Estadual	Geral	Rede Munic.	Rede Estadual
Matrícula	Creche	34.465	3	0	0	0
	Pré-escola	80.644	319	1.434	1.327	0
	Ensino Fund. I	284.584	10.624	5.169	4.379	178
	Ensino Fund. II	226.306	47.812	3.634	2.731	450
	Ensino Médio	117.015	98.005	1.816	0	1.637
	Ed. Profissional	22.529	4.816	0	0	0
	EJA Ens. Fund.	91.728	13.776	964	748	216
	EJA Ens. Médio	19.252	18.627	154	0	154
Total de Matrículas		876.523	193.982	13.326	8.569	2.280
Total de Docentes		33.432	6.701	477	334	103

Total de Escolas	3.145	306	39	31	4
------------------	-------	-----	----	----	---

Fonte: INEP (2015), elaborado pela autora (PAVEZI, 2018, p. 75).

A autora observou que ocorreram algumas oscilações, destacando a redução de matrículas no Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio, e um pequeno avanço nas matrículas da Pré-escola e da EJA.

A formação inicial ofertada pelo curso de Pedagogia da UFAL-Campus do Sertão proporciona que as/os egressas/os sejam capazes de proporcionar mudanças significativas no modelo de educação do estado de Alagoas, em especial do alto sertão alagoano transformando positivamente os dados estatísticos referentes a educação entre outras contribuições.

### **1.3 Justificativa:**

Este PPC tem a importância de apresentar a consolidação do debate sobre o papel da/o pedagoga/o na atualidade, o qual tem se direcionado a uma ação humanizadora para além das necessidades mercantis tão presentes na formação aligeirada e basicamente técnica que alguns cursos tem apresentado no contexto brasileiro, cuja tendência também é, por vezes, defendida por intelectuais e estudiosos preocupados com os níveis de analfabetismo e dificuldades de aprendizagem. Percebe-se a valorização de processos pedagógicos pontuais e práticos, desarticulados com a totalidade da vida das/dos estudantes das escolas públicas, cujos sentidos denotam aspectos afetivos, cognitivos, sociais e culturais diversos. Além desse aspecto, há uma tendência cultural e política de perceber a/o pedagoga/o como profissional apenas da docência no âmbito escolar, sem uma discussão sobre a ação desse profissional também em outros processos educativos, a saber, na gestão, nos movimentos sociais, na organização de grupos comunitários etc, enfim, em todos os campos em que a educação precise ser sistematizada significativamente (LIBÂNEO, 2013). A região do semiárido conta com problemas há muito debatidos no meio acadêmico-educacional, a saber: a) a necessidade de processo de valorização da profissão docente, uma vez que os municípios da região possuem políticas de valorização defasadas em relação ao proposto pela Resolução nº 02/2015 e aos estudos e pesquisas que apontam tal necessidade; b) os municípios não possuem gestão democrática em seus sistemas educacionais. Portanto, a formação de novas/os pedagogas/os, no curso, também se orienta a modificar tal realidade,

uma vez que desde à década de 1980, com a consolidação de processos democráticos, a Constituição Federal/88 e a própria LDB/96, insituem esta forma de gestão como normatização nacional. É perceptível, no contato com estas realidades, relações de familismo, famulagem e apadriamentos preocupantes e que se refletem na profissão da/do pedagoga/o com níveis significativos de desvalorização (salários abaixo do piso nacional, submissão a interesses de grupos políticos que desconsideram o valor público da escola, condições de trabalhos precárias para docentes e demais profissionais da educação, formas de gestão baseadas em indicações político-partidárias etc).

Todas essas questões apresentam-se como definidoras das ações pedagógicas e políticas do curso de Pedagogia, já que a/o discente de Pedagogia é levado a discutir essas problemática em sua formação inicial com vistas a construção de meios concretas de contraposição a elas quando profissionais de fato. Por esta razão, o curso de Pedagogia se propõe à busca de formas concretas de melhoramento da profissionalidade docente, as circunstâncias de sua proposição, considerando o universo e o contexto educacional em que o curso está inserido.

#### **1.4 Histórico do curso**

O Curso de Pedagogia do Campus do Sertão da UFAL faz parte da realidade sertaneja desde 2010, com a própria fundação do Campus do Sertão. Ele tem constituído uma perspectiva de formação superadora da fragmentação dos processos educativos imposta pela própria dinâmica das relações sociais brasileiras cujos preconceitos em torno do semiárido escamoteiam a riqueza cultural e socioeconômica dessa região. O curso se consolida como um *locus* de ressignificação e afirmação do semiárido nos vários contextos educativos, com mais força na formação voltada à educação formal escolar. Seu compromisso é possibilitar o fortalecimento da formação humana em todas as suas nuances, a saber, na cultura, na sociabilidade, na historicidade, etc, enfim, em todas as possibilidades alcançadas pela educação formal, buscando proporcionar uma integração de conhecimentos científico-acadêmicos a essas nuances de modos que as/os egressas/os extrapolem o senso comum em sua formação inicial e profissionalização e contribuam para modificações na realidade escolar e conseqüentemente nos rumos contextuais direta e indiretamente. É importante frisar que o curso de Pedagogia no Sertão de Alagoas foi uma política do REUNI, Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo MEC

desde 2008. Apesar das problemáticas presentes nesse Programa, principalmente, na forma como a expansão se deu na prática, não podemos nos esquivar de sua relevância no alcance de regiões necessitadas da ação universitária em várias frentes. Há, de fato, esse reconhecimento quando se verifica, na realidade do semiárido alagoano, a presença de profissionais da educação preocupados em modificar os processos educativos, principalmente nas escolas públicas da região e buscando no curso de Pedagogia da UFAL a formação adequada para tanto.

## **2. CONCEPÇÃO DO CURSO**

### **2.1 Dados de identificação do curso**

- a.** Nome do curso: Licenciatura em Pedagogia
- b.** Modalidade: presencial
- c.** Endereço de funcionamento: Rodovia AL 145, Km 3, nº 3849 – Cidade Universitária  
CEP: 57480-000 Delmiro Gouveia/AL
- d.** Autorização: Parecer CNE/CES nº 204 de 13 de junho de 2011.

Reconhecimento: PORTARIA No - 71, DE 29 DE JANEIRO DE 2015, Publicação Nº 21, sexta-feira, 30 de janeiro de 2015.

Renovação de conhecimento: PORTARIA Nº 920, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018, Publicado em: 28/12/2018 | Edição: 249 | Seção: 1 | Página: 245 Órgão: Ministério da Educação/Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior.

- e.** Conceito Preliminar de Curso (CPC): 04
- f.** Turno de funcionamento: matutino
- g.** Título ofertado: pedagoga/o
- h.** Formas de ingresso: o ingresso da/o discente no curso se dá através do ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), adotado pela Universidade desde 2009, com a normatização da Resolução nº 32/2009 CONSUNI/UFAL, de 21 de maio de 2009, que trata da adoção do ENEM como o Processo Seletivo da Universidade Federal de Alagoas.
- i.** Carga horária total do curso:  
  
Horas: 3478  
  
Horas/aula: 4173,6
- j.** Tempo de integralização do curso:

Mínimo: 8 semestres

Máximo: 12 semestres

k. Número de vagas: 50 vagas/ano

## **2.2 Objetivos**

O objetivo do curso de Pedagogia licenciatura apresenta estreita relação entre o perfil profissional da/do egressa/o, a estrutura curricular do curso e o contexto sócioeducacional, no qual o curso está inserido. Nesse sentido, o curso tem como:

### **Objetivo geral:**

- Formar profissionais para atuação no magistério da Educação Infantil, anos iniciais da Educação Fundamental e no Ensino Médio, na Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos os conhecimentos pedagógicos.

### **Objetivos Específicos:**

- Formar o profissional pedagoga/o para a compreensão do processo de ensino-aprendizagem com sólida formação teórica e que estejam preparadas/os não só para o ensino, mas para a pesquisa e atuação social.
- Possibilitar a constituição da/do professor/a como um/uma cidadã/ão intelectual, crítica/o e transformador/a, pelo exercício sistematizado de reflexão sobre a sua práxis pedagógica, orientado pela unidade teoria/prática e por conhecimentos didáticos-pedagógicos apropriados e diversos;
- Desenvolver a autonomia docente e para a qualidade do ensino na Educação Básica e outros processos educativos presentes na sociedade do semiárido alagoano;
- Desenvolver na/no discente habilidades e competências necessárias à atuação nos processos de gestão democrática, considerando a capacidade de planejamento, de organização administrativa, de trabalho em equipe.

## **2.3 Perfil e competência profissional da/do egressa/o**

Conforme o PPP do Curso de Pedagogia, as/os licenciada/os em Pedagogia podem exercer funções da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental a partir de conhecimentos acerca do desenvolvimento da aprendizagem sócio-histórica, cultural, psíquica e afetiva, primando pelas relações humanas em sua diversidade étnica, sexual e de gênero. Pode atuar na Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como, em atividades de organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação, principalmente a partir do fomento dos princípios e organização da gestão democrática. Sua atuação se volta também à produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo dos processos educacionais em contextos diversos. Portanto, as/os graduandas/os são formadas/os para as competências e habilidades cujos alicerces estão nas Diretrizes Curriculares Nacionais dispostas na Resolução CNE/CP de 01 de julho de 2015, nas Diretrizes Nacionais do Curso de Pedagogia.

O processo de formação envolve a capacidade de aprimoramento da prática pedagógica, com atividades que contribuem para o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe. Orienta-se de modo a permitir que a/o pedagoga/o possua uma postura profissional de aperfeiçoamento de sua prática por meio de processos investigativos dos problemas educacionais contemporâneos, atuando a partir de valores éticos e visão multimodal e interdisciplinar das crianças e adolescentes com os quais venha a interagir/socializar no exercício do magistério.

Segundo o que apresentam as Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia, como síntese final do que estabelecem, à guisa de explicitação das categorias empregadas no desenho do perfil desejável da/do nova/o pedagoga/oe das suas próprias bases, temos que:

- o curso de Pedagogia trata do campo teórico-investigativo da educação, do ensino, de aprendizagens e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social;
- a docência compreende atividades pedagógicas inerentes a processos de ensino e de aprendizagens, além daquelas próprias da gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não-escolares, como também na produção e disseminação de conhecimentos da área da educação;
- os processos de ensinar e de aprender dão-se, em meios ambiental ecológicos, em duplo sentido, isto é, tanto professoras/es como alunas/os ensinam e aprendem, uns com os outros e que:
- as/os professoras/es são agentes de (re)educação das relações sociais e étnico-raciais, de redimensionamentos das funções pedagógicas e de gestão da escola.



Assim sendo, a/o egressa/o do curso de Pedagogia do Campus do Sertão da UFAL, de acordo com a Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015, deve possuir:

- postura ética e compromisso para atuar na construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- capacidade de compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- aptidão para fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- disposição para trabalhar na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- reconhecimento e respeito às manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas das/dos educandas/os nas suas relações individuais e coletivas;
- domínio dos modos de ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, particularmente de crianças;
- capacidade de relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- disposição para promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- aptidão para identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva, em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, de gênero, sexuais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gênero, identidade de gênero, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, orientação sexual, entre outras;
- capacidade de desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- capacidade de participar da gestão das instituições em que atuem enquanto estudantes e profissionais, contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

- capacidade de participar da gestão das instituições em que atuem planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- preparo para realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos sobre suas alunas e alunos e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- capacidade de utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- condições de estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

Logo, a/o egressa/o, assim já pedagoga/o, está em busca de sua posição na sociedade, entendendo que o sistema educacional brasileiro passa por análises e reflexões constantes, assim como busca encontrar propostas de soluções para os problemas existentes na educação, necessita de um profissional que tenha diversas aptidões, seja responsável, comprometido e, sobretudo, enfatize conhecimentos que abranjam fontes diferentes e destaque ao “que” e ao “como” fazer no exercício da profissão.

No caso da região (sertaneja) onde o curso de Pedagogia se desenvolve, há peculiaridades que imprimem a necessidade de um “olhar” mais latente, uma vez que, a maioria das/dos egressas/os de Pedagogia aspiram atuar no sistema público de ensino. A localidade junto a Universidade devem ainda estabelecer habilitações, cujo, a/o egressa/o possa desempenhar suas atribuições supracitadas, de forma que, não precise atuar em funções diferentes e/ou, totalmente distinta da que se formou.

### **3. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA**

O Curso de Pedagogia conta com suporte do Conselho do Campus, da Direção Geral do Campus, Direção Acadêmica e Coordenações afins: de Ensino, Pesquisa e Extensão. Além disso, é composto pelo Colegiado, o NDE e o Centro Acadêmico *Nísia Floresta*. O curso é composto por docentes cuja titulação é de 10 (dez) doutoras/es, 08 (oito) mestras/es e 01 (um) especialista com formação em áreas diversas: Psicologia, Sociologia, Letras, mas em sua maioria, em Pedagogia. O perfil dessas e desses docentes apresenta qualificação em

suas áreas de ensino e pesquisa e extensão, cuja produção se consolida em atividades de circulação de conhecimentos, em Grupos de Estudos e Pesquisas, em Núcleos de Estudos, Pesquisa e Extensão e nas atividades de extensão na região.

#### a) Composição e funcionamento do Colegiado do Curso

O colegiado do curso de Pedagogia se constitui como espaço democrático e participativo e é o fórum máximo de decisão do curso. O colegiado foi autorizado pela portaria 2031, de 06 de novembro de 2017, e é composto<sup>13</sup>, entre titulares e suplentes, por 10 docentes, 02 estudantes de Pedagogia e 2 técnicas/os conforme tabela abaixo:

<b>COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA (2017-2019)</b>	
<b>DOCENTES</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Prof. Dra. Ana Cristina Conceição Santos	Prof. Dra. Carla Taciane Figueredo
Prof. Msc. Adriana Deodato Costa	Prof. Msc. Cristiano Vivela
Prof. Dr. Rodrigo Pereira	Prof. Dra. Maria Aparecida Silva
Prof. Dra. Lilian Kelly Figueredo Voss	Prof. Dr. Marcos Ricardo Lima
Prof. Dra. Suzana Libardi	Prof. Msc. Noélia Rodrigues dos Santos
<b>TÉCNICOS</b>	
<b>TITULAR</b>	<b>SUPLENTE</b>
Marcel Garrido	Lidiane Silva
<b>ESTUDANTES</b>	
<b>TITULAR</b>	<b>SUPLENTE</b>
Milena Feitoza Marques	Edivania de Souza Santos

#### b) Coordenação de estágio:

Coordenadora: Ana Paula Solino Bastos

Formação acadêmica: Doutora em Educação

Titulação: graduada em Pedagogia, mestrado em Educação em Ciências e Matemática, doutorado em Educação e pós doutorado em Educação em Ciências.

Regime de trabalho: D.E

#### c) Comissão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como momento fundamental na formação discente inicia já na elaboração do pré-projeto de pesquisa a partir do 5º período na disciplina Pesquisa Educacional e preza pela defesa pública a partir do 7º período. A composição da

<sup>13</sup> A prof. Msc. Monica Regina Nascimento dos Santos fez parte do colegiado até setembro/2018 contribuindo significativamente na elaboração desse documento.

comissão de TCC é formada pelas/os professoras/es:

Prof. Dra. Suzana Libardi (presidenta)

Prof. Msc. Cristiano Vilela

Prof. Dr. José Ivamilson Silva Barbalho

**d) Núcleo Docente Estruturante (NDE):**

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Pedagogia Licenciatura do Campus do Sertão da UFAL atua no acompanhamento do curso, principalmente, na consolidação do PPC, nas ações que constituem o perfil da/do egressa/o, integrando os componentes curriculares conforme o DNC/2015 e as formas de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O NDE-Pedagogia Licenciatura reúne-se mensalmente, mas também em momentos em que há demanda para sua atuação. Nas reuniões mensais há discussão acerca de sua situação e de suas ações de modo a avaliar o processo em relação ao Campus e ao Curso de Pedagogia.

O NDE exerce o acompanhamento do PPC do curso por meio de discussões, proposições e alterações. Exercendo um papel decisivo na elaboração desse documento e sistematicamente promovendo o acompanhamento de sua execução, o NDE visa a avaliação contínua dos documentos norteadores do curso preocupando-se com as novas demandas do mundo do trabalho e os desafios da formação docente no semiárido nordestino.

Os membros do NDE do curso de pedagogia Licenciatura são professoras/es com dedicação exclusiva que mostram-se bastante atuantes também nas atividades do colegiado do curso. A composição dos membros mantém-se sem interrupções que venham a acarretar prejuízo as atividades do Núcleo há um tempo considerável. É composto pelas/os docentes:

Prof. Msc. Cristiano das N. Vilela (presidente)

Prof. Dra. Ana Cristina Conceição Santos

Prof. Msc. Adriana Deodato Costa

Prof. Dr. Rodrigo Pereira

Prof. Dra. Suzana Libardi (colaboradora)

**e) Tabela nominal do quadro de docentes:**

DOCENTE	TITULAÇÃO	C. H	E-MAIL INSTITUCIONAL
<b>Adeilson da Silva Alves</b>	Especialista	DE	<a href="mailto:adeilson.alves@delmiro.ufal.br">adeilson.alves@delmiro.ufal.br</a>
<b>Adriana Deodato Costa</b>	Mestre	DE	<a href="mailto:adrianaodeodato@gmail.com">adrianaodeodato@gmail.com</a>
<b>Ana Cristina Conceição Santos</b>	Doutora	DE	<a href="mailto:ana.santos1@delmiro.ufal.br">ana.santos1@delmiro.ufal.br</a>
<b>Ana Maria dos Santos</b>	Mestre	DE	<a href="mailto:anapedagogia1994@gmail.com">anapedagogia1994@gmail.com</a>
<b>Ana Paula Solino</b>	Pós-Doutora	DE	<a href="mailto:ana.solino@gmail.com">ana.solino@gmail.com</a>
<b>Carla Taciane Figueiredo</b>	Doutora	DE	<a href="mailto:carlatacyane@hotmail.com">carlatacyane@hotmail.com</a>
<b>Carlos Eduardo Muller</b>	Mestre	DE	<a href="mailto:profcemuller@hotmail.com">profcemuller@hotmail.com</a>
<b>Cristiano das Neves Vilela</b>	Mestre	DE	<a href="mailto:nevesvilela@gmail.com">nevesvilela@gmail.com</a>
<b>Gercinaldo Moura</b>	Mestre	DE	<a href="mailto:gercinaldomoura@yahoo.com.br">gercinaldomoura@yahoo.com.br</a>
<b>José Ivamilson Silva Barbalho</b>	Doutor	DE	<a href="mailto:ivambarbalho@bol.com.br">ivambarbalho@bol.com.br</a>
<b>Leônidas Marques</b>	Mestre	DE	<a href="mailto:leonidas.marques@delmiro.ufal.br">leonidas.marques@delmiro.ufal.br</a>
<b>Lilian Kelly de Almeida Figueiredo Voss</b>	Doutora	DE	<a href="mailto:lillian.figueiredo@delmiro.ufal.br">lillian.figueiredo@delmiro.ufal.br</a>
<b>Marcos Ricardo de Lima</b>	Doutor	DE	<a href="mailto:marcoric@uol.com.br">marcoric@uol.com.br</a>
<b>Marilza Pavezi</b>	Doutora	DE	<a href="mailto:marilzapavezi2009@hotmail.com">marilzapavezi2009@hotmail.com</a>
<b>Mônica Regina Nascimento dos Santos</b>	Mestre	DE	<a href="mailto:monica.santos@delmiro.ufal.br">monica.santos@delmiro.ufal.br</a>
<b>Noelia R. dos Santos</b>	Mestre	DE	<a href="mailto:noeliar1@gmail.com">noeliar1@gmail.com</a>
<b>Rodrigo Pereira</b>	Doutor	DE	<a href="mailto:rodrigo.ufal@hotmail.com">rodrigo.ufal@hotmail.com</a>
<b>Suzana Libardi</b>	Doutora	DE	<a href="mailto:suzana.libardi@gmail.com">suzana.libardi@gmail.com</a>

**f) Tabela nominal do quadro de técnicos-administrativos que atendem ao curso.**

TÉCNICO/A	FUNÇÃO	E-MAIL INSTITUCIONAL
<b>Marcel Garrido</b>	Técnico Administrativo	<a href="mailto:marcel.garrido@delmiro.ufal.br">marcel.garrido@delmiro.ufal.br</a>
<b>Lidiane da Silva</b>	Técnica em Assuntos Educacionais	<a href="mailto:lidiane.silva@delmiro.ufal.br">lidiane.silva@delmiro.ufal.br</a>

#### **4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

O curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAL-Campus do Sertão busca atender o caráter inovador dos cursos criados com a expansão das universidades públicas, adotando um projeto acadêmico que atenda as especificidades locais atentando-se ao contexto global. O curso disponibiliza entrada anual, no segundo semestre do ano letivo, a duração mínima

de integralização é de 8 semestres e a máxima de 12 semestres. A carga horária total corresponde a 3478 horas, sendo que a carga horária mínima semestral é de 290 horas e a máxima de 435 horas.

Todas as disciplinas ofertadas foram pensadas a partir da necessidade da formação de profissionais que possam atuar compreendendo fenômenos locais e globais a partir de uma formação teórico-prática significativa. A oferta das disciplinas são todas presenciais havendo possibilidades, da realização de até 20% da carga horária das disciplinas ser a distância; contudo, as avaliações são, obrigatoriamente, presenciais. As atividades realizadas a distância deverão estar descritas no Plano de Ensino de cada docente.

#### **4.1 Matriz e proposta curricular**

A matriz curricular e proposta curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia está em consonância com os objetivos e perfil profissional da/do egressa/o. o curso está dividido em 03 núcleos: estruturador, contextual e articulador.

Atendendo as orientações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacional do curso de Pedagogia apresentamos subsídios que contribuem para o desenvolvimento do perfil das/dos egressas/os:

- a. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS** - De acordo com o Artigo 3º e seus incisos do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o componente curricular Libras é obrigatório em todos os cursos de formação de professores do país, incluindo o curso de Pedagogia. Nos demais cursos de graduação, a disciplina Libras é ofertada como eletiva. O curso de Pedagogia do Campus do Sertão oferece essa disciplina no 5º período.
  
- b. Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER)** - Além de cumprir com as exigências normativas educacionais brasileiras, a proposta de uma Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER), incorporada aos currículos dos cursos de licenciatura e bacharelado desta instituição de ensino superior, por meio dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), estimula a integração entre saberes étnicos constitutivos de nossa cultura brasileira (branco, indígena, negro e cigano), em destaque a nossa cultura alagoana, além de possibilitar a produção de novos conhecimentos científico, cultural, tecnológico e artístico, ou a revisão dos

conhecimentos existentes, de modo a promover condutas e políticas de formação profissional que valorizem as diversidades étnico-raciais. Em decorrência dessa proposta, referendar-se-á o compromisso firmado pela UFAL, dentre outros, de aperfeiçoamento das políticas de ações afirmativas, dos cursos de graduação à pós-graduação, implementadas, oficialmente, desde 11 de novembro de 2003, por meio da Resolução CONSUNI/UFAL nº 33, que aprovou o Programa Ações Afirmativas para Afro-descendentes (PAAF) nesta instituição, com o empenho do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB-UFAL), criado em 1981, inicialmente Centro de Estudos Afro-brasileiros (CEAB), que atua tanto internamente à UFAL, com o papel de promover cursos de formação/capacitação, debates, disponibilização de acervo (documental e bibliográfico) para consulta e coordenação geral de editais sobre EREER; quanto externamente, em parceria com outras instituições educacionais do estado, do país e/ou outros países, e com os movimentos sociais.

O componente curricular Educação e Relações Étnico-raciais, atendendo o Parecer CNE/CP nº 03/2004 e a Resolução CNE/CP nº 01/2004, será ministrado no segundo semestre e se constitui mais do que o atendimento ao texto legal, o curso entende ser esta uma grande conquista para a configuração curricular, muito embora ainda reconheça a necessidade, de uma atualização do texto legal, a saber: os povos indígenas e negro *participaram* da formação social, econômica e política do país, não apenas *contribuíram*. Não se trata de uma simples mudança de verbos no mesmo campo semântico, diz respeito ao lugar social ocupado por estes segmentos da população brasileira que precisa ser reconhecido e valorizado. Participar configura um papel de protagonismo, que é bastante diferente do papel periférico evocado no termo contribuição.

Outro aspecto da lei que precisa ser observado é o entendimento de que, o povo negro não é uno. Tal como o povo indígena que é múltiplo, que congrega em si diferentes etnias, o povo negro descende de diversos grupos étnicos que foram subjugados e trazidos ao território brasileiro na condição de escravizado. A historiografia tem para com a população negra duas grandes dívidas: a) localizar sua ancestralidade e pertencimento étnico; b) recontar sua trajetória nesse país, sobretudo, revelando seu contexto educacional. Como se deu a educação – formal e informal – dos negros neste país? Afirmar que ela não ocorreu não é verdade, do contrário, não haveria grandes pensadores negros em todas as áreas do

conhecimento, desde o período colonial até os dias atuais.

O atendimento ao que determina a LDBEN (9394/96) remete à reflexão sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, o que implica em repensar os conteúdos escolares, os livros didáticos e as abordagens teórico-metodológicas. Comumente os livros didáticos<sup>14</sup> trazem no aspecto quantitativo menos páginas dedicadas a esta temática em relação ao estudo da Europa, por exemplo. E no âmbito qualitativo, geralmente se referem à África como um lugar tribal, pobre e pouco civilizado, e aos povos indígenas como sendo selvagens, sem fazer alusão a riqueza cultural que os caracterizam. Com referenciais didáticos carregados por conotações depreciativas, acostadas por uma representação social negativa – tanto dos negros, quanto dos índios – as/os educandas/os geralmente não se sentem pertencentes e acabam por não se identificarem com suas raízes.

Deste modo, não basta incluir o conteúdo da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo. É fundamental que os educadores promovam uma representação social positivada no estudo desta história e cultura, abordando – além de temas como escravidão, diáspora e genocídio entre outros –, assuntos, como lutas, resistência, participação social etc. É necessário, antes de tudo, conhecer a visão de mundo desses povos, sua racionalidade, conjunto de crenças, para além dos estereótipos e de padrões euro-normativos de conhecimento. Entender a diversidade de produção científica e cultural em função de seu caráter de complementariedade, como algo que se soma, e não algo que se exclui. A diferença junto com a igualdade, compõem a identidade. A totalidade social é fruto dessa complementação.

Reconhecer e valorizar a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena implica em reconhecer seu valor epistêmico, sua primazia para a formação social do país e sua importância para afirmação identitária dos educandos. O processo pedagógico se fortalece mais e mais à medida em que relações étnico raciais respeitadas, plurais e dialógicas se fazem presentes de modo integral em todos os aspectos do currículo: conteúdos, materiais didáticos e abordagens teórico-metodológicas em cumprimento às diretrizes curriculares preconizadas pela Resolução número 01 de 2004 do conselho nacional de educação, a qual, dentre

---

<sup>14</sup> Estudo realizados pela UNB revelam tais constatações. Mesmo após a aprovação da lei 10.639/03, observam-se poucas mudanças no conteúdo dos livros.



outras coisas determina como princípio fundamental da educação nacional a promoção de uma educação multicultural e pluriétnica, que se funda em relações étnico-sociais positivas.

Por fim, o curso de Pedagogia da UFAL, sertão reafirma o compromisso em respeitar os direitos legais das/dos educandas/os por meio da valorização de sua identidade, visando a consolidação da democracia brasileira, o que se fundamenta em uma educação antirracista e tornou obrigatória a disciplina eletiva Educação e Relações Étnico-raciais que será ministrada no 2º período do curso.

**c) Política de educação ambiental** - Resgata-se de Carvalho (2002), a ideia de que toda educação é ambiental, pois se a Educação não vier acompanhada pela dimensão ambiental, “perde sua essência e pouco pode contribuir para a continuidade da vida humana” (p. 36).

Assim, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. As DCNs de Educação Ambiental (Resolução CNE/CP Nº2/2012) destacam que “o papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social”. Isso posto, nota-se a necessidade de inserir no processo educativo do curso de Pedagogia as discussões de educação ambiental, na visão da interdisciplinaridade. O trabalho interdisciplinar de educação ambiental se caracteriza pela ampliação do espaço social e visa a disseminação crítica dos conhecimentos socioambientais, culturais e políticos, articulando-os à realidade local, nacional e global, com a formação cidadã e ética. Busca-se superar a mera ideia de *ecologizar* o processo educativo, pois o trabalho de educação ambiental não se limita ao acúmulo de conceitos de ecologia ou ao trabalho com problemas ambientais.

Com base nesse entendimento, propõem-se inserir a temática da educação ambiental no contexto das disciplinas de *Saberes e Metodologias do Ensino de*

*Ciências I e II*, de modo a apresentar discussões mais específicas sobre as questões socioambientais no currículo do curso de Pedagogia, articulando com a formação do perfil profissional da/do pedagoga/o. Cabe ainda ressaltar que o Campus Sertão se encontra inserido no Programa de Expansão e de Reestruturação da Ufal, cujo projeto visa um modelo de desenvolvimento regional pautado no compromisso socioambiental entre a sociedade acadêmica e a região sertaneja, fator este que pode fortalecer as discussões de sustentabilidade no curso de Pedagogia.

Incluir a educação ambiental nas disciplinas de Saberes e Metodologias do Ensino de Ciências I e II não invalida a possibilidade de articulá-la às outras disciplinas do curso. Tal proposta justifica-se por compreendermos a necessidade de trabalhar ações de forma mais sistemática envolvendo as questões ambientais a partir de debates científicos, políticos, econômicos e sociais. Além disso, pretende-se possibilitar ao futuro educador compreender as relações complexas existentes entre a Ciência, Tecnologia, Sociedade e Meio Ambiente, assim como refletir criticamente acerca das suas implicações nas esferas locais, regionais e globais.

Compreende-se ainda que é cada vez mais urgente a necessidade de construirmos uma sociedade mais justa e humana diante dos problemas socioambientais que vivemos, e, para isso, consideramos importante propor ações educativas que visam superar as concepções sobre o ambiente numa dimensão estritamente biológica para uma dimensão mais ampla, a partir da inserção da temática educação ambiental nas disciplinas anteriormente mencionadas. Cabe sinalizar que o curso de Pedagogia tem como objetivo contribuir para a formação de sujeitos críticos e capazes de organizar e implementar processos educativos que transformem consciências, comportamentos, hábitos, valores e atitudes de uma determinada sociedade, visando a formação de cidadãos e cidadãs éticos e comprometidos com a construção de uma realidade socioambiental sustentável.

Isso posto, destaca-se ainda que a Ufal possui um Núcleo de Educação Ambiental (NEA), ligado ao Centro de Educação e que está aberto a apoiar o trabalho de educação ambiental em diversos cursos, inclusive de outros campi. O NEA desenvolve atividades com o Coletivo Jovem, cursos de formação para professores e estudantes sobre Educação Ambiental, curso de especialização em Educação Ambiental (2012).

d) **Educação em Direitos Humanos** - O componente curricular Educação em Direitos Humanos será ofertado como disciplina no curso de Pedagogia, no primeiro semestre, pois, entendemos que a formação de professoras/es, em especial pedagogas/os, perpassa pelo processo de formação humana.

Os Direitos Humanos independem de nacionalidade, orientação sexual, posição de classe, raça/etnia, cultura ou credo. Constitui-se como direito inalienável, pois em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (1948) anuncia que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, dotados de razão e de consciência, e devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. Assim sendo, o curso de formação de pedagogas/os torna-se local privilegiado para a discussão/ação em torno de uma sociedade mais justa e respeitosa entre cidadãos e cidadãs.

d) **Prática como componente curricular** - O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia desenvolve as atividades referentes as 400 horas de prática como componente curricular (PCC) obedecendo o que determina a Resolução CNE/CP nº 02/2015 e a Resolução 6/2018-CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018. Essas práticas curriculares estão distribuídas nos seguintes componentes curriculares: Saberes e Metodologias do Ensino da Educação Infantil, Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências Naturais II (324 horas) e nas disciplinas Educação Especial (54h) e Organização e Gestão dos Processos Educativos (54) totalizando 432 horas de prática como componente curricular. Compreendemos que a prática como componente curricular se difere do estágio, sendo mais abrangente, pois estabelece o “conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência” (Pareceres CNE/CP 2/2015 e CNE/CES 15/2005), e devem ser realizados como ações interdisciplinares.

A prática como componente curricular poderá ser desenvolvida através de:

- Micro-aulas,
- Oficinas com parcerias externas,

- Análise e produção de material didático,
- Planejamento de atividades práticas a serem realizadas nas escolas e posterior apresentação de relatório,
- Reflexão ou desenvolvimento de atividades, articulando o conhecimento teórico com o didático,
- Análise de materiais e livros didáticos, entre outros.

Essas atividades acontecerão em instituições que privilegiem a inter-relação do trabalho acadêmico com a realidade sertaneja.

#### 4.1.1 Matriz curricular

<b>Disciplinas e componentes curriculares que compõem o primeiro período</b>							
1°	ESTRUTURADOR	Profissão Docente	Sim	3	48	06	54
	CONTEXTUAL	Educação e Direitos Humanos	Sim	3	48	06	54
		Leitura e produção textual em língua portuguesa	Sim	3	48	06	54
	ARTICULADOR	Metodologia Científica	Sim	4	72	0	72
		Fundamentos sócio-filosóficos do conhecimento	Sim	4	72	0	72
		Ações de extensão 1	sim	3	54	-----	54
<b>Carga horária total do período</b>				<b>20</b>	<b>294</b>	<b>12</b>	<b>360</b>
<b>Disciplinas e componentes curriculares que compõem o segundo período</b>							
2°	CONTEXTUAL	Educação e relações étnico-raciais	Sim	4	56	16	72
		Introdução às tecnologias de informação e comunicação	Sim	4	72	0	72
	ESTRUTURADOR	Fundamentos das ciências sociais	Sim	4	72	0	72
		Política e Organização da Educação Básica do Brasil	Sim	4	64	08	72
		História da Educação (Fundamentos históricos da educação e da pedagogia)	Sim	3	48	06	54
	ARTICULADOR	Arte Educação	Sim	3	37	17	54
		Ações de extensão 2 A	Sim	2	12	24	36
<b>Carga horária total do período</b>				<b>24</b>	<b>361</b>	<b>71</b>	<b>432</b>

Disciplinas e componentes curriculares que compõem o terceiro período							
3º	CONTEXTUAL	Educação e novas tecnologias da informação e da comunicação	Sim	4	56	16	72
		Trabalho e educação	Sim	3	47	07	54
	ESTRUTURADOR	Fundamentos Psicopedagógicos da Educação	Sim	3	47	07	54
		Desenvolvimento e Aprendizagem	Sim	4	64	08	72
	ARTICULADOR	Currículo	Sim	3	37	17	54
		Fundamentos sócioantropológicos	Sim	3	47	07	54
		Ações de extensão 2 B	Sim	4	18	54	72
<b>Carga horária total do período</b>				<b>24</b>	<b>316</b>	<b>116</b>	<b>432</b>
Disciplinas e componentes curriculares que compõem o quarto período							
4º	CONTEXTUAL	Sociologia contemporânea	Sim	4	72	0	72
	ARTICULADOR	Fundamentos da Educação Infantil e Propostas Pedagógicas	Sim	3	47	07	54
		Gestão da Educação e do Trabalho Escolar	Sim	4	56	16	72
		Alfabetização e letramento	Sim	3	47	07	54
		Eletiva	Sim	3	47	07	54
	ESTRUTURADOR	Didática	Sim	4	66	06	72
		Educação Especial (PCC)	Sim	3	47	07	54
<b>Carga horária total do período</b>				<b>24</b>	<b>382</b>	<b>50</b>	<b>432</b>
Disciplinas e componentes curriculares que compõem o quinto período							
5º	CONTEXTUAL	Libras	Sim	3	47	07	54
	ESTRUTURADOR	Avaliação educacional	Sim	3	47	07	54
		Organização e Gestão dos Processos Educativos (PCC)	Sim	3	47	07	54
		Saberes e metodologias da Educação Infantil I	Sim	3	47	07	54
		Saberes e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa I	Sim	3	47	07	54
		Pesquisa Educacional	Sim	3	37	17	54
		Ações de extensão 3 A	Sim	3	20	47	67
<b>Carga horária total do período</b>				<b>21</b>	<b>292</b>	<b>99</b>	<b>391</b>
Disciplinas e componentes curriculares que compõem o sexto período							
6º		Saberes e metodologias da Educação Infantil II	Sim	3	00	54	54

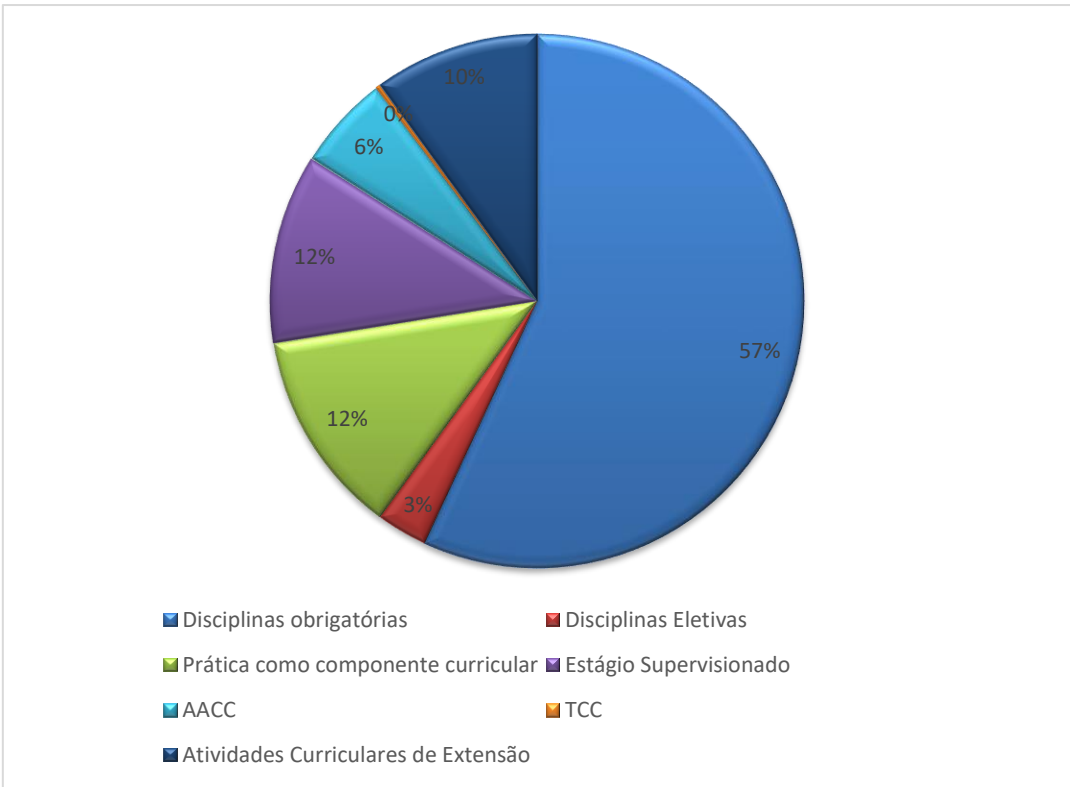
	ESTRUTURADOR	(PCC)					
		Saberes e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa II (PCC)	Sim	3	00	54	54
		Saberes e Metodologias do Ensino da Matemática I	Sim	3	47	07	54
		Saberes e metodologia do Ens. Geografia I	Sim	3	47	07	54
		Saberes e metodologia do Ens. História 1	sim	3	47	07	54
		Estágio Supervisionado I	Sim	5	40	60	100
		Saberes e Met. do Ens. Ciências 1	Sim	3	37	17	54
Carga horária total do período				23	218	206	<b>424</b>
<b>Disciplinas e componentes curriculares que compõem o sétimo período</b>							
7o	ESTRUTURADOR	Saberes e Metodologias do Ensino da Matemática II (PCC)	Sim	3	00	54	54
		Saberes e Metodologias do Ensino de Ciências Naturais II (PCC)	Sim	3	00	54	54
		Saberes e Metodologias do Ensino de Geografia II (PCC)	Sim	3	00	54	54
		Saberes e Metodologias do Ensino de História II (PCC)	Sim	3	00	54	54
		Estágio Supervisionado II	Sim	8	40	120	160
		Ações de extensão 3 B	Sim	4	18	54	59
Carga horária total do período				24	58	390	<b>435</b>
<b>Disciplinas e componentes curriculares que compõem o oitavo período</b>							
8o	ESTRUTURADOR	Estágio Supervisionado III	Sim	8	40	100	140
	CONTEXTUAL	Fundamentos da EJA	Sim	3	47	07	54
		Estatística educacional	Sim	3	47	07	54
	ARTICULADOR	Eletiva	Sim	3	47	07	54
		Ações de extensão 4	Sim	3	16	44	60
Carga horária total do período				20	197	165	<b>362</b>
Total de Carga Horária							3268
<b>Total: disciplinas + estágio supervisionado</b>							
Atividades Acadêmico-Científico-Cultural (AACC)							200
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)							10
<b>Carga Horária de Integralização Curricular (CHIC)</b>							<b>3.478</b>

## QUADRO DE DISCIPLINAS ELETIVAS

Período	Disciplinas eletivas	Carga horária			
		Semanal	Teórica	Prática	Total
	Corporeidade e movimento	3	47	07	54
	Educação a Distância, mídias e Didática online	3	47	07	54
	Educação do campo	3	47	07	54
	Educação e economia solidária	3	47	07	54
	Educação e movimentos sociais	3	47	07	54
	Educação em Espaços não-formais	3	47	07	54
	Educação gênero e sexualidade	3	47	07	54
	Tópicos da História da Educação de Alagoas	3	47	07	54
	Ensino de Língua Portuguesa para surdos como segunda língua	3	47	07	54
	Formação docente na mediação entre universidade e escola	3	47	07	54
	Jogos Recreação e Brincadeiras	3	47	07	54
	Legislação Educacional.	3	47	07	54
	Libras II	3	47	07	54
	Literatura infantil	3	47	07	54
	Tópicos especiais em estudos da infância	3	47	07	54

## DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA POR COMPONENTE CURRICULAR

COMPONENTES CURRICULARES	HORA/RELÓGIO 60 MIN	PERCENTUAL
Disciplinas obrigatórias	1980	56,92
Disciplinas eletivas	108	3,1
Prática como componente curricular	432	12,42
Estágio Supervisionado	400	11,5
Atividades Acadêmicas Científico-Culturais	200	5,75
TCC	10	0,28
Atividades curriculares de extensão	348	10
Carga horária total	3478	100





## 4.1.2 Proposta curricular

### Ementas disciplinas obrigatórias:

#### 1º PERÍODO

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p><b>Profissão docente</b></p>	<p>Estudo da constituição histórico-social da docência, da relação entre o professorado e o Estado no Brasil, apreendendo o processo de feminização e profissionalização docente, bem como as influências do mundo do trabalho sobre a formação e o processo de trabalho docente.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• COSTA, Áurea (org.). <b>A proletarização do professor:</b> neoliberalismo na educação. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sudermann, 2009.</li> <li>• FACCI, Marilda Gonçalves Dias. <b>Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?</b> São Paulo: Autores Associados, 2004.</li> <li>• LIBÂNEO, José Carlos. <b>Adeus professor, adeus professora?</b> – novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2010.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• COSTA, Marisa C. Vorraber. <b>Trabalho docente e profissionalismo.</b> Porto Alegre Sulina, 1995.</li> <li>• LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. <b>A constituição histórica do processo de trabalho docente.</b> Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.</li> <li>• MELO, Kátia Maria Silva de. <b>Formação e profissionalização docente: o discurso das competências.</b> Maceió: EDUFAL, 2007.</li> <li>• NÓVOA, Antonio (org.). <b>Vidas de professores.</b> Porto: Portugal, 2000.</li> <li>• TARDIF, M. <b>Saberes docentes: Formação profissional.</b> São Paulo: Vozes, 2006.</li> </ul>
<p><b>Educação e Direitos Humanos</b></p>	<p>Estudo sobre a história dos Direitos Humanos. A relação entre Direitos Humanos e Educação na consolidação do estado democrático e da cidadania. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Políticas e ações educacionais afirmativas.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. <b>Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos:</b> Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007</li> <li>• CANDAU, Vera M.; SACAVINO, Susana (org.). <b>Educação em Direitos Humanos:</b> temas, questões e propostas. Rio de Janeiro, 2008</li> <li>• Flores, Elio; Ferreira, Lucia de Fátima; MELO, Vilma de Lurdes. <b>Educação em direitos humanos &amp; educação para os direitos humanos.</b> João Pessoa: Editora da UFPB</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BARBOSA, Marco Antônio Rodrigues. <b>Memória, Verdade e Educação em Direitos Humanos</b> In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy</li> </ul>

		<p>Silveira et ali. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2007</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• SADER, Emir. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.</li> <li>• BUFFA, ARROYO e NOSELLA (orgs.). Educação e Cidadania: quem educa o cidadão. São Paulo: Cortez, 1987. CANDAU, Vera (Org.) Educar em Direitos Humanos. Petrópolis: Vozes, 2000.</li> <li>• CARVALHO, J. M. Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil. México: Fondo de Cultura, 1995. LESBAUPIN, Ivo. Direitos humanos na perspectiva das classes populares. Petrópolis, Vozes: 1987.</li> </ul>
<b>Leitura e produção textual em língua portuguesa</b>	<p>Prática de leitura e de produção de diversos gêneros textuais/discursivos, em português, fundamentadas no conceito de linguagem como atividade interlocutiva e no texto como unidade básica significativa na língua.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• FAVERO, Leonor. Coesão e coerência textuais. 11. ed. São Paulo: Ática, 2009.</li> <li>• KOCH, I. G. A Coerência textual. São Paulo: Contexto, 2009.</li> <li>• MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.) Gêneros textuais e ensino. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Planejar gêneros acadêmicos. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2008.</li> <li>• BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2010.</li> <li>• KOCH, I.G. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2002.</li> <li>• MARCUSCHI, Luiz Antonio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.</li> <li>• PERROTA, Claudia. Um texto para chamar de seu: preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004.</li> </ul>
<b>Metodologia Científica</b>	<p>Conceitos básicos de metodologia científica. Linguagem científica. Fundamentos da investigação científica. Tipos de Pesquisa. Estruturas formais e funcionais do discurso científico. Subsídios para a produção e a interpretação de textos científicos: resumo, resenha, relatório, projetos de pesquisa.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004;</li> <li>• KÖCHE, J. C. Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.</li> <li>• LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo</li> </ul>

		<p>Horizonte, MG: Ed. da UFMG, 1999.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BEUAD, S.;WEBER, F. Guia para uma pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007;</li> <li>• BERGER, P.; LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Trad. Floriano Fernandes. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978;</li> <li>• BECKER, Howard S. Segredos e truques da pesquisa / Howard S. Becker; tradução, Maria Luiza X. de A. Borges; revisão técnica, Karina Kuschnir. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007;</li> <li>• KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas. Trad. de Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006;</li> <li>• LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010;</li> <li>• CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. IN: GUIMARÃES, A.Z. Desvendando máscaras sociais . Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980;</li> </ul>
<p><b>Fundamentos sócio-filosóficos do conhecimento</b></p>	<p>Reflexões sobre ciência e filosofia; os fundamentos sociológicos antropológicos do conhecimento; a produção do conhecimento na arte, na educação e na religião; a relevância dos saberes locais e tradicionais; racionalismo e empirismo; a questão da neutralidade na ciência e o exame de seus aspectos objetivos e subjetivos.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CHAUI, M. Convite a Filosofia. São Paulo: Ática, 2005.</li> <li>• CYRULNIK, Boris; MORIN Edgar. Diálogo sobre a natureza humana. Lisboa: Instituto Piaget, 2004</li> <li>• FOUREZ, Gérard. A construção das ciências: as lógicas das invenções científicas. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.</li> <li>• YOUNG, Michael F. D. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. Revista Brasileira de Educação. V. 16. Nº 48, set./dez. 2011.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BOMBASSARO, L. C. As fronteiras da epistemologia: Como se produz o conhecimento. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.</li> <li>• CALMERS, A. F. O Que é Ciência, Afinal? Trad. De Raul Fiker. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1997.</li> <li>• DUTRA, L. H. A. Introdução à teoria da ciência. Florianópolis: Editora da UFSC,</li> </ul>

		<p>1998.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• HUME, D. Investigação sobre o entendimento humano. São Paulo: Escala Educacional, 2006. 151 p.</li> <li>• MORIN, E. Introdução ao Pensamento Complexo. Porto Alegre: Sulina; 2006.</li> </ul>
<b>Ações de extensão 1 - Curso</b>	Estudo da constituição da profissão docente identificando aspectos teóricos e metodológicos na prática docente no alto sertão alagoano.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 2000c. p. 82-103. (1. reimpressão da 3. ed. de 1987).</li> <li>• MORIN, André. Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada. Tradução Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2004.</li> <li>• MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• GURGEL, Roberto Mauro. Extensão universitária: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez, 1986.</li> <li>• _____. Extensão universitária: momento de aplicação do conhecimento e de intercâmbio de saberes</li> <li>• SOARES, Virginia Maria S. Metodologias participativas para projetos educacionais e tecnológicos. In: THIOLENT Michel; ARAÚJO FILHO, Targino de; SOARES, Rosa L. S. (Orgs.). Metodologias e experiências em projetos de extensão. Niterói: EdUFF, 2000. p. 43- 54.</li> </ul>

## 2º PERÍODO

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<b>Educação e Relações étnico-raciais</b>	Estudo da formação sociocultural da sociedade brasileira e, particularmente, da sociedade alagoana, perpassando a instituição escolar enquanto espaço de relações étnico-raciais em	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CHAUI, Marilena de Souza. <i>Cultura e Democracia: o discurso competente e outras palavras</i>. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 1993.</li> <li>• FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Editora</li> </ul>

	<p>permanente socialização e a reconceitualização do currículo escolar, introduzindo culturas e histórias que estiveram à margem do processo escolar.</p>	<p>Civilização Brasileira, 2015.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BHABHA, Homi K. O local da Cultura. Belo Horizonte: Ed. UGMG, 2015.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.</li> <li>• _____. Conhecimento Prudente para uma vida Decente: um discurso sobre as Ciências revisitado. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.</li> <li>• SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. MUNANGA, Kabengele (Org.) Superando o racismo na escola. Brasília: MEC, SEEF, 2000.</li> <li>• BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Documento Final da I conferência Nacional de Educação Escolar Indígena. Brasília: SECAD, 2014.</li> </ul>
<p><b>Introdução às tecnologias de informação e comunicação</b></p>	<p>Sociedade da Informação; Tecnodeterminismo, Usos Sociais da Tecnologia; Interações Sociais e Processos Críticos; Relações de Poder na Sociedade da Informação; Novos paradigmas da convergência tecnológica. Tecnologia e educação.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CASTELLS, M. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.</li> <li>• CASTELLS, M. A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2005.</li> <li>• LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.</li> <li>• SOARES, Ismar de Oliveira. <b>Uma educomunicação para a cidadania.</b> Disponível em: <a href="http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/6.pdf">http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/6.pdf</a>; NCE-USP - Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo.</li> <li>• _____. <b>Comunicação / Educação:</b> Emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. Disponível em: <a href="http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/140.pdf">http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/140.pdf</a>; NCE-USP - Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BERLO, D. K. O processo de</li> </ul>

		<p>comunicação: introdução à teoria e à prática. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BRAGA, J. L. A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006. 341 p.</li> <li>• CANCLINI, N. G. A Globalização Imaginada. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.</li> <li>• PERLES, J. B. Comunicação: conceitos, fundamento e história. Porto: BOCC, 2007.</li> <li>• HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências. Petrópolis: Vozes, 2015.</li> </ul>
<p><b>Fundamentos das ciências sociais</b></p>	<p>Reflexões acerca das Ciências Sociais, contextualizando o período histórico que justificou o seu surgimento. Abordagens das diferentes vertentes teóricas e metodológicas dos clássicos das Ciências Sociais, sobre a constituição da sociedade, na sua complexa estruturação. Debate sobre as grandes questões da contemporaneidade como: pós-colonialismo, questões étnico raciais, de gênero e a questão ambiental, inerente ao pensamento contemporâneo nas suas variadas dimensões.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• DURKHEIM, E. <b>As Regras do Método Sociológico</b>. Trad. Martin Claret, São Paulo: Ed. Martin Claret, 2008.</li> <li>• DURKHEIM, E. <b>O suicídio</b>. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2008.</li> <li>• MARX, K. <b>A Ideologia Alemã</b>. Tradução, Castro e Costa, L. C. São Paulo: Martins Fontes, 2002.</li> <li>• WEBER, M. <b>Ciência &amp; Política duas Vocações</b>. São Paulo: Cultrix, 2007.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• GIDDENS, A. <b>A Constituição da Sociedade</b>. São Paulo: Martins Fontes, 1989.</li> <li>• GIDDENS, A. <b>As consequências da Modernidade</b>. Tradução Raul Fiker, São Paulo, ed. Unesp, 1991.</li> <li>• HALL, S. <b>A Identidade Cultural na Pós Modernidade</b>. Tradução, Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2006.</li> <li>• LEFF, E. <b>Saber ambiental – sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder</b>. 2ª Ed. RJ: Petrópolis: 2001.</li> <li>• MUNANGA. K. <b>Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra</b>: Autentica 2004.</li> <li>• SACHS, I. <b>Sociedade, Cultura e Meio Ambiente</b>. In. Mundo &amp; Vida, v. 2, n. 1, 2008, p. 07-13.</li> </ul>

<p><b>Política e Organização da Educação Básica do Brasil</b></p>	<p>Estudo da organização escolar brasileira, nos diversos níveis e modalidades da Educação Básica, no contexto histórico, político, cultural e sócio-econômico da sociedade brasileira.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.</li> <li>• SANTOMÉ, Jurjo Torres. A educação em tempos de neoliberalismo. Porto Alegre: ATMED, 2003.</li> <li>• LIBÂNIO, José C. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2006. NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação e política no Brasil de hoje. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1999.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• AZEVEDO LINS, M. J. A educação como política pública. 3ª ed. Campinas/São Paulo: Autores Associados, 2004.</li> <li>• SAVIANI, D. Educação brasileira: estrutura e sistema. São Paulo: Autores Associados, 2008.</li> <li>• _____. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2008.</li> <li>• _____. Política e educação no Brasil. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.</li> <li>• TONET, Ivo. Educação, cidadania e emancipação humana. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.</li> </ul>
<p><b>História da Educação (Fundamentos históricos da educação e da pedagogia)</b></p>	<p>Análise histórica da Educação e da Pedagogia, segundo as idéias pedagógicas, com foco na história da educação brasileira</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CAMBI, Franco. <b>História da Pedagogia</b>. São Paulo:UNESP, 1999.</li> <li>• STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Câmara (org.). <b>Histórias e memórias da educação no Brasil Séculos XVI- XVIII</b>. Petrópolis: Vozes, 2005. Vol. I.</li> <li>• STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Câmara (org.). <b>Histórias e memórias da educação no Brasil – Século XIX</b>. Petrópolis: Vozes, 2004. Vol. II.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Câmara (org.). <b>Histórias e memórias da educação no Brasil Século XX</b>. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005. Vol. III.</li> <li>• VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.). <b>Caminhos da Educação da Colônia aos Tempos Atuais</b>. Maceió/São Paulo. Ed. Catavento, 2001</li> </ul>
<p><b>Arte Educação</b></p>	<p>Conceito e importância das linguagens artísticas no fenômeno da Educação como</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BARBOSA, Ana Mae. <i>A Imagem no Ensino da Arte</i>. Ed. Perspectiva. São</li> </ul>

	<p>meio fundamental para o desenvolvimento da criatividade e a educação estética no processo interdisciplinar e transdisciplinar do ensino-aprendizagem permeado pelas linguagens artísticas.</p>	<p>Paulo. 1991.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BENJAMIN, Walter. <i>Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação</i>. SP: Summus, 1984.</li> <li>• BOSI, Alfredo. <i>Reflexões sobre a Arte</i>. São Paulo, Ática, 1985.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CALABRESE, Omar. <i>A Linguagem da Arte</i>. ed. Globo. Rio de Janeiro. 1985.</li> <li>• FERRAZ, Maria Heloísa C. de T. &amp; REZENDE E DUSARI, Maria F. de. <i>Metodologia do Ensino da Arte</i>, São Paulo, Cortez, 1993. .</li> <li>• GARDNER, Howard. <i>As Artes e o Desenvolvimento Humano: um estudo psicológico artístico</i>. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.</li> <li>• GASSET, José Ortega y. <i>A Desumanização da Arte</i>. ed Cortez. São Paulo. 1991.</li> </ul>
<p>ACE 2 A – Projeto</p>	<p>Estudos e ações que envolvam o uso das tecnologias de forma inclusiva. Compreensão da diversidade cultural e valorização das experiências individuais.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ANDRADE-DUVERNOY, Doriele; RÉGNIER, Jean-Claude. A educomunicação como princípio indissociável da extensão universitária, do protagonismo juvenil e da coesão social: o caso da rede coque vive. <i>Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação</i>, v. 5, p. 149-164, 2012.</li> <li>• ABDALA JUNIOR, B. Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo &amp; outras misturas. In. ABDALA JUNIOR, B. (org.). São Paulo: Boitempo, 2004</li> <li>• BANDEIRA, M. L. TERRAS NEGRAS. Invisibilidade expropriadora. <i>Textos e Debates. Terras e Territórios de Negros no Brasil</i>. V. 1, n. 2 NUER/PPGAS, 1991</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BRANDÃO, C. R. Identidade e etnia. <i>Construção da Pessoa e Resistência Cultural</i>. São Paulo: Brasiliense. 1986</li> <li>• BERGER, P.; LUCKMANN, T. <i>A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento</i>. Trad. Floriano Fernandes, Rio de Janeiro, 2ª Ed. editora Vozes, 1974.</li> </ul>



		<ul style="list-style-type: none"> <li>• CHAUÍ, M. Escritos sobre a Universidade (2001). São Paulo, Editora UNESP.</li> <li>• COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 2. ed. São Paulo: Saraiva. 2001.</li> <li>• FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.</li> </ul>
--	--	---

### 3º PERÍODO

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA BÁSICA
Educação e tecnologias digitais da informação e da comunicação	<p>Estudo das mídias e recursos tecnológicos digitais na educação e suas representações no âmbito escolar e na sociedade contemporânea. Analisar a apropriação das TDIC e sua utilização nos espaços pedagógicos, assim como estabelecer subsídios no que diz respeito a construção de projetos. Compreender os conceitos em Educação a distância e ambientes virtuais de aprendizagem, vivenciando algumas práticas em sala.</p>	<p><b>Bibliografia Básica</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ALMEIDA, Elizabeth (org). <b>Formação de Educadores a distância e integração de mídias.</b> São Paulo: Avercamp, 2007.</li> <li>• COSCARELLI, Carla Viana (org). <b>Hipertexto na teoria e na prática.</b> Belo Horizonte: Autentica, 2012.</li> <li>• COSTA, José W.; OLIVEIRA, Maria A. (orgs.). <b>Novas linguagens e novas tecnologias:</b> educação e sociabilidade. Petrópolis: Vozes, 2004.</li> <li>• FREITAS, Adriano V.; LEITE, Ligia S. <b>Com giz e laptop:</b> da concepção à integração de políticas de informática. Rio de Janeiro: Wak, 2011.</li> <li>• SILVA, Marcos. <b>Educação online.</b> São Paulo: Loyola, 2004.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• LÉVY, Pierre. <b>A inteligência coletiva.</b> São Paulo; Loyola, 1998.</li> <li>• LÉVY, Pierre. <b>Cibercultura.</b> 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2000</li> <li>• MARCUSCHI, Luiz A; XAVIER, Antônio C. (orgs). <b>Hipertexto e gêneros digitais:</b> novas formas de construção do sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.</li> <li>• MORAN, José M. <b>A educação que desejamos:</b> novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2007.</li> <li>• PALLOFF, Rena M.; PRATT, Keith. <b>Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço:</b> estratégias eficientes para salas de aula on-line. Porto Alegre: Artmed, 2002.</li> </ul>
Trabalho e educação	Estudo da categoria Trabalho	<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>

	<p>e sua relação com a gênese e função social da educação, perpassando a análise sóciohistórica nas políticas e práticas da relação trabalho e educação e seus reflexos na profissão docente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• BERTOLDO Edna e MAGALHÃES, Belmira (org.) Trabalho, Educação e Formação Humana. Maceió: EDUFAL, 2005.</li> <li>• DUARTE, N. Individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1993. (Educação contemporânea).</li> <li>• MÉSZÁROS, I. <b>A educação para além do capital.</b> Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BERTOLDO, Edna. <b>Trabalho e educação no Brasil: da centralidade do trabalho à centralidade da política.</b> Maceió: EDUFAL, 2009.</li> <li>• CATTANI, Antônio David (org). <b>Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia.</b> Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.</li> <li>• FRIGOTTO, Gaudêncio. <b>Educação e crise do capitalismo real.</b> São Paulo: Cortez, 2000.</li> <li>• MARX, Karl. <b>Manuscritos econômicos filosóficos.</b> Lisboa, Portugal: Edições 70, 1993.</li> <li>• RAMOS, Marise Nogueira. <b>A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?</b> São Paulo : Cortez, 2001.</li> </ul>
<p><b>Fundamentos Psicopedagógicos da Educação</b></p>	<p>Reflexão teórico-crítica da Psicologia, segundo as novas teorias, considerando a nature multidimensional do ser humano as concepções da Psicologia da Educação na complexidade contemporânea.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CARRARA, Kester. (org.). Introdução à Psicologia da Educação: <i>seis abordagens.</i> - São Paulo: Avercamp, 2004.</li> <li>• PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar. Histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.</li> <li>• CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA/ SP; GRUPO DE INTERINSTITUCIONAL DE QUEIXA ESCOLAR (Orgs.).Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ARANTES, Valéria Amorim (Org.) Afetividade na escola. São Paulo: Summus Editorial, 2003.</li> <li>• AQUINO, Julio Groppa (Org.).</li> </ul>

		<p>Indisciplina na escola. São Paulo: Summus, 1996.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• AQUINO, Julio Groppa. Drogas na escola. São Paulo: Summus, 1998.</li> <li>• MARTÍNEZ, Albertina Mitjans. Psicologia Escolar e Compromisso social. São Paulo: Átomo, 2007.</li> <li>• <u>GUZZO, Raquel Souza Lobo; CARO, Sueli Maria Pessagno.</u> Educação Social e Psicologia. Alínea, 2004.</li> </ul>
<b>Desenvolvimento e Aprendizagem</b>	<p>Estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento humano na infância, na adolescência e na fase adulta segundo as teorias clássicas da Psicologia do Desenvolvimento e as atuais ciências do desenvolvimento na perspectiva dos ciclos de vida. O desenvolvimento humano frente à diversidade cultural, social e étnica dos múltiplos contextos de desenvolvimento. Articular o estudo do desenvolvimento com as concepções de aprendizagem e com a área da Educação.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• COSTA JÚNIOR, Á. L.; DESSEN, M. A. (Orgs.). A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2005.</li> <li>• PIAGET, J. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1975.</li> <li>• VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1988.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CARDOSO, M. R. (Org). Destinos da Adolescência. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2008.</li> <li>• CASTRO, L.R. (Org.). Infância e Adolescência na Cultura do Consumo. Rio de Janeiro: Nau editora/Faperj, 1998.</li> <li>• LA TAILLE, Y. de; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus. 1992.</li> <li>• SALVADOR, C.C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. Vol.2, Ed. Artmed. 2004.</li> <li>• WALLON, H. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</li> </ul>
<b>Currículo</b>	<p>Bases pedagógicas e epistemológicas do Currículo: Estudo histórico-crítico dos princípios e concepções do currículo, segundo suas dimensões normativas vigentes na Escola básica. O pensamento curricular e suas dimensões didático-pedagógica, política e cultural; Questões atuais emergentes da concepção crítica e pós-críticas: currículo e ideologia, cultura, identidade, disciplinaridade e interdisciplinaridade, novas</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• HERNÁNDEZ, Fernando &amp; VENTURA, Montserrat. <b>A organização do Currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio.</b> Trad. Jussara Haubert Rodrigues. 5ª edição. Porto Alegre, ARTMED: 1998</li> <li>• SACRISTÁN. J. Gimeno. <b>O Currículo: uma reflexão sobre a prática.</b> Tradução Ernani da F. Rosa. 3ª edição. Porto Alegre: ARTMED, 1998</li> <li>• SILVA, Tomaz Tadeu da. <b>Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.</b></li> </ul>

	tecnologias.	<p>2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2007</li> <li>• MOREIRA, A. F. B.; GARCIA, R. L. (Orgs.). Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003.</li> <li>• GOODSON, Ivor F. Currículo: teoria e história. Petrópolis, Vozes, 1995.</li> <li>• BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. A reprodução; elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.</li> <li>• MACEDO, Elizabeth, OLIVEIRA, Inês Barbosa de, MANHÃES, Luiz Carlos &amp; ALVES, Nilda (org.). Criar currículo no cotidiano. São Paulo, Cortez, 2002.</li> </ul>
<b>Fundamentos sócioantropológicos</b>	<p>Estudo das tendências teórico-metodológicas da Sociologia, analisando a relação entre educação e a dinâmica da sociedade no Brasil, perpassando as interações Educação-Estado Movimentos Sociais. Introdução aos estudos Antropológicos da Educação, suas relações com a sociedade, suas dimensões étnico-raciais e culturais, acompanhando as tendências teórico-metodológicas contemporâneas.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• DEMO, P. <b>Sociologia - uma introdução crítica</b>. São Paulo: Atlas, 1989</li> <li>• DURKHEIM, Émile. <b>Educação e Sociologia</b>. 11 ed., São Paulo: Melhoramentos; [Rio de Janeiro]: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.</li> <li>• MCLAREN, Peter. <b>Multiculturalismo crítico</b>. São Paulo: Cortez, 1997.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CANDAU, Vera Maria. <b>Cultura(s) e Educação: entre o crítico e o pós-crítico</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2005</li> <li>• GIDDENS, Anthony. <b>Sociologia</b>. Porto Alegre: Artmed, 2005</li> <li>• GOHN, Maria da Glória. <b>Teorias dos movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos</b>. São Paulo: Edições Loyola, 2007.</li> <li>• HALL, Stuart. <b>A identidade cultural na pós-modernidade</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2007.</li> <li>• ROCHA, Everardo P. Guimarães. <b>O que é etnocentrismo</b>. 10 ed., São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros passos, n. 124)</li> </ul>
ACE 2 B – Projeto	Estudos e ações que envolvam o uso das tecnologias de forma inclusiva. Compreensão da diversidade cultural e	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ANDRADE-DUVERNOY, Doriele; RÉGNIER, Jean-Claude. A educomunicação como princípio indissociável da extensão</li> </ul>

	<p>valorização das experiências individuais.</p>	<p>universitária, do protagonismo juvenil e da coesão social: o caso da rede coque vive. <i>Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação</i>, v. 5, p. 149-164, 2012.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ABDALA JUNIOR, B. Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo &amp; outras misturas. In. ABDALA JUNIOR, B. (org.). São Paulo: Boitempo, 2004</li> <li>• BANDEIRA, M. L. TERRAS NEGRAS. Invisibilidade expropriadora. <i>Textos e Debates. Terras e Territórios de Negros no Brasil</i>. V. 1, n. 2 NUER/PPGAS, 1991</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BRANDÃO, C. R. Identidade e etnia. <i>Construção da Pessoa e Resistência Cultural</i>. São Paulo: Brasiliense. 1986</li> <li>• BERGER, P.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Trad. Floriano Fernandes, Rio de Janeiro, 2ª Ed. editora Vozes, 1974.</li> <li>• CHAUI, M. <i>Escritos sobre a Universidade</i> (2001). São Paulo, Editora UNESP.</li> <li>• COMPARATO, Fábio Konder. <i>A afirmação histórica dos direitos humanos</i>. 2. ed. São Paulo: Saraiva. 2001.</li> </ul> <p>FREIRE, Paulo. <i>Extensão ou comunicação?</i> 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.</p>
--	--	--

#### 4º PERÍODO

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p><b>Sociologia contemporânea</b></p>	<p>Refletir sobre a problemática da construção do conhecimento sociológico contemporâneo: culturas e sociedades. Compreender a racionalidade constitutiva do pensamento moderno dentro da perspectiva local/global. Enfocando de maneira privilegiada, os debates fecundos sobre pós-</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BOURDIEU, Pierre. <b>O poder simbólico</b>. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.</li> <li>• GIDDENS, A. <b>As consequências da Modernidade</b>. Trad. De Raul Fiker, São Paulo: Unesp, 1991.</li> <li>• LANDER, Edgard(org). <b>A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais:</b></li> </ul>

	<p>colonialismo, questões identitárias, modernidade e pós-modernidade. Igualmente, propõem-se discutir a partir de tais pensamentos, as relações entre dominação, poder e violência simbólica, bem como, as formas de participação coletiva e organização social na contemporaneidade e diálogos com a educação.</p>	<p>perspectivas latino americanas. Buenos Aires, 2005.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ORTIZ, R. <b>Cultura brasileira e identidade nacional</b>. São Paulo: Brasiliense, 2012.</li> <li>• NOGUEIRA, M. Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.) <b>Escritos de Educação</b>, 9. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. <b>Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna</b>. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 11-71;</li> <li>• ELIAS, Norbert, <b>O Processo Civilizador</b>, 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.</li> <li>• FERNANDES, Florestan. <b>A integração do negro na sociedade de classes</b>. São Paulo: Globo, 2008. 2v <b>Classificação: 326(81) F363i Ac.39479;</b></li> <li>• SANTOS, B. S. S. <b>Epistemologia do Sul</b>. São Paulo: Cortez, 2010.</li> <li>• SAID, E. <b>Orientalismo Como Invenção do Ocidente</b>. Tradução, Losaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.</li> </ul>
<p><b>Fundamentos da Educação Infantil e Propostas Pedagógicas</b></p>	<p>Estudo dos fundamentos pedagógicos, legais e normativos da educação infantil e da organização do currículo, considerando propostas e experiências pedagógicas reconhecidas no âmbito local, nacional e internacional. Compreensão da infância e criança como categorias históricas e sociais. Reconhecimento dos fundamentos pedagógicos lançados pelos pioneiros da educação infantil.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais ARIÉS, P. <b>História social da criança e da família</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.</li> <li>• OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO. T. M. <b>Pedagogia (s) da Infância: dialogando com o passado, construindo o futuro</b>. Porto Alegre: Artmed, 2006.</li> <li>• RIZZINI, I. <b>O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil</b>. São Paulo: Cortez Editora, 2011.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, seção I, p.18.</li> <li>• EDWARDS, C., GANDINI, L e FORMAN, G. <b>As cem linguagens da criança</b>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.</li> <li>• FREITAS, M. C. (Org.). <b>História social da infância no Brasil</b>. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• HOHMANN, M.; WEIKART, D. <b>Educar a criança</b>. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.</li> <li>• LIMA, J. F.; SANTOS, A. M. dos. Educação infantil e histórias de vida: análise memorialística das infâncias. In: BELO, R. A. <b>Educação e formação docente</b>: reflexões e relatos de experiência no Sertão Alagoano. Maceió: Edufal, 2015, p. 41-76.</li> </ul>
<b>Gestão da Educação e do Trabalho Escolar</b>	<p>Estudo da escola como organização social e educativa: concepções, características e elementos constitutivos do sistema de organização e gestão do trabalho escolar, segundo os pressupostos teóricos e legais vigentes, na perspectiva do planejamento participativo com foco no Projeto Político Pedagógico que contemple a diversidade para que o mesmo seja inclusive</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• LIBÂNEO, J. C. <b>Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática</b>. 5ª ed (ver e amp.) Goiânia: Alternativa, 2004.</li> <li>• VASCONCELLOS, Celso dos S. <b>Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico</b>. São Paulo: Libertad, 2001.</li> <li>• VEIGA, I. P. A. e RESENDE, L. M. G. (orgs.). <b>Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico</b>. São Paulo: Papyrus, 1998.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CRUZ NETO, Tiago Leandro. <b>Gestão democrática da Educação</b>: uma discussão sobre planejamento educacional e participação coletiva em Alagoas (1999-2004). Editora ABEU, 2013.</li> <li>• FURLAN, M. e HARGREAVES, A. <b>A Escola como organização Aprendizente: buscando uma educação de qualidade</b>. Porto Alegre: Artmed, 2000.</li> <li>• VIEIRA, Sofia Lerche (org). <b>Gestão da escola: desafios a enfrentar</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2002.</li> <li>• LUCK, Heloisa. <b>Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional</b> - Vol. II - Série Cadernos de Gestão. Petrópolis:</li> </ul>

		<p>Vozes.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PARO, Vitor Henrique. <b>Administração Escolar: uma introdução crítica</b>. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</li> </ul>
<b>Alfabetização e letramento</b>	<p>Abordagem das recentes concepções de alfabetização e letramento, articulando ensino, desenvolvimento e aprendizagem, e considerando seus efeitos sobre as práticas discursivas em contextos familiares e em contextos escolares envolvendo alunos de Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CAGLIARI, L. C. <i>Alfabetização e lingüística</i>. São Paulo: Scipione, 1989.</li> <li>• _____. <i>Alfabetizando sem bá-bé-bi-bo-bu</i>. São Paulo. SCIPIONE, 1999.</li> <li>• FERREIRO, E. <i>Reflexões sobre alfabetização</i>. São Paulo: Cortez/Editores Autores Associados. 1985. FERREIRO, Emilia &amp; TEBEROSKY, Ana. <i>Psicogênese da língua escrita</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.</li> <li>• SCLiar-CABRAL, L. <i>Guia prático de alfabetização, baseado em Princípios do sistema alfabético do português do Brasil</i>. São Paulo: Contexto, 2003.</li> <li>• SOARES, Magda. <i>Letramento: um tema em três gêneros</i>. São Paulo: Autêntica, 1998.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• FERREIRO, E. <i>Os filhos do analfabetismo: da oralidade a escrita</i>. Porto Alegre: Artes Medicas, 1991.</li> <li>• FERREIRO, Emília e TEBEROSKY, Ana. <i>Psicogênese da Língua escrita</i>. Porto Alegre: Artes Medicas, 1985.</li> <li>• GATE, Jean-Pierre. <i>Educar para o sentido da escrita</i>. Sao Paulo: EDUSC,2001</li> <li>• MORTATTI, Maria do Rosário. <i>História dos métodos de alfabetização no Brasil</i>. 2006 (endereço eletrônico)</li> <li>• TEBEROSKY, Ana. <i>Aprendendo a escrever: perspectivas psicológicas e implicacoes educacionais</i>. Sao Paulo: Atica, 1994.</li> <li>• SOARES, Magda. <i>Letramento: um tema em três Gêneros</i>.Belo Horizonte: Autêntica, 2002.</li> <li>• VYGOTSKI, L. S. <i>Pensamento e Linguagem</i>. Sao Paulo: Martins Fontes, 1999.</li> </ul>
<b>Didática</b>	<p>Estudo da prática pedagógica vigente e dos fundamentos da docência, considerando a evolução da didática na perspectiva sócio-histórica e</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CANDAU, V. M. <i>A didática em questão</i>. Petrópolis, R J: Vozes, 1984.</li> <li>• LIBÂNEO, J. C. <i>Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-</i></li> </ul>



	<p>metodológica. Abordagens contemporâneas da Didática e sua problematização a partir do cotidiano da sala de aula como espaço para ensinar e aprender.</p>	<p>social dos conteúdos. São Paulo: Cortez, 1985.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. Repensando a Didática. São Paulo, Papirus: 1996.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CANDAU, V. M. Rumo a uma nova didática. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.</li> <li>• ANDRÉ, M. E. Alternativas no ensino de didática. Campinas, SP: Papirus, 1997.</li> <li>• CAMBI, F. (1999). História da pedagogia. São Paulo: Unesp.</li> <li>• HILSDORF, M. L. S. (2006). O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada. Belo Horizonte: Autêntica.</li> <li>• COMENIUS, Jan Amós. Didática Magna. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002</li> </ul>
<p><b>Educação Especial</b></p>	<p>Estudo dos conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial. A política nacional e a fundamentação legal da Educação Especial e Inclusiva. Reconhecimento das deferentes deficiências. Conhecimento das especificidades dos estudantes com deficiência (física, visual, auditiva, física, intelectual ou múltipla), com transtornos globais do desenvolvimento (Transtorno do Espectro Autista, psicose infantil) e com altas habilidades/superdotação. Reflexão sobre a prática inclusiva que garanta o acesso e permanência dos estudantes com necessidade educacionais especiais.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• COLL, C; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. <b>Desenvolvimento psicológico e educação:</b> necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Vol 2. Porto Alegre, Artes Médicas: 1995.</li> <li>• MANTOAN, M. T. E; PRIETO, R. G. <b>Inclusão escolar:</b> pontos e contrapontos. 5 ed. São Paulo: Summus, 2006. p. 15-30.</li> <li>• MAZZOTTA, M. J. S. <b>Educação especial no Brasil:</b> história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• MANTOAN, M. T. E; PRIETO, R. G. <b>Inclusão escolar:</b> O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.</li> <li>• CARVALHO, R. E. <b>Escola Inclusiva:</b> a reorganização do trabalho pedagógico. 5 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.</li> <li>• CUNHA, Eugênio. <b>Autismo e inclusão:</b> psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. Rio de janeiro: wak Ed, 2009.</li> <li>• MACHADO, A. M. et. al. <b>Psicologia e direitos humanos:</b> educação inclusiva, direitos humanos na escola. São Paulo: Casa do psicólogo, 2005.</li> <li>• STAINBACK, S.; STAINBACK, W. <b>Inclusão:</b> um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.</li> </ul>

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p><b>Libras</b></p>	<p>Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), da sua estrutura gramatical, de expressões manuais, gestuais e do seu papel para a comunidade surda.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• QUADROS, Ronice Muller de. <b>Educação de Surdos: a aquisição de Linguagem</b>. Porto Alegre: Artmed, 1997.</li> <li>• _____, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. <b>Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos</b>. Porto Alegre: Artmed, 2004.</li> <li>• SKLIAR, Carlos. <b>A Surdez: um olhar sobre as diferenças</b>. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Valkíria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina. <b>Novo Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua Brasileira de Sinais</b>. Volumes I e II. São Paulo: Edusp, 2009.</li> <li>• FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. <b>LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do aluno</b>. 5ª Ed. Brasília: MEC/SEESP, 2007.</li> <li>• FERREIRA BRITO, L. <b>Por uma gramática das línguas de sinais</b>. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995.</li> <li>• SACKS, O. <b>Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos</b>. Rio de Janeiro, Imago, 1990.</li> <li>• SANTANA, Ana Paula. <b>Surdez e Linguagem: Aspectos e Implicações Neurolinguísticas</b>. São Paulo: Plexus, 2007.</li> </ul>
<p><b>Avaliação educacional</b></p>	<p>Estudo das teorias e práticas da avaliação educacional a partir dos paradigmas interacionistas da sociedade e da ação pedagógica, construindo novas abordagens e novos procedimentos do ato de avaliar.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ESTRELA, Albano &amp; NÓVOA, António (orgs.). <b>Avaliações em Educação; novas perspectivas</b>. Edição atualizada. Porto/Portugal: Porto Editora, 1999.</li> <li>• HOFFMAN, J. <b>Avaliar para promover: as setas do caminho</b>. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.</li> <li>• LUCKESI, Cipriano Carlos. <b>Avaliação da Aprendizagem Escolar</b>. São Paulo, Cortez, 1996</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BARLOW, Michel. <b>Avaliação Escolar; mitos e realidades</b>. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2006.</li> <li>• SAUL, Ana Maria. <b>Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo</b>. São Paulo: Cortez, 1988</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2000</li> <li>• HADJI, Charles. Avaliação Desmistificada. Trad. Patricia C. Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2001.</li> <li>• PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.</li> </ul>
<b>Organização e Gestão dos Processos Educativos</b>	Estudo dos fundamentos, princípios e mecanismos da gestão educacional em todos os níveis, das relações escola comunidade e sistemas de ensino e da organização dos processos educativos escolares e não escolares.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• SAVIANI, DEMERVAL. Educação Brasileira, estrutura e sistema. 8.ed. Autores Associados, 1996.</li> <li>• CANÁRIO, RUI. A escola tem futuro? Das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2006.</li> <li>• MACHADO, L. M. e FERREIRA, N.S.C. (orgs). Política e Gestão da Educação: dois olhares. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2002.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• GADOTTI, Moacir, PADILHA, P.R e CABEZUDO, Alicia. Cidade educadora: princípios e experiências. São Paulo: Cortez, 2004.</li> <li>• GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010</li> <li>• LÜCK, HELOÍSA. <b>Gestão educacional:</b> uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2006.</li> <li>• OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org). Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens. Petrópolis: Vozes, 2005.</li> <li>• PARO, Victor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2000</li> </ul>
<b>Saberes e metodologias da Educação Infantil I</b>	Estudo e organização dos saberes e fazeres na Educação Infantil com ênfase na construção da identidade e da autonomia da criança pequena, do conhecimento de si, do outro e do mundo.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ARCE, A. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. Cadernos de Pesquisa, n. 113, p. 167-184, julho/2001.</li> <li>• CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. <b>Educação infantil:</b> pra que te quero? Porto Alegre: ArtMed, 2001</li> <li>• SANTOS, A. M. dos; LIMA, M. R. de (Orgs.). Infância, educação e educação infantil: diferentes cenários e perspectivas. Maceió: Edufal, 2015.</li> </ul>

		<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BANDIOLI, A.; MANTOVANI, S. <b>Manual BARBOSA, M. C. S. Por amor e por força: a rotina na educação infantil.</b> Porto alegre: ArtMed, 2006.</li> <li>• BRASIL. <b>Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.</b> Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009, 64 p.</li> <li>• CORSINO, P. (Org.). <b>Educação infantil: cotidiano e políticas.</b> Campinas, SP: Autores Associados, 2009.</li> <li>• FARIA, Ana L. G. de; DEMARTINI, Zeila de B. F.; PRADO, Patrícia D. (Orgs.). <b>Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças.</b> Campinas, SP: Autores Associados, 2005</li> <li>• ROSSETTI-FERREIRA et al. <b>Os fazeres na educação infantil.</b> São Paulo: Cortez, 1998.</li> </ul>
<p><b>Saberes e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa I</b></p>	<p>Concepções de língua(gem). Gêneros textuais. Ensino/aprendizagem da Leitura e da Escrita. Variação linguística, análise e produção de materiais pedagógicos para o ensino da Língua Portuguesa nos anos iniciais do ensino fundamental.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Tradução do russo por Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1920-1924].</li> <li>• GERALDI, João Wanderley . Portos de Passagem. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</li> <li>• GERALDI, João Wanderley (org). O texto na sala de aula: leitura e produção. Campinas-SP: ASSOESTE/UNICAMP, 1984.</li> <li>• DOLZ, Joaquim e SCHENEUWLY, Bernard. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado de Letras, 2004</li> <li>• GARCIA, R. L. (org.). Múltiplas linguagens na escola. Rio de Janeiro: Editora D&amp; A, 2000.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• DIONISIO, Ângela Paiva &amp; BEZERRA, Maria Auxiliadora (2001) O livro didático de português: múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Editora Lucerna,</li> <li>• GERALDI, J. G. (org). A aula como acontecimento. São Paulo: Pedro e João Editores, 2010.</li> <li>• LEAL, T. F. A; MORAIS, A G. A argumentação em textos escritos: a criança e a escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.</li> <li>• MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles (1994) Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o</li> </ul>

		<p>processo de letramento. Campinas: Mercado de Letras, 2003.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ROJO, Roxane. H. R. &amp; BATISTA, Augusto G. Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura da Escrita. Campinas/SP: Mercado de Letras/EDUC, 2004.</li> </ul>
<b>Pesquisa Educacional</b>	<p>Estudo das diferentes abordagens teórico-metodológicas da pesquisa em educação, compreendendo as fontes e etapas de produção do projeto de pesquisa educacional visando a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (anteprojeto de pesquisa).</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ANDRÉ, Marli E. D. A. <b>Etnografia da prática escolar.</b> Campinas: Papirus, 1995</li> <li>• FAZENDA, Ivani (Org.) <b>Metodologia da pesquisa educacional.</b> SP: Cortez, 1989.</li> <li>• GATTI, Bernadete. <b>A construção da pesquisa em educação no Brasil.</b> Brasília: Plano, 2002.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. <b>Investigação qualitativa em educação:</b> uma introdução à teoria e aos métodos. Porto/Portugal: Porto Editora, 1994.</li> <li>• MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org). <b>Pesquisa social:</b> teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2013.</li> <li>• SANTOS-FILHO, José e GAMBOA, Silvio. (Orgs.) <b>Pesquisa educacional: quantidade-qualidade.</b> SP: Cortez, 1995.</li> </ul>
<b>ACE 3 A - Projeto</b>	<p>Estudo e aplicação de perspectivas curriculares e avaliativas inclusivas. Utilização das referências avaliativas para a educação básica apresentada pelos órgãos oficiais</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• MORIN, André. Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada. Tradução Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2004.</li> <li>• MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.</li> <li>• SANTOS, Boaventura de Sousa. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Políticas de extensão universitária brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2005.</li> <li>• SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 9. ed.</li> </ul>

		<p>São Paulo: Cortez, 2003.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• _____. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</li> <li>• SOARES, Virginia Maria S. Metodologias participativas para projetos educacionais e tecnológicos. In: THOLLENT Michel; ARAÚJO FILHO, Targino de; SOARES, Rosa L. S. (Orgs.). Metodologias e experiências em projetos de extensão. Niterói: EdUFF, 2000. p. 43- 54.</li> <li>• TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.</li> </ul>
--	--	---

## 6º PERÍODO

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA BÁSICA
Saberes e metodologias da Educação Infantil II	Reflexões teórico-práticas sobre as diferentes linguagens na Educação Infantil como formas de representação e expressão da cultura lúdica. A relação entre cultura infantil, cultura escolar e cultura familiar. Metodologias e práticas no cotidiano das instituições de Educação Infantil a partir da experiência com projetos.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• JAHNKE, S.M. e MARQUES, C.M. Educação Infantil: Projetando e registrando a ação educativa. São Paulo: Paulinas, 2011.</li> <li>• JUNQUEIRA, G. Linguagens geradoras: seleção e articulação de conteúdos na Educação Infantil. Porto Alegre: Mediação, 2005.</li> <li>• ROSEMBERG, Campos; FERREIRA. Creches e pré-escolas no Brasil. São Paulo: Cortez, 1998.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• GOMES, Marineide de O. <b>A formação de professores na Educação infantil.</b> São Paulo: Cortez, 2009.</li> <li>• HADDAD, Lenira. <b>A creche em busca de identidade:</b> perspectivas e conflitos na construção de um projeto educativo. 3.ed. São Paulo: Editora Loyola, 2002.</li> <li>• OLIVEIRA, Zilma de M. R. (Org.). <b>Educação infantil:</b> muitos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.</li> <li>• SARAIVA, Juracy Assmann. <b>Palavras, brinquedos e brincadeiras:</b> cultura oral na escola. Porto Alegre: Editora Artmed, 2011.</li> <li>• OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). <b>Educação infantil:</b> saberes e</li> </ul>

		fazer da formação de professores. Campinas: Editora Papyrus, 2012. <b>infantil</b> : a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
<b>Saberes e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa II</b>	A questão do ensino-aprendizagem da gramática nos iniciais do ensino fundamental. Análise linguística e reestruturação de textos. Múltiplas linguagens e o ensino da Língua Portuguesa. A BNCC de Língua Portuguesa para os anos iniciais do ensino fundamental.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ANTUNES, Irandé. <i>Aula de português</i>: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.</li> <li>• BEZERRA, Maria Auxiliadora; REINALDO, Maria Augusta. <i>Análise linguística: afinal a que se refere?</i> São Paulo: Cortez, 2013, volume 3.</li> <li>• POSSENTI, Sírio. <i>Por que (não) ensinar gramática na escola</i>. Campinas, S. P: Mercado das Letras, 1996.</li> <li>• MORAIS, Artur Gomes. <i>Ortografia: ensinar e aprender</i>. São Paulo: Ática, 2006.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BECHARA, Evanildo. <i>Ensino da gramática: opressão? liberdade?</i> São Paulo, Ática, 1999.</li> <li>• BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: &lt; 568 <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf</a>&gt;. Acesso em: 02 jun. 2017.</li> <li>• BEZERRA, M. A.; DIONISIO, A. P. (orgs). <i>O livro didático de Português: múltiplos olhares</i>. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.</li> <li>• MORAIS, Gomes Artur. <i>O aprendizado da ortografia</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 1999</li> <li>• SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim e colaboradores. <i>Gêneros orais e escritos na escola</i>. Campinas: Mercado de Letras, 2004.</li> </ul>
<b>Saberes e Metodologias do Ensino da Matemática I</b>	Estudo teórico-metodológico dos saberes matemáticos presentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando os conhecimentos dos campos conceitual, numérico e geométrico com estímulo à prática investigativa e à construção de situações didáticas.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• NUNES, T. <i>Educação Matemática 1: números e operações numéricas</i>. São Paulo: Cortez. 2009.</li> <li>• CHEVALLARD, Y. BOSCH, M. &amp; GASCÓN, J. <i>Estudar Matemáticas: o elo perdido entre o ensino e a aprendizagem</i>. Porto Alegre: Artmed. 2001.</li> <li>• PAIS, L. C.. <i>Didática da Matemática: uma análise da influência francesa</i> – Belo Horizonte, Autêntica. 2001.</li> </ul>

		<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PONTE, João Pedro. Brocardo, J.Oliveira, H. <i>Investigações Matemáticas na sala de aula</i>. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.</li> <li>• Howard Eves. <i>Introdução à história da Matemática</i>. Campinas: Ed Unicamp, 2004. (Trad. Hygino H. Domingues)</li> </ul>
<p><b>Saberes e metodologia do Ens. Geografia 1</b></p>	<p>Estudo dos fundamentos teórico-metodológicos do ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ressignificando o conhecimento e a construção do espaço geográfico. A leitura do mundo nos anos iniciais. A história da geografia na educação básica brasileira.</p> <p>Categorias/conceitos-chave da geografia: espaço, lugar, paisagem, região e território.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C; CORREA, R. L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.</li> <li>• CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. 8. ed. São Paulo: Ática, 2000.</li> <li>• SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1997.</li> </ul> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CARVALHO, M. I. da S. de S. Fim de século: a escola e a geografia. 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2004.</li> <li>• LACOSTE, Y. A Geografia: Isso serve em primeiro lugar para fazer a Guerra. São Paulo: Papirus, 1998.</li> <li>• OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. Para onde vai o ensino de Geografia? São Paulo, Contexto, 1998.</li> <li>• SANTOS, M.; ELIAS, D. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.</li> <li>• SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.</li> </ul>
<p><b>Saberes e metodologia do Ens. História 1</b></p>	<p>Estudo crítico-analítico dos saberes históricos necessários à formação e prática docente, perpassando o processo de construção do conhecimento científico e escolar e das propostas curriculares oficiais para o ensino da História.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BITTENCOURT, C.M. Fernandes. Ensino de história: Fundamentos e Métodos. Cortez, São Paulo, 2005. Série Docência em Formação</li> <li>• CHERVEL, A. “As histórias das disciplinas escolares. Reflexões sobre um domínio de pesquisa”. In <i>Teoria &amp; Educação</i>, n. 2, pp. 177-229, 1990.</li> <li>• CHESNEAUX, j. Devemos fazer tabula rasa do passado? sobre a história e os historiadores. Trad. Marcos A. da Silva. São Paulo, Ática, 1995.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• FONSECA, Selva G. <i>Caminhos da História ensinada</i>. 3ª ed. Campinas, Papirus, 1995.</li> </ul>



		<ul style="list-style-type: none"> <li>• NUNES, Silma do Carmo. <i>Concepções de mundo no ensino de História</i>. Campinas, Papirus, 1996.</li> <li>• PINSKY, Jaime (org.) <i>O Ensino de história e a criação do fato</i>. 6ª ed.. São Paulo: Contexto, 1994 -</li> </ul>
<b>Estágio Supervisionado I</b>	Observação e análise de instituições da educação escolar e não escolar – campo de estágio - na sua globalidade e da organização e gestão dos processos educativos nela vivenciados. Levantamento de prioridades, elaboração, aplicação e execução de plano de atuação no campo de estágio	Toda a bibliografia apresentada da área de gestão da educação
<b>Saberes e Met. do Ens. Ciências 1</b>	Estudo das bases teóricas que norteiam o ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental, relacionando-o à prática pedagógica e aos instrumentos legais – LDB, DCN, ECA, RECNEI, no âmbito nacional, estadual e municipal.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BIZZO, Nélio. <i>Ciências: fácil ou difícil?</i> São Paulo: Ática, 1999.</li> <li>• CARVALHO, A. M. P. et alli. <i>Ciências no Ensino Fundamental: o Conhecimento Físico</i>. São Paulo, Scipione, 1998. – (Pensamento e Ação no Magistério)</li> <li>• WEISSMANN, H. <i>Didática das Ciências Naturais</i>. Porto Alegre: ARTMED, 1998.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CARVALHO, A. M.; GIL PÊRES, D. <i>Formação de professores de Ciências: tendências e inovações</i>. São Paulo: Cortez, 1993.</li> <li>• CUNHA CAMPOS, M.; NIGRO, R. <i>Didática de Ciências: o ensino aprendizagem como investigação</i>. São Paulo: FTD, 1999.</li> <li>• DÍAZ, A. P. <i>Educação Ambiental como Projeto</i> (Trad. Fátima Murad), 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.</li> <li>• HARLAN, J.D.; RIVKIN, M.S. <i>Ciências na Educação Infantil: uma abordagem integrada</i>. 7ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002.</li> <li>• MARTINS, I.; GOUVÊA, G.; VILANOVA, R. <i>O livro didático de ciências: contextos de exigência, critérios de seleção, práticas de leitura e uso em sala de aula</i>. Rio de Janeiro: [s.n.], 2012.</li> </ul>

## 7º PERÍODO

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA BÁSICA
----------------------------------	--------	---------------------

<p><b>Saberes e Metodologias do Ensino da Matemática II</b></p>	<p>Estudo teórico-metodológico dos saberes matemáticos presentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando os conhecimentos dos campos conceitual, numérico e geométrico com estímulo à prática investigativa e à construção de situações didáticas.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CARAÇA, B. de J.. <i>Conceitos fundamentais da matemática, Lisboa, 6ª edição</i>, Gradiva, 2002.</li> <li>• GIARDINETTO, J. R.B. <i>Matemática escolar e matemática da vida cotidiana</i>. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. – (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v. 65)</li> <li>• FERREIRA, Eduardo Sebastiani (org.). <i>História da educação matemática</i>. Cadernos, 1996</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• POLYA, G.. <i>A arte de resolver problemas</i>, Princeton/EUA: Princeton University Press:1973.</li> <li>• MIGUEL, A.; MIORIM, M. A. <i>História na Educação Matemática: propostas e desafios</i>. Belo Horizonte, MG: Autêntica. 2004. (coleção tendências na Educação Matemática)..</li> <li>• SAIZ, Cecília &amp; PARRA, Irma (org.). <i>Didática da matemática: reflexões pedagógicas</i>. Porto Alegre: Artes Médicas: 1996</li> </ul>
<p><b>Saberes e Metodologias do Ensino de Ciências Naturais II</b></p>	<p>Estudo do ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental e suas modalidades, com orientações didático-metodológicas relacionando-os ao exercício consciente da cidadania.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CACHAPUZ, A. et al. (orgs). <i>A necessária renovação do ensino das ciências</i>. São Paulo: Cortez, 2005.</li> <li>• CURRIE, K. <i>Meio Ambiente. Interdisciplinaridade na prática</i>. Campinas: Papirus, 1998.</li> <li>• DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. <i>Metodologia do Ensino de Ciências</i>. São Paulo: Cortez, 1990.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• DÍAZ, A. P. <i>Educação Ambiental como Projeto</i> (Trad. Fátima Murad), 2ª. Edição. Porto Alegre: Artmed, 2002.</li> <li>• FREIRE, P. <i>Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa</i>. São Paulo: Paz e Terra, 1998.</li> <li>• GERALDO, C. H. <i>Didática de Ciências Naturais na perspectiva histórico-crítica</i>. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. (Coleção Formação de Professores)</li> <li>• SANTOS, W. <i>Contextualização no ensino de ciências por meio de temas CTS em uma perspectiva crítica</i>. <i>Ciência &amp; Ensino</i>, vol. 1, número especial, novembro de 2007.</li> <li>• MARANDINO, M. <i>Interfaces na relação museu-escola</i>. <i>Cad.Cat.Ens.Fís.</i>, v. 18, n.1: p.85-100,</li> </ul>

<p><b>Saberes e Metodologias do Ensino de Geografia II</b></p>	<p>Estudo de procedimentos e recursos específicos para o ensino de geografia. Aportes normativos para a prática de ensino de geografia nos anos iniciais do nível fundamental. Geografias das Infâncias. Alfabetização geográfica e alfabetização cartográfica: recursos didáticos; técnicas de ensino e fundamentos da leitura espacial a partir de mapas, cartogramas, planisférios, maquetes etc.</p>	<p>abr. 2001.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ALMEIDA, Rosângela D.; PASSINI, Elza Y. O Espaço Geográfico: ensino e representação. São Paulo, Contexto, 1994.</li> <li>• ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004.</li> <li>• DAMIANI, Amélia Luisa; PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. 2. ed. Contexto, 2002.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ALMEIDA, Rosângela Doin de (org.). Cartografia escolar. São Paulo: Contexto, 2007.</li> <li>• ALMEIDA, Rosângela. Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, 2011.</li> <li>• BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.</li> <li>• FERREIRA, Graça Maria Lemos. Atlas geográfico: espaço mundial. 2. ed. Moderna, 2003.</li> <li>• JOLY, Fernand. A cartografia. 14.ed. São Paulo, SP: Papirus, 2011.</li> </ul>
<p><b>Saberes e Metodologias do Ensino de História II</b></p>	<p>Estudo dos conceitos fundamentais e dos procedimentos didáticometodológicos do ensino de História com o uso de diferentes linguagens, fontes e recursos didáticos perpassando a reflexão sobre a produção didática existentes com enfoque na produção do livro didático de História no Brasil.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BERGAMASCHI, Maria Aparecida. <i>O tempo histórico nas primeiras séries do Ensino Fundamental</i>. (mimeo.)</li> <li>• BITTENCOURT, Circe (org.). <i>O Saber Histórico na sala de aula</i>. São Paulo, Contexto, 1997. CAIMI, Flávia Eloísa; MACHADO, Ironita A. P. &amp; DIEHL, Astor Antônio. <i>O livro didático e o currículo de história em transição</i>. Passo Fundo, Ediupf, 1999.</li> <li>• CARRETERO, Mario. <i>Construir e Ensinar. As Ciências Sociais e a História</i>. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• FONSECA, Selva Guimarães. <i>Didática e Prática de Ensino de História</i>. Cortez, São Paulo, 2003.</li> <li>• PENTEADO, Heloísa Dupas. <i>Metodologia do Ensino de História e</i></li> </ul>

		<p><i>Geografia</i>. São Paulo, Cortez, 1992. (Col. Magistério. 2º Grau. Série Formação do Professor.)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• MENDONÇA, Nadir Rodrigues. <i>O uso de conceitos: uma questão de interdisciplinaridade</i>. Petrópolis, Vozes, 1994.</li> </ul>
<b>Estágio Supervisionado II</b>	<p>Concepções, legislação e estrutura do Estágio Supervisionado. Observação dos espaços, tempos e materiais pedagógicos, das interações criança-criança, criança-adulto, da relação instituição-família-comunidade. Envolvimento e participação/colaboração nas atividades docentes. Registro, elaboração de relatório e socialização da experiência do Estágio Supervisionado.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura em Pedagogia. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 1, Brasília 15 de Maio de 2006.</li> <li>• GOMES, M. de O. <b>Formação de Professores na Educação Infantil</b>. São Paulo: Cortez, 2009.</li> <li>• PIMENTA, S. G.; LIMA, M. Socorro L. <b>Estágio e docência</b>. São Paulo: Cortez, 2004.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ANJOS, C. I. dos. <b>Estágio na licenciatura em Pedagogia: arte na educação infantil</b>. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2012.</li> <li>• DAMASCENO, Ridiane. da S. <b>Formação de professores e estágio supervisionado em educação infantil: algumas reflexões</b>. 2015. TCC (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão, Delmiro Gouveia, AL, 2015.</li> <li>• LIMA, A. milka Laísa P. da. <b>Menina pode brincar com menino?</b> discutindo relações de gênero na educação infantil. 2015. TCC (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão, Delmiro Gouveia, AL, 2015.</li> <li>• MELO, Mércia. M. G. de. <b>Docência na educação infantil: concepções sobre ser professor/a de criança pequena</b>. 2014. TCC (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão, Delmiro Gouveia, AL, 2014.</li> <li>• DEHEINZELIN, M. <b>A fome com a vontade de comer: uma proposta curricular de educação infantil</b>. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.</li> </ul>
<b>ACE 3 B - Projeto</b>	<p>Estudo e aplicação de perspectivas curriculares e avaliativas inclusivas. Utilização das referências avaliativas para a educação básica</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• MORIN, André. <b>Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada</b>. Tradução Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2004.</li> </ul>

	<p>apresentada pelos órgãos oficiais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.</li> <li>• SANTOS, Boaventura de Sousa. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Políticas de extensão universitária brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2005.</li> <li>• SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.</li> <li>• _____. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</li> <li>• SOARES, Virginia Maria S. Metodologias participativas para projetos educacionais e tecnológicos. In: THOLLENT Michel; ARAÚJO FILHO, Targino de; SOARES, Rosa L. S. (Orgs.). Metodologias e experiências em projetos de extensão. Niterói: EdUFF, 2000. p. 43- 54.</li> </ul> <p>TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.</p>
--	--	---

## 8º PERÍODO

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p><b>Estágio Supervisionado III</b></p>	<p>Observação e análise crítica da prática docente dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na escola – campo de estágio. Elaboração de projeto/ planejamento da intervenção, aplicação e execução do projeto/plano elaborado para atuação na docência nessa etapa de ensino.</p>	<p>Toda a bibliografia apresentada dos saberes e metodologias das áreas</p>
<p><b>Fundamentos da EJA</b></p>	<p>Estudo da evolução histórica</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p>

	<p>da educação de jovens e adultos e seus movimentos no contexto social, econômico, político e cultural brasileiro, analisando políticas e programas de atendimento escolar aos adultos e</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• BARBOSA, Inês; PAIVA, Jane. Educação de Jovens e adultos. Rio de Janeiro DP&amp;A, 2004</li> <li>• FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.</li> <li>• FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz e CAVALCANTE, Maria Auxiliadora da Silva. <b>O ensino da língua portuguesa nos anos iniciais:</b> eventos e práticas de letramento. Maceió: EDUFAL. 2008.</li> <li>• MOURA, Tânia Maria de Melo. A prática Pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: EDUFAL/INEP, 1999.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PAIVA, Vanilda Pereira. <b>Educação Popular e Educação de Adultos.</b> São Paulo: Loyola 1998.</li> </ul>
Estatística educacional	<p>Estudo da Importância e aplicação dos conceitos estatísticos descritivos e inferenciais básicos, na análise de situações e problemas da realidade educacional brasileira, compreendendo a estatística como instrumento de pesquisa educacional.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BARBETTA, P. A. <b>Estatística aplicada às ciências sociais.</b> Florianópolis:UFSC, 1999. 284p</li> <li>• LEVIN, J. <b>Estatística aplicada às ciências humanas.</b> São Paulo: Harbra, 1987.</li> <li>• NICK, E.; KELLNOR, S. R. O. <b>Fundamentos de estatística para ciências do comportamento.</b> Rio de Janeiro: Renes, 1971. 312p</li> <li>• TRIOLA, M. F.. <b>Introdução à estatística.</b> 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. 410p.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BUSSAB, Wilton O. <b>Estatística Básica – 4ª ed.</b> São Paulo: Atual, 1993,1994. 321 pp outra R.B. 1985.</li> <li>• FAZENDA, Ivani. <b>Novos enfoques da Pesquisa Educacional.</b> São Paulo: São Paulo: Cortez, 2000.</li> <li>• GONÇALVES, Fernando Antônio. <b>Estatística Descritiva: uma introdução.</b> Editora Atlas, 1977. (pp 20-23)</li> <li>• SPIEGEL, M. R. <b>Estatística.</b> 3. ed. São Paulo: Makron Books. 1993. 643p</li> </ul>
Eletiva	-----	-----

**Ementas disciplinas eletivas:**

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA BÁSICA
----------------------------------	--------	---------------------

<p><b>Corporeidade e movimento</b></p>	<p>Estudo teórico-prático do fenômeno da corporeidade e a experiência fenomenológica do corpo em movimento a partir da experiência vivida compreendendo o corpo como modo de ser no mundo</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ASSMANN, H. - Paradigmas educacionais e corporeidade, Piracicaba: Unimep, 1995.</li> <li>• GONÇALVES, M.A.S. - Sentir, pensar, agir, Campinas: Papyrus, 1994.</li> <li>• MATURANA, H.; VARELA, F. A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano. Campinas, SP: editorial Psy II, 1995.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção, São Paulo: Martins Fontes, 1994.</li> <li>• MONTAGU, A. - Tocar o significado humano da pele. São Paulo: Summus, 1989</li> <li>• WEIL, Pierre, e TOMPAKOU, Roland. O corpo fala - a linguagem silenciosa da comunicação. Petrópolis, Vozes, 1990.</li> </ul>
<p><b>Educação a Distância, mídias e didática online</b></p>	<p>Estudo da legislação, importância, perspectivas, dificuldades desafios na prática educativa, na modalidade à distância. Intratividade na aprendizagem e na formação de professores nos diferentes ambientes virtuais</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BARRETO, Raquel G. (org). <b>Tecnologias educacionais e educação à distância:</b> avaliando políticas e práticas. Rio de Janeiro: Quartet: 2001.</li> <li>• SILVA Marcos; SANTOS, Edméa. <b>Avaliação da aprendizagem em educação online.</b> São Paulo: Loyola, 2006.</li> <li>• SOBRAL, Maria Neide et ali. <b>Didática on-line:</b> teorias e práticas. Vol. 1. Maceió: EDUFAL, 2017.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BEHAR, Patricia Alejandra (org). <b>Modelos pedagógicos em educação a distância.</b> Porto Alegre: Artmed, 2009.</li> <li>• BEHAR, Patricia Alejandra et alii. <b>Competências em educação a distância.</b> Porto Alegre: Penso, 2013.</li> </ul>
<p><b>Educação do campo</b></p>	<p>Estudo dos fundamentos da Educação do/no Campo: o espaço agrário brasileiro, as bases da educação e os movimentos sociais de luta pela terra. Educação do/no campo em diferentes modalidades: educação infantil, ensino fundamental e médio, ensino profissional, EJA, ensino superior. Políticas públicas e legislação da Educação do/no Campo.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (org.). Por uma educação do campo. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.</li> <li>• CALDART, Roseli Salette. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.</li> <li>• ORSO, P. J.; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. (org.). Educação e lutas de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2008</li> </ul>

		<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PAULINO, Eliane T.; ALMEIDA, Rosemeire A. Terra e território: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.</li> <li>• SILVA, Ana Paula S. da; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana Bezzon da. Educação Infantil do Campo. São Paulo: Cortez, 2012.</li> </ul>
<b>Educação e economia solidária</b>	Reflexão crítica sobre o espaço social público perpassando as relações entre economia solidária, economia estatal e economia mercantil, articulando os limites e contradições do trabalho educativo profissional na modernidade capitalista.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BEZERRA, C. reflexões sobre a Escola profissional Politécnica do Complexo de Mondragón, Alagoas. Revista do CEDU, nº 18, junho, 2003</li> <li>• BOFF, L. &amp; ARRUDA, M. Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educacionais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.</li> <li>• SINGER, P. &amp; Souza, A.R. (orgs.). A economia solidária no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.</li> </ul>
<b>Educação e movimentos sociais</b>	Movimentos sociais e a reconfiguração das esferas sociais na modernidade contemporânea, perpassando a dimensão educativa dos movimentos sociais e sua contribuição na formulação e implementação de políticas sociais.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ARROYO, M.G. <i>Escola e Movimento social: revitalizando a escola</i>. São Paulo: Cortez, 1987.</li> <li>• FLEURI, R. M. <i>Intercultura, educação e movimentos sociais no Brasil</i>. Santa Catarina:</li> <li>• II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, 2003. (mimeog.)</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• GONÇALVES, L. R. D. <i>História e memória dos movimentos sociais: em torno das preservação de seus registros</i>. Santa Catarina: II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, 2003. (mimeog.)</li> <li>• GONÇALVES, L. R. D &amp; SILVA, M. V. <i>A formação de professores e o multiculturalismo: desafio para uma pedagogia da equidade</i>. Santa Catarina: II Seminário Internacional de Educação: Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, 2003. (mimeog.).</li> <li>• GOHN, M<sup>a</sup> da G. <i>Identidades múltiplas, cultura e movimentos sociais</i>. Santa Catarina.</li> </ul>
<b>Educação em Espaços não-formais</b>	Estudo do conceito de educação não-formal, das	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• GOHN, Maria da Glória. Educação</li> </ul>



	<p>ações desenvolvidas em espaços não escolares e seu planejamento, gestão e avaliação. Contribuições históricas, políticas, sociais e culturais da Educação não formal, características pedagógicas e contribuição social.</p>	<p>não formal e o educador social. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BENDRATH, Eduard Angelo. A Educação Não-Formal a partir dos relatórios da UNESCO. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2014</li> <li>• PARREIRA, Lúcia A; JOSÉ FILHO, Mário. <b>A educação não formal: desafios de uma prática pedagógica.</b> Serviço Social &amp; Realidade, Franca, v. 19, n. 1, p. 241-268, 2010</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• VERCELLI; Lígia A.:(org) Educação Não Formal. Pao Editioal, 2ª Edição, 2003.</li> <li>• MOLL; Jaqueline. Caminhos da Educação Integral no Brasil. Direito a outros tempos e espaços educativos. Editora Penso, 2012.</li> <li>• PARK; Marareth. Educação Não-Formal: Contextos, percursos e sujeitos. Editora Setembro, 2009.</li> <li>• GADOTTI; Moacir. A Educação Formal, Não-formal e a Informal. Martins Fontes, 2005..</li> </ul>
<p><b>Educação gênero e sexualidade</b></p>	<p>Estudo das relações entre gênero e educação e do processo de feminização do magistério, suas consequências sobre a organização do trabalho escolar e a identidade coletiva e individual docente.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. A Educação Sexual na Escola e a Pedagogia da Infância: matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidades e perspectivas emancipatórias. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.</li> <li>• LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.) Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. (3ª. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.</li> <li>• FURLANI, J. (2005) <b>O bicho vai pegar!</b> - um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis. Tese do doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• GESSER, M.; CORD, D.; OLTRAMARI, L. C.; NUERNBERG, A. H. Psicologia Escolar e formação</li> </ul>

		<p>continuada de professores em gênero e sexualidade. <b>Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional</b>, SP. Volume 16, 2012.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• MADUREIRA, A. F. A., &amp; BRANCO, A. M. C. U. A. (2012b). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. In A. U. Branco &amp; M. C. S. L. Oliveira (Eds.), <b>Diversidade e cultura da paz na escola: Contribuições da perspectiva sociocultural</b>. Porto Alegre, RS: Mediação.</li> <li>• HIRATA, Helena. <i>Globalização e divisão sexual do trabalho</i> in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp139-156.</li> <li>• SOUZA, Érica Renata. <i>No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais</i> in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp 379-387.</li> <li>• VIANA, Cláudia Pereira. <i>O sexo e o gênero da docência</i> Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp 81-103.</li> </ul>
<p><b>Tópicos de História da Educação em Alagoas</b></p>	<p>Estudo sobre a trajetória da educação em Alagoas, do Império à República com enfoque nas políticas públicas, na legislação educacional, nas idéias e teorias pedagógicas (e na expressão dessas através dos recursos didáticos: obras didáticas e métodos de ensino), na biografia de educadores alagoanos, nas instituições educacionais públicas, particulares e filantrópicas e na educação superior.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• COSTA, Craveiro. <i>Instrução pública e instituições culturais de Alagoas</i>. Maceió: Imprensa Oficial, 1931.</li> <li>• SILVA, Elza Maria da. <i>A Educação Infantil em Alagoas: (re) construindo suas raízes</i>. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL. Maceió: UFAL, 2003. mimeo.</li> <li>• VERÇOSA, Élcio de Gusmão (orgs). <i>Caminhos da educação em Alagoas: da Colônia aos tempos atuais</i>. Maceió, Edições Catavento, 2001.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• VERÇOSA, Élcio de Gusmão. <i>Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias</i>. 3ªed. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 2001.</li> <li>• VERÇOSA, Élcio de Gusmão. <i>História do Ensino Superior em Alagoas: verso &amp; reverso</i>. Maceió: Edufal, 1997.</li> </ul>
<p><b>Ensino de Língua Portuguesa para surdos como segunda língua</b></p>	<p>Ementa: Discutir o ensino, a aprendizagem e a prática da língua portuguesa na modalidade escrita como</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• FREITAS, Maly Magalhaes. <b>Reflexões sobre o ensino de língua portuguesa para alunos surdos</b>. Curitiba: APPRIS, 2014.</li> </ul>

	segunda língua para os surdos;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PIMENTA, Reinaldo. <b>Português Urgente!:</b> método simples e rápido para escrever sem errar. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.</li> <li>• QUADROS, R. M. de.; SCHMIEDT, M. L. P. <b>Ideias para ensinar português para alunos surdos.</b> Brasília: MEC, SEESP, 2006.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. <b>Ensino de língua portuguesa para surdos:</b> caminhos para a prática pedagógica. Vol. 1 Brasília: MEC, SEESP, 2004.</li> </ul>
Formação docente na mediação entre universidade e escola	Diferentes teorias sobre a formação docente no Brasil e seus diálogos com a formação inicial no ensino superior. A relação entre conhecimentos científicos e conhecimentos escolares. O papel das metodologias do ensino nos cursos de licenciatura. Estágio supervisionado e o papel da escola na formação inicial.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• GERALDI, Corinta Maria Grisolia ((org.)). Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a). Campinas: Mercado de Letras, 1998.</li> <li>• LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estruturas e organização. 4. ed. Cortez, 2007.</li> <li>• SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, c2012.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro &amp; interação. Parábola, 2003.</li> <li>• BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, c2005.</li> <li>• CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola. Campinas, SP: Papyrus, 2012.</li> <li>• OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</li> <li>• PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 6. ed. São Paulo: Cortez, c2004.</li> </ul>
<b>Jogos Recreação e Brincadeiras</b>	O jogo e as brincadeiras do ponto de vista da antropologia e da psicologia como conhecimento e procedimento de cuidar, educar e ensinar, considerando-se os princípios sócio-educativos do jogar e brincar	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BROUGÈRE. G. <i>Brinquedo e cultura.</i> São Paulo: Cortez, 1997.</li> <li>• BROUGÈRE. G. <i>Jogo e educação.</i> Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.</li> <li>• FREIRE, J. B. Jogo: entre o riso e o choro. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• PIAGET, J. <i>A formação do símbolo na criança</i>. Rio de Janeiro: Pioneira, 1979.</li> <li>• PASSOS, N. C. et alli. <i>Os jogos e o lúdico na aprendizagem</i>. Porto Alegre: Artmed, 2003.</li> <li>• ROSAMILHA, N. <i>Psicologia do jogo e aprendizagem infantil</i>. São Paulo: Pioneira, 1979.</li> <li>• ARCE, A; DUARTE, N. (Orgs.) <b>Brincadeira de papéis sociais na educação infantil</b>: as contribuições de Vigotski, Leontiev e Elkonin.</li> <li>• KISHIMOTO, Tizuko M. (Org.). <b>Jogo, brincadeira e educação</b>. São Paulo: Cortez, 2006.</li> </ul>
<p><b>Legislação Educacional.</b></p>	<p>Estudo da legislação educacional brasileira analisando sua historicidade, fundamento sócio cultural e posicionamento dentro do ordenamento jurídico vigente, buscando compreender o processo de regulamentação e normatização no âmbito dos conselhos educacionais deliberativos com vistas ao exercício do controle social.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• DAVIES, Nicholas. <b>Legislação educacional federal básica</b>. São Paulo: Cortez, 2004.</li> <li>• FÁVERO, Osmar (org.). <b>A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988</b>. 3ª ed. Campinas. SP: Autores Associados, 2005.</li> <li>• SAVIANI, Dermeval. <b>A nova lei da educação: LDB – história e perspectivas</b>. 5 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 1999.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BRZEZINSKI, Iria (Org.). <b>LDB dez anos depois</b> - reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.</li> <li>• Constituição Federal de 1988 com respectivas Emendas Constitucionais no campo da educação.</li> <li>• CURY, C. R. J. <b>LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96</b>. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2006.</li> <li>• PALMA FILHO, J. C. <b>Educação nos textos legais</b>. São Paulo: Páginas e Letras/UNESP – Cadernos de Formação – Projeto Institucional “Pedagogia Cidadã”, 2005.</li> <li>• RESCIA, A, P. O. et al. (Orgs.). <b>Dez anos de LDB</b>. Contribuições para a discussão das políticas públicas em educação no Brasil. Araraquara, SP: Junqueira &amp; Marin, 2006.</li> </ul>
<p><b>Libras II</b></p>	<p>Ementa: Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); uso da Libras em contextos formais e informais a partir de diversos gêneros discursivos, e com práticas de comunicação em Libras voltadas ao contexto</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CAPOVILLA, Fernando César, RAFAEL, Walkíria Duarte. <b>Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira</b>. 1ª Ed., São Paulo: EDUSP, 2001.</li> <li>• FELIPE, Tanya A. <b>Libras em</b></li> </ul>

	educacional e das relações cotidianas.	<p><b>contexto: curso básico, livro do estudante cursista.</b> Brasília: Programa nacional de apoio à educação dos surdos, MEC; SEESP; 2001.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. <b>Curso de Libras 1 Básico.</b> 1 Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. <b>Curso de Libras 2 Básico.</b> 1 Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.</li> <li>• QUADROS, Ronice M., KARNOPP, Lodernir Becker. <b>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos.</b> Porto Alegre: Artmed, 2004.</li> </ul>
<b>Literatura infantil</b>	Leitura e análise de obras da literatura infanto-juvenil voltadas para a ação e papel do professor como leitor para/com seus alunos, visando o tratamento didático que considere o lúdico, a literatura de tradição oral e a formação do gosto literário, desde a Educação Infantil até os anos iniciais do Ensino Fundamental.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ABRAMOVICH, Fanny. Literatura Infantil, São Paulo: Scipione, 1997.</li> <li>• BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política - Obras Escolhidas (7ª ed.).São Paulo: Brasiliense, 1994.</li> <li>• EVANGELISTA, Aracy Alves M.; BRANDÃO, Heliana Maria B.&amp; VERSIANI, ZÁlia (Orgs.) A Escolarização da Leitura Literária: o jogo do livro infantil e juvenil. BH: Ceale; Autêntica, 2005.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Â FARIA, Maria Alice. Como usar a literatura infantil na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004</li> <li>• LAJOLO, M; ZILBERMAN, R. Literatura infantil brasileira: histórias e histórias.4 ed. São Paulo: Ática, 1988.</li> <li>• LARROSA, Jorge. Pedagogia Profana: Danças, Piruetas e Mascaradas. BH: Autêntica, 2003.</li> <li>• Â ZILBERMAN, Regina. Como e por que ler a literatura infantil brasileira. São Paulo: Â Objetiva, 2005.</li> <li>• ABRAMOVICH, Fanny. Meu Professor Inesquecível: ensinamentos e aprendizados contados por alguns dos nossos melhores escritores. São Paulo: Gente, 1997.</li> </ul>
<b>Tópicos especiais em estudos da infância</b>	A área interdisciplinar 'estudos da infância', sua crítica inicial à abordagem da criança pela via exclusiva do desenvolvimento e a posterior instauração do paradigma geracional para o estudo da infância. As	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ARIÈS, P. (1978). História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara.</li> <li>• CORSARO, W. A. (2011). Sociologia da Infância. Porto Alegre: ArtMed.</li> <li>• QVORTRUP, J. (2010). A infância</li> </ul>

	<p>experiências e as vozes das crianças a partir de pesquisas da área sobre os seguintes temas: escola, trabalho, cinema, consumo, relações comunitárias, cidade, meio rural, relações de gênero, relações intergeracionais, participação, entre outros.</p>	<p>enquanto categoria estrutural. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.2, p.631-643, Maio/Ago.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• AGOSTINHO, K. A. (2013). O direito à participação das crianças na educação infantil. Educativa, Goiânia, v. 16, n. 2, pp. 229-244, jul./dez. 2013.</li> <li>• CASTRO, L. R. de. O futuro da infância e outros escritos. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 37-84. 2013.</li> <li>• NASCIMENTO, A. C. do; URQUIZA, A. H. A.; VIEIRA, C. N. (2011). Criança indígena: diversidade cultural, educação e representações sociais. Brasília: Liber Livro.</li> <li>• PRIORE, M. Del (Org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, p.177-191. 2013.</li> <li>• ROSEMBERG, F. (1996). Teorias de gênero e subordinação de idade: um ensaio. Pro-Posições, vol.7, n.3, p.17-23.</li> </ul>
<p><b>ACE 4 – Evento</b></p>	<p>Planejamento e socialização das atividades de estágio.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 2000c. p. 82-103. (1. reimpressão da 3. ed. de 1987).</li> <li>• FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.</li> <li>• SOARES, Virginia Maria S. Metodologias participativas para projetos educacionais e tecnológicos. In: THOLLENT Michel; ARAÚJO FILHO, Targino de; SOARES, Rosa L. S. (Orgs.). Metodologias e experiências em projetos de extensão. Niterói: EdUFF, 2000. p. 43- 54.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade (2001). São Paulo, Editora UNESP.</li> <li>• COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 2. ed. São Paulo: Saraiva. 2001.</li> </ul>

#### **a. Atividades Complementares:**

As AACCs são regidas pela Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, que institui a carga horária mínima dos cursos de graduação, é obrigatório o cumprimento de 200 (duzentas) horas para algumas atividades extracurriculares ditas Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACC.

O curso de Pedagogia possui como regulamentação para as Atividades Acadêmicas Científico-Culturais, a qual dispõe da natureza dessas atividades no período vigente do curso. Trata-se da Resolução nº 02/14. Essa Resolução, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacional, impõe 200h de atividades extra-curriculares, definindo-as como aquelas que contribuem com a formação da/do discente a partir de experiências pedagógicas. Essas experiências são organizadas a partir do Ensino, Pesquisa e Extensão, privilegiando a diversidade de modalidades e ações que contribuem para o desenvolvimento dos objetivos propostos no perfil do estudante em sua formação inicial (Ver Anexo – Resolução de AACCs). Por isso, elas contemplam atividades que enriquecem o processo ensino-aprendizagem na medida em que complementam a formação social, humana e cultura da/do pedagoga/o em formação profissional, possibilitando o desenvolvimento dos princípios e competências constantes na Resolução nº 02/2015. A produção científica em apresentação de trabalhos científicos, participação em eventos locais, nacionais e internacionais, em programas e projetos; a participação em atividades extensionistas a partir de colaboração e participação em projetos, a capacidade e habilidade de produzir processos de ensino e aprendizagem através de cursos, minicursos, oficinas, de produzir materiais didáticos, são algumas das atividades incentivadas pelo Curso para o desenvolvimentos das competências necessárias à formação da/do discente.

As AACCs do Curso de Pedagogia do Campus do Sertão são incentivadas através de:

- Grupos de Pesquisa e Estudos;
- Núcleos de Pesquisa e Estudos;
- Programas de Extensão e seus respectivos projetos de extensão;
- Programas de Monitoria;
- Programas de Formação Docente, a exemplo do PIBID;
- Programas de Iniciação Científica;
- Eventos científicos organizados no Campus;
- Estágios não-obrigatórios;

- Produção de artigos científicos a partir de experiências e estudos de pesquisa, ensino e extensão;
- Participação em projetos artísticos e culturais.

#### **b. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):**

O processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no curso de licenciatura em Pedagogia da UFAL campus do Sertão é regulamentado pela Resolução nº 004/18, resolução interna recentemente atualizada pelo colegiado do curso e disponível na página do curso de Pedagogia dentro do *site* do campus. O TCC é um trabalho monográfico individual que deve ser feito pela/o graduanda/o a partir do 5º período por ocasião da disciplina Pesquisa Educacional – que tem na sua ementa indicação explícita de colaboração direta para a escrita do TCC. O mesmo deve ser concluído dentro do 8º período e, com o cumprimento deste componente curricular, representa carga horária de 10h para a integralização do curso.

Destacamos na referida Resolução a possibilidade de o TCC ser decorrente/associado a outras experiências vividas pela/o estudante ao longo do curso, como projetos de extensão, pesquisa, monitoria, iniciação à docência etc. Isso abre possibilidades de a escrita do TCC ser uma ferramenta de integração entre diferentes componentes curriculares da carga horária geral da graduação. Na Resolução, há ainda todas as orientações sobre a forma de organização dos trâmites institucionais do TCC, as normas de redação e defesa, atribuições das/os docentes orientadoras/es, atribuições da/o orientanda/o (ver Anexo – Resolução TCC).

#### **c. Atividades de Extensão:**

As atividades curriculares de extensão estarão inseridas na Matriz Curricular, distribuídas ao longo do processo de formação e serão realizadas de modo indissociável com as atividades de ensino, nas disciplinas obrigatórias ou eletivas e através dos programas, projetos institucionalizados, Trabalho de Conclusão de Curso, de Pesquisas e ainda através das Atividades de Complementares.

Esta proposta de curricularização das práticas extensionistas se insere como ação presente no Plano Nacional de Educação (2014-2024) que parte da concepção de que a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula atividades de ensino e pesquisa promovendo assim o vínculo e aproximação necessária para



estabelecer a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

A proposta de curricularização da extensão como ação integradora nos cursos de graduação vai além das exigências para atendimento à meta 12 do PNE (2014-2024), pois compreende-se que é preciso não somente repensar nossas concepções e práticas de extensão, mas também refletir sobre pontos de vistas antagônicos entre as exigências oficiais e as políticas de afirmação para a extensão universitária, possibilitando a desfragmentação do conhecimento. Esta reflexão se torna mais complexa quando tratamos desse modelo de integração no Curso de Pedagogia (no Campus?) dado que se trata de uma área cuja formação já guarda em si uma complexidade marcada pela necessidade de responder a uma formação ideal de educadoras e educadores para uma sociedade diversa, antagônica e para um contexto social em constante mudança. Nesse caso, a integrar a prática extensionista nas matriz curricular do Curso de Pedagogia se torna uma ação-resposta a estas demandas e mais ainda, como forma de consolidar o caráter transformador da relação Universidade e seu entorno.

A Extensão universitária é pensada aqui na mesma perspectiva sinalizada por Freire (2001): não é um processo impositivo da lógica universitária para a comunidade; não se trata de uma comunicação de um núcleo intelectual que objetifica o outro sujeito ou cenário social, mas trata-se de um verdadeiro diálogo, que se propõe sistemático, porém sempre aberto à multiplicidade de representações de mundo. A perspectiva da Universidade será sempre a de compreensão e acolhimento das várias lógicas culturais e visões sobre comportamento social, organização e desenvolvimento cultural e humano e os diversos significados e subjetividades que constitui as comunidades que estarão vinculadas à prática extensionista definida no Curso de Pedagogia do Campus do Sertão.

A opção metodológica que orientará essas ações é a metodologia participativa que é entendida como um conjunto de procedimentos através dos quais os sujeitos (internos ou externos à universidade), envolvidos no projeto estão interligados em dispositivos de consulta, diagnósticos, ensino, pesquisa, capacitação, diálogos efetivamente elaborados para alcançar objetivos em comum. Do mesmo modo, utilizaremos a pesquisa-ação como fundamental para o desenvolvimento de uma visão e uma prática educativa que permite aos estudantes e professores, compreender as singularidades do cotidiano comunitário e também participar dele. Essas ações contribuirão para consolidar o sentido de práxis extensionista em uma visão aberta do trabalho intelectual, assim sendo, a extensão deixa de ser atividade menor (com finalidade mal definida na Universidade), adquirindo valor como forma de compromisso social, fonte de conhecimento e de capacitação para todos os

envolvidos.

A extensão propicia às comunidades externas à universidade acesso a informações científicas e tecnológicas em áreas diversas de atuação, bem como a formas de expressão artística ou cultural, cooperando, de certo modo, na construção de novos conhecimentos. Nessa perspectiva, a extensão torna-se um importante veículo de informação para o mundo acadêmico. Portanto, a extensão institui-se como uma riqueza de contatos; estimula a vida cultural dos campi e de seu entorno; revigoram-se ações transformadoras na sociedade. A extensão universitária pode ser conduzida através de metodologias diversas, no entanto a metodologia participativa e a pesquisa-ação conquistam um lugar importante em projetos de extensão compromissada e mobilizadora, sobretudo, quando se destina às comunidades externas.

Por fim, As ações curriculares de extensão do curso de Pedagogia do Campus do Sertão se estruturam em três áreas temáticas de extensão:

- Educação
- Cultura
- Direitos Humanos

A partir dessas áreas temáticas, as atividades de extensão no curso se efetivam por meio das seguintes linhas de extensão:

- Formação de professores
- Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem
- Pessoas com deficiências, incapacidades e necessidades especiais
- Tecnologia da informação
- Grupos sociais vulneráveis
- Desenvolvimento humano

As ações de extensão (ACEs) do curso de Pedagogia da UFAL-Campus do Sertão serão contempladas em um programa e dividido em um curso, dois projetos e um evento de acordo tabela abaixo:

## PROGRAMA:

### CENÁRIOS DE PRÁTICA, INOVAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

**EMENTA:** Aprofundamento teórico e imersão no campo educacional para realização de pesquisas sobre os instrumentos e abordagens teórico-metodológicos que possibilitam um olhar crítico para as concepções e práticas desenvolvidas na formação de professores/as no Brasil e suas complexidades. A formação continuada de educadores, a diversidade de espaços de atuação e demandas contemporâneas: inclusão, virtualidade e diversidades. A relação formador/equipe de educadores como espaço privilegiado de aprimoramento de práticas pedagógicas interculturais; Análise crítica dos instrumentos de formação: a observação, os registros, avaliação de práticas, o itinerário formativo e autobiografias

**PÚBLICO-ALVO:** estudantes do curso de Pedagogia e demais cursos; estudantes, professoras/es, coordenadoras/es e gestoras/es das escolas de educação básica.

ACE	PERÍODO	C.H	TEMA	OBJETIVOS	METODOLOGIA
ACE 1 - Curso	1º	54h	Constituição da profissão docente	<ul style="list-style-type: none"><li>• Elaborar projetos de investigação em torno dos modelos teórico-práticos utilizados na formação de professores no Brasil.</li><li>• Realizar pesquisa sobre o perfil docente e suas estratégias para construção de ambientes de aprendizagem no contexto da educação no alto sertão alagoano.</li></ul>	Estudos bibliográficos, análise de dados coletados, socialização.
ACE 2 A - Projeto	2º	36h	Tecnologias, ações de inclusão e estudos culturais	<ul style="list-style-type: none"><li>• Investigar alternativas de ação pedagógica para promoção de uma educação inclusiva, compreendendo o sujeito como possuidor de múltiplas dimensões para a aprendizagem.</li><li>• Refletir sobre os diversos sentidos do termo cultura e a sua relação com as formações sociais e examinar as concepções que focalizam as construções simbólicas</li></ul>	Estudo teórico, planejamento das ações com as/os estudantes da educação básica

				<p>valorizando o lugar da experiência, do vivido, do simbólico, do cotidiano;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporcionar as/aos estudantes da educação básica o uso de tecnologias na educação como elementos estruturantes de diferentes possibilidades de práticas educativas e de formação dos cidadãos</li> </ul>	
ACE 2 B - Projeto	3º	72h	Tecnologias, ações de inclusão e estudos culturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investigar alternativas de ação pedagógica para promoção de uma educação inclusiva, compreendendo o sujeito como possuidor de múltiplas dimensões para a aprendizagem.</li> <li>• Refletir sobre os diversos sentidos do termo cultura e a sua relação com as formações sociais e examinar as concepções que focalizam as construções simbólicas valorizando o lugar da experiência, do vivido, do simbólico, do cotidiano;</li> <li>• Proporcionar as/aos estudantes da educação básica o uso de tecnologias na educação como elementos estruturantes de diferentes possibilidades de práticas educativas e de formação dos cidadãos</li> </ul>	Estudo teórico, planejamento das ações com as/os estudantes da educação básica

ACE 3 A - Projeto	5º	54h	Inovações pedagógicas em Didática, Metodologias e Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar e analisar currículos por meio da compreensão e formatação dos seus principais constituintes, destacando inserções de saberes e novas estruturas para contemplar demandas contemporâneas em torno da identidade, convivência na diversidade cultural e religiosa;</li> <li>• Analisar e auxiliar docentes, coordenadoras/es e gestoras/es da educação básica na construção e uso de instrumentos de avaliação que permitem o acompanhamento do rendimento dos estudantes, a qualidade do trabalho docente e da escola, seguindo a referência e os critérios oficiais de qualidade apresentados pelos órgãos oficiais.</li> </ul>	Estudos dos currículos e processos avaliativos aplicados nas escolas de educação básica, oficina com gestoras/es, coordenadoras/es e professoras/es das escolas públicas sobre currículo e avaliação.
ACE 3 B - Projeto	7º	72h	Inovações pedagógicas em Didática, Metodologias e Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar e analisar currículos por meio da compreensão e formatação dos seus principais constituintes, destacando inserções de saberes e novas estruturas para contemplar demandas contemporâneas em torno da identidade, convivência na diversidade cultural e religiosa;</li> <li>• Analisar e auxiliar docentes, coordenadoras/es e</li> </ul>	Estudos dos currículos e processos avaliativos aplicados nas escolas de educação básica, oficina com gestoras/es, coordenadoras/es e professoras/es das escolas públicas sobre currículo e avaliação.

				gestoras/es da educação básica na construção e uso de instrumentos de avaliação que permitem o acompanhamento do rendimento dos estudantes, a qualidade do trabalho docente e da escola, seguindo a referência e os critérios oficiais de qualidade apresentados pelos órgãos oficiais.	
ACE 4 - Evento	8º	60h	Varal pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento de atividade de socialização das experiências e aprendizagens dos estágios I, II e III.</li> <li>• Realização do evento com programação que inclua uma palestra.</li> </ul>	Planejamento, organização, divulgação e socialização do evento e como o mesmo contribuiu na formação discente.

#### d. Flexibilização curricular:

A flexibilização curricular tem que ser entendida claramente nos seus porquês, nos seus conteúdos científicos-culturais, nos seus modos/caminhos de concretização, nas subjetividades dos sujeitos que fazem parte dos processos pedagógicos nas mais diversas instâncias do currículo, e na sua perspectiva de materializar o princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. (FORGRAD,2003).

A interdisciplinaridade e a flexibilização curricular podem se desenvolver a partir de atividades, projetos de ensino e aprendizagem ou eixos que integram os componentes curriculares.

Os conteúdos dos componentes curriculares devem estar compatíveis com o perfil definido para a/o egressa/o. As iniciativas de capacitação prática complementar à teoria, como visitas técnicas, eventos de capacitação promovidos intra e extracampus, atividades de pesquisas aplicadas em instituições públicas locais, dentre outras, devem ser citadas.

Nesse aspecto, as atividades complementares de graduação, semipresenciais, projetos de ensino e aprendizagem, estágios, aproveitamentos de estudo, de extensão, e pesquisa, práticas, além de proporcionarem a relação teoria e prática, devem conferir ao

currículo a flexibilidade necessária para garantir a formação do perfil de uma/um egressa/o generalista e humanista.

#### **e. Estágios Supervisionados:**

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Lei do Estágio, define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”.

Na Ufal os estágios curriculares supervisionados são regulamentados a partir da Lei do Estágio em conjunto com a Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, ficando definido como componente curricular, presente nos cursos de graduação, sendo dividido em estágios curriculares supervisionados, obrigatório e não obrigatório, desde que previstos nos projetos pedagógicos dos cursos.

O estágio curricular supervisionado obrigatório para o curso de Pedagogia está previsto e orientado a partir do Inc. IV, do Art. 7º das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso Superior de Graduação em Pedagogia, sendo esse supervisionado periodicamente por um/a professor/a do curso com formação **ou** experiência na área de atuação das atividades do estágio. Essas atividades deverão ser orientadas e programadas a partir de um plano de atividades, com a obrigatoriedade de avaliações periódicas previstas nas normativas institucionais e dos cursos da Ufal. Além disso, enfatizamos que a carga horária mínima do estágio curricular deverá atingir, no mínimo, 400 horas para o curso.

O Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de Pedagogia, da Unidade Campus do Sertão, possui 400 (quatrocentas) horas mínimas de atividades, podendo ser realizado entre o 6º e o 8º período do curso. Seu principal objetivo é proporcionar as/aos estudantes a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional, possibilitando-lhe, assim, o exercício de atitudes em situações vivenciadas e a aquisição de uma visão crítica de sua área de atuação profissional futura, nas dimensões da educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e nos cursos de ensino médio, na modalidade normal e em cursos de educação profissional, na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, conforme as DCN para o curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP Nº1/2006).

*-Organização e Estruturação Curricular dos Estágios Supervisionados*

O Estágio Supervisionado está distribuído em: Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, e Estágio Supervisionado III, iniciando-se a partir do 6º período do curso. A carga horária semanal para as atividades do estágio curricular obrigatório do Curso de Pedagogia é definida da seguinte forma: a) Estágio Supervisionado I (Gestão e Coordenação Pedagógica) – carga horária total de 100 horas, sendo 40 horas de orientação e 60 horas de atividades de campo; b) Estágio Supervisionado II (Docência na Educação Infantil) – carga horária total de 160 horas, sendo 40 horas de orientação e 120 horas de atividades de campo; c) Estágio Supervisionado III (Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental) – carga horária total de 140 horas, sendo 40 horas de orientação e 100 horas de atividade de campo.

#### *Estágio Supervisionado I – Gestão Escolar (100 horas)*

Neste primeiro estágio, o foco é observar e analisar instituições da educação escolar e não escolar – campo de estágio - na sua globalidade e a organização e gestão dos processos educativos nela vivenciados. É importante que as/os licenciandas/os busquem levantar prioridades da escola-campo para subsidiarem a elaboração, aplicação e execução de plano de atuação no campo de estágio.

#### *Estágio Supervisionado II – Educação Infantil (160 horas)*

Neste segundo estágio, o foco é observar os espaços, tempos e materiais pedagógicos, as interações criança-criança, criança-adulto, a relação instituição-família-comunidade. Além disso, é importante que as/os licenciandas/os se envolvam/participem/colaborem nas atividades docentes. A partir disso, farão registros de observações e elaboração/execução de projetos que visam atender às necessidades das crianças da escola.

#### *Estágio Supervisionado III – Anos Iniciais do Ensino Fundamental (140 horas)*

Neste terceiro e último estágio, o foco é observar e analisar criticamente a prática docente dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na escola – campo de estágio. A partir dessa observação, é fundamental que elaborem o projeto/planejamento da intervenção buscando atender às reais necessidades da escola para posteriormente ser aplicado/executado com alunas/os que correspondam a essa etapa de ensino.



Embora o foco de cada estágio seja diferente, eles apresentam em comum alguns princípios orientadores: I - Oportunizar a reflexão-ação-reflexão das condições sócio-históricas em que acontece a prática pedagógica brasileira; II - Possibilitar a fomentação do saber fazer como reflexo dos conhecimentos teóricos adquiridos, dotando-os de competências e habilidades para atuar de forma qualificada e comprometida com a transformação da realidade; III - Fomentar e conscientizar a compreensão de que as/os profissionais da educação caminham para a consecução de sua finalidade histórica e de sua especificidade; IV - Possibilitar a reflexão sobre o cotidiano escolar, assumindo uma postura crítica aliada à competência e compromisso político do seu papel na sociedade; V - Vivenciar nas práticas de estágio supervisionado a aquisição de habilidades e competências para socializar de saberes teórico-metodológicos, na elaboração, organização e avaliação de projetos pedagógicos alternativos.

Ressalta-se que as atividades de estágio serão desenvolvidas de forma teórico/prática, estabelecendo de maneira articulada parcerias com a rede de escolas básicas da região sertaneja que atendam estudantes da educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e/ou que atendam jovens e adultos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), anos iniciais. É importante ainda ressaltar que os Estágios Supervisionados do Curso de Pedagogia sejam realizados em instituições preferencialmente públicas e/ou aquelas que desenvolvam atividades próprias ao aprendizado da/do graduanda/o.

Visando atender às demandas decorrentes do estágio supervisionado, o Colegiado do Curso de Pedagogia instituiu uma coordenação específica responsável pela execução da política de estágio para que pudesse acompanhar de perto o seu desenvolvimento. A atual coordenadora de estágio é a profa. Dra. Ana Paula Solino Bastos e uma das suas atribuições é: a) acompanhar o desempenho acadêmico das/os estagiárias/os; b) autorizar ou não a realização do estágio, conforme a legislação de estágio; c) indicar a/o professor/a-orientador/a do curso como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades das/dos estagiárias/os; d) emitir e assinar os Termos de Compromisso de Estágio; e) arquivar junto a secretaria os relatórios, declarações e outros documentos de estágio; f) emitir pareceres e declarações relativas ao estágio, quando necessário; g) informar à PROGRAD, quando necessário, relatório dos alunos em estágio obrigatório.

O estágio é acompanhado e avaliado pela/o professora/or da escola recebedora das/dos estagiárias/os e pela/o professor/a orientador/a e responsável pela disciplina de estágio da Ufal. A estruturação do estágio formaliza-se através de atividades compreendendo, obrigatoriamente, as seguintes etapas:

- **Apresentação de termo de compromisso:** o estágio só será válido a partir do preenchimento e assinatura do Termo de Compromisso de Estágio (TCE), celebrado entre a/o estudante, a/o docente coordenador de estágio e a instituição concedente de estágio. Esse termo é um documento institucional, contendo os dados gerais do estágio em questão, o número da apólice de seguros que a/o discente tem direito, disponibilizado, anualmente, pela Gerência de Estágio (GEST)
- **Elaboração do plano de trabalho:** o estágio deve estar no contexto da formação acadêmica e ser apresentado para registro pelo Colegiado e devidamente aprovado e acompanhado por um/uma docente orientador/a.
- **Desenvolvimento das ações programadas:** o estágio deve ressaltar o lado da qualidade formal, no aprimoramento das condições instrumentais do exercício profissional.
- **A avaliação final do estágio:** deverá ser apresentado um relatório completo das atividades ao/a Coordenador/a de Estágio e ao Colegiado do Curso, avaliado e assinado pelo/pela orientador/a e pelo/a supervisor/a do estágio.

Essas atividades deverão estar compreendidas dentro das diferentes áreas de atuação do curso. As demais providências e orientações estão previstas, no manual e nas normatizações internas de estágios do curso, inseridas no Apêndice.

#### *Atividade decorrente dos Estágios Supervisionados Obrigatórios*

Durante o período de estágios as/os futuras/os pedagogas/os têm a oportunidade de vivenciar a prática inseridos em um ambiente relevante à sua futura atuação. É no contexto escolar que a/o estagiária/o observa, analisa e vivencia momentos importantes da docência, possibilitando a construção e implementação de novas propostas voltadas a atender as necessidades da realidade educacional que se depara. Neste sentido, podemos dizer que o momento de estágio contribui não somente para a formação do(a) futuro(a) pedagogo(a), mas também para a formação daqueles(as) que estão envolvidos nesse processo, ressignificando as experiências e saberes dos(as) profissionais da escola, bem como dos(as) professores(as) da universidade.

No ano de 2018, o curso de Pedagogia deu início ao I Varal Pedagógico, com o objetivo de divulgar os resultados e experiências de estágio vivenciados pelos(as) alunos(as) do curso. Esse evento foi construído com o intuito de buscar minimizar o

distanciamento entre universidade-escola, a partir da criação de um ambiente que pudesse garantir o diálogo, a participação e a troca de saberes e experiências profissionais. Desta forma, o evento tem como foco reunir não somente os(as) estagiários(as), mas também professores e alunos da UFAL e comunidade em geral, além dos(as) coordenadores(as) e professores(as) das escolas delmirenses e de outras cidades circunvizinhas, com o intuito de compartilhar os desafios e as possibilidades dos processos de ensinar e aprender.

Neste I Varal Pedagógico contamos com a presença das turmas do 6º, 7º e 8º período de 2018.1, professores orientadores dos estágios I, II e III, coordenação de estágio e do curso e algumas professoras e coordenadoras de escolas que receberam estagiários(as). As turmas ficaram responsáveis por apresentar seus resultados de estágio em formato de pôster, os quais foram pendurados em varais, e os professores das escolas e da universidade passeavam pela sala com o intuito de ouvir e dialogar mais sobre aquelas experiências, conforme é possível observar nas fotos disponibilizadas no apêndice deste PPC.

É importante destacar que muitas escolas têm reclamado da falta de retorno dos estágios, ficando muitas vezes alheia aos resultados/contribuições que foram alcançados pelos(as) estagiários(as). Nesse sentido, esse evento se mostrou bastante significativo, pois ajudou a reduzir, ainda que de forma pontual, essa lacuna existente entre a universidade-escola. Buscando superar esse desafio de forma mais efetiva, entendemos que o Varal Pedagógico pode contribuir de maneira mais sólida como uma futura atividade de extensão do curso de Pedagogia.

#### *Estágio Curricular Não Obrigatório*

Sobre o Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório é atividade opcional integrante do conjunto de possibilidades previstas para as atividades complementares. A carga horária será de no máximo 30 horas semanais, desde que não haja prejuízo nas atividades acadêmicas obrigatórias. Nos períodos de férias escolares poderão ocorrer atividades de estágios não obrigatórios, sendo a jornada de trabalho estabelecida entre a estagiária e a parte concedente, com interveniência da UFAL, através da Coordenação de Estágios Curriculares do curso.

O Estágio Não-Obrigatório poderá, respeitada a Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, ser transformado em Estágio Obrigatório, mediante parecer favorável do Colegiado de Curso, a depender da análise e apreciação da coordenação do curso, aprovado no Colegiado do respectivo curso.

## *Residência Pedagógica*

O colegiado de Pedagogia aprovou a Residência Pedagógica como parte integrante do estágio. O Programa de Residência Pedagógica instituído pela Portaria N° 38, de 28 de fevereiro de 2018 é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores instituída pela CAPES. Tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão da/o licencianda/o na escola de educação básica (residente), por meio do desenvolvimento de projetos inovadores que estimulem articulação entre teoria e prática nos cursos de formação de professoras/es (subprojetos), em parceria com as redes públicas de educação básica.

Essa imersão contemplará, entre outras atividades, regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licencianda/o (preceptor) e orientada por um docente da Universidade Federal de Alagoas (docente orientador). A estrutura do Programa Residência Pedagógica está assim definida: o curso de licenciatura em Pedagogia poderá criar 01 (um) subprojeto com, no mínimo, 01 (um) núcleo de residência, composto por um docente orientador (docente da UFAL), três preceptores (professores na escola-campo) e entre 24 e 30 residentes com e sem bolsa (estudantes da UFAL que tenham cumprido pelo menos 50% do curso: 24 bolsistas + 6 residentes voluntários).

Residentes e preceptores passarão por um processo de formação pedagógica e de pesquisa para realização de ambientação nas escolas-campo, desenvolvendo atividades de observação, mapeamento de práticas e intervenção junto a estudantes da educação básica, professores, gestores e comunidade. Esta formação, bem como a definição de ações a serem desenvolvidas, estarão em pleno acordo com os programas das disciplinas que fazem parte do Curso de Pedagogia.

Por fim, a residência pedagógica terá o total de 440 horas de atividades distribuídas da seguinte forma: 60 horas destinadas à ambientação na escola; 320 horas de imersão, sendo 100 de regência, que incluirá o planejamento e execução de pelo menos uma intervenção pedagógica; e 60 horas destinadas à elaboração de relatório final, avaliação e socialização de atividades.

As 440 horas que compõe o Programa serão distribuídas ao longo dos 18 meses, coincidente com o período de vigência do compromisso formado entre a UFAL e a CAPES.

O atual coordenador da Residência Pedagógica é o prof. Dr. Rodrigo Pereira.

## 4.2 Integração entre ensino, pesquisa e extensão

Conforme a Resolução CONSUNI Nº 04/2018, o curso entende a necessária indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e por isso, possibilita essa articulação através das disciplinas como apresentado acima, mas também a partir de:

- Cursos de extensão de curta duração – voltados também a docentes dos municípios do entorno.
- Projeto de Aprendizagem voltado às Salas de Progressão em uma escola municipal do município de Delmiro Gouveia;
- Jornada Acadêmica;
- Colóquios para circulação de atividades e pesquisas;
- Evento voltado para a divulgação das atividades de estágio;
- Projetos de Extensão em escolas e grupos sociais;
- Projetos em PIBID e PIBIC.
- Estas atividades fazem parte das pesquisas de docentes e se articulam aos saberes e conteúdos desenvolvidos em sala.

O curso também dispõe de Monitoria de ensino, obedecendo os editais da Universidade. O/a monitor/a exerce atividades voltadas ao seu desenvolvimento como pesquisador da área, contribuição na elaboração de aulas, acompanhamento aos discentes no contra-turno, avaliação do andamento das aulas com o docente orientador, elaboração de artigos científicos com vistas à apresentação e em eventos e publicação em revistas científicas diversas.

Algumas atividades de pesquisa e extensão também fazem parte da vida acadêmica do curso e acontece a partir da criação de Grupos de Estudos e de Pesquisa, os quais atuam a partir de ações científicas. Estas atividades articulam-se aos componentes curriculares, ao mesmo tempo em que constituem possibilidades concretas de articulação entre teoria e prática e aprofundamentos dos objetivos metodológicos defendidos. O Curso possui, como espaços de estudos e pesquisas científicas:

<b>BRINQUEDOTECA</b>	O curso dispõe de um espaço onde foi instalada a brinquedoteca. Embora seja um espaço vinculado ao curso de pedagogia, também atende aos demais cursos de licenciatura do
----------------------	---

	campus.
<b>GEFAE</b>	Grupo de Estudos sobre Abordagem Freireana em Ambientes Escolares
<b>GEDOFH</b>	Grupo de Estudos e Extensão em Educação, Docência e Formação Humana;
<b>GEEIQ</b>	Grupo de Estudos em Educação Escolar Indígena e Quilombola
<b>GLEI</b>	Grupo de Leitura em Estudos da Infância;
<b>NEPILS</b>	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Interiorização da Língua De Sinais;
<b>NEPIS</b>	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância no Semiárido
<b>NUDES</b>	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Diversidade de Gênero e Sexual; o NUDES possui o Observatório da Diversidade Étnico-racial, Gênero e Sexualidades.
<b>NUPEAH</b>	Núcleo de Pesquisa de Arqueologia e História, o qual tem direcionado ao curso estudos na área da Educação Patrimonial;

### *Sobre a Brinquedoteca*

De forma geral, a brinquedoteca representa um espaço da universidade aberto à comunidade, onde recebemos crianças deste município e das cidades vizinhas para usufruir do espaço. Segundo Sommerhalder e Alves (2011, p. 68) a brinquedoteca:

É um espaço cuidadosamente planejado e organizado para a concretização do brincar. Brinquedos variados, coloridos, novos, de madeira, plástico, metal, pano etc. que permitem a realização de desejos, proporcionando à criança a oportunidade de brincar conforme sua vontade. Entretanto, a brinquedoteca não é apenas um lugar de brinquedo. Os objetos inertes nas estantes, quando chegam às mãos da criança, adquirem vida.

A brinquedoteca é um espaço de desenvolvimento infantil e tem os seguintes objetivos: a) oferecer atividades lúdicas para as crianças da educação infantil e do ensino fundamental; b) estimular o desenvolvimento motor, intelectual, emocional e social por meio do brincar e c) desenvolver a criatividade, a concentração e sociabilidade das crianças através da brincadeira. Encontra-se localizada no anexo 2 do campus (anexo Mandacaru), a sala está dividida em cantos temáticos: cantinho da fantasia; dos jogos; da pintura e da casinha. Possui um espaço aberto que pode ser utilizado para leitura e/ou para brincadeira livre. Wanderlind e Martins (2006) salientam que é justamente por meio da organização da brinquedoteca, que se torna possível disponibilizar de um âmbito com inúmeras maneiras de relações grupais, favorecendo diversas formas de aprendizagens.

Com relação à brinquedoteca do campus é importante frisar que esta se mantém por

meio de doações de docentes, funcionários e principalmente discentes das licenciaturas.

A presença de uma brinquedoteca no campus contribui para a formação das/os futuras/os professoras/es, pois é preciso considerar a criança nesse espaço como sujeito, pensando a brinquedoteca como lócus privilegiado, levando as/os discentes a perceberem na prática, ainda na graduação, os conhecimentos teóricos estudados em sala. Ou seja, favorece para que as/os estudantes unam teoria e prática, e reflitam sobre uma nova práxis pedagógica, bem como sejam capazes de desenvolver pesquisas por meio da observação desse âmbito, vasto em possibilidades de produção de conhecimento. No que toca à Libras, o curso discutido formas de atendimento especializado as/aos discentes surdos e buscando efetivar ações de elaboração de materiais didáticos e acessibilidades.

## **5. METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

As aulas também contam com a diversidade de objetivos e formas de relação com a realidade local, uma vez que se prima pela relação dos/as discentes com a realidade escolar, problematizando temas relacionados à educação formal e informal e articulando-os nos componentes curriculares já no primeiro período, por isso, as metodologias buscam atrelar-se ao disposto do art. 5º da Resolução nº 02/2015. Como metodologias, o curso de Pedagogia prioriza aulas com:

- a. Círculos de debates e seminários com o intuito de desenvolver habilidades como trabalho em equipe, desenvolvimento da linguagem e comunicação, da articulação entre teoria e prática de modo a incentivar a análise da realidade educacional nos debates e apresentações. Esta metodologia contribui com o normatizado na Resolução nº 02/2015, art 5º, a qual prima pela integração e interdisciplinaridade, pela práxis como expressão da articulação teoria-prática; além do acompanhamento das transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento (inciso V). Trabalhos em equipe, nos mais diversos formatos, executados ao longo de todas as disciplinas do curso contribuem como exercícios de produção em grupo – o que se demonstra fundamental para as/os egressas/os que atuarão em equipe num futuro profissional;
- b. Exposições teóricas e conceituais em aulas expositivas, e socializações individuais e grupais – para a identificação dos problemas socioculturais e educacional em sua complexidade. As aulas também contam com a diversidade de objetivos e formas de relação com a realidade local, uma vez que se prima pela relação dos discentes com a realidade escolar

problematizando temas relacionados à educação formal e informal e articulando-os nos componentes curriculares já no primeiro período;

- c. Elaboração, uso e aplicação de entrevistas, questionários, observações e diagnósticos articulados às aulas de modo que as/os discentes articulem teoria e prática, analisando a realidade dos profissionais da educação, da situação das escolas e seus sentidos na região; também, como preparo à pesquisa científica;
- d. Realização de estudos científicos, executados como atividades das disciplinas, como atividades de projetos/grupos de pesquisa, entre outras formas, de modo a desenvolver a linguagem acadêmica e a capacidade de apreensão e abstração do real através de processo teórico-reflexivos. A participação das/os graduandas/os em atividades/grupos/núcleo/projetos de pesquisa permitirá aos/às mesmos/as construir as capacidades mínimas para executarem, no exercício do magistério, investigação dos problemas educacionais na realidade do local de trabalho;
- e. Exibição de filmes e documentários – com o propósito de usar estes recursos como mediadores de reflexões e análises, além de apropriação da arte visual como possibilidade de formação docente;
- f. Elaboração de materiais didáticos – esse momento é compreendido como imprescindível para o desenvolvimento de habilidades pedagógicas dentro de uma proposta lúdica e diversificada, de modo a levar a/o aluna/o a adaptação dos materiais à sua realidade enquanto profissional e vice-versa;
- g. Micro-aulas – momento em que as/os discentes são levados a desenvolver a sistematização pedagógica e a competência em termos de planejamento didático e metodológico. Micro-aulas executadas pelos/as estudantes na graduação, bem como o estágio curricular e o engajamento em projetos não obrigatórios, como o PIBID, por exemplo, podem oferecer subsídios para as/os graduandas/os exercerem a regência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental quando egressas/os;
- h. Incentivo ao uso das tecnologias da informação e da comunicação estarão integradas ao processo de ensino e aprendizagem, através do acesso a laboratórios e da elaboração de aulas com tecnologias diversificadas.

## **6. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

Importa observar, em primeiro lugar, que a questão central da prática da avaliação na escola não está nos instrumentos, mas sim na postura pedagógica e conseqüentemente na prática da avaliação. Por exemplo, é impossível praticar avaliação dentro de um projeto pedagógico tradicional,



que espera que o educando “esteja sempre pronto”, daí as provas serem pontuais (...). Um projeto pedagógico que sustente uma prática de avaliação tem na sua base a crença de que o ser humano é um ser em desenvolvimento, um ser em construção permanente. A avaliação é um ato subsidiário da obtenção de resultados os mais satisfatórios possíveis, portanto subsidiária de um processo, de um movimento construtivo. Portanto, é um instrumento de busca de construção, por isso funciona articulado com um projeto pedagógico que se assume, que se crê e se efetua construtivamente. (Material obtido pelo *website* de Cipriano Carlos Luckesi, 2014).

A avaliação da aprendizagem, compreendida como um processo formativo e processual, corrobora com uma reflexão crítica sobre a prática a fim de que a/o discente e a/o docente tenham como ponto de partida a possibilidade de novas estratégias de planejamento. Portanto, é um processo contínuo e democrático, incorporando o cuidado com o alcance de objetivos claros e definidos conforme os princípios da formação docente da garantia de padrão de qualidade, articulação teoria-prática com vistas ao domínio de conhecimentos científicos e didáticos, formação com sólida base teórica e interdisciplinar, a formação da capacidade de autonomia e responsabilidade pelo próprio processo de aprendizagem da/do educanda/o. Portanto, a avaliação se baseia nas ideias de Vasconcelos (2003), Luckesi (2010), para quem a avaliação é um processo formador e não punitivo e desumanizante.

Diante dessa perspectiva, a avaliação da aprendizagem das/os discentes se dá através de instrumentos avaliativos diversos, quais sejam, estudos individuais e coletivos – para tanto, as/os alunas/os contam com o acervo da biblioteca do Campus, acesso à textos em pdf, revistas científicas digitais e impressas - estudos dirigidos, debates de conteúdos, prova escrita individual, relatórios, resumos, textos dissertativos, artigos científicos, relatos de experiência, resenhas críticas de filmes e livros, os quais intentam aferir e verificar o nível de interpretação, análise, abstração teórica e conceitual, levantamento de hipóteses e problemas; além de elementos posturais como: acompanhamento das aulas, participação, frequência às aulas, envolvimento e aptidão no trabalho em equipe.

Quanto à forma de acompanhamento e avaliação do processos de ensino-aprendizagem, o curso se orienta a partir do Regimento da Universidade Federal de Alagoas, o qual normatiza, nos artigos 41 a 48 que a avaliação deve ser bimestral compreendendo AB, em número de 02 (duas), por semestre letivo, com Prova Final (PF), quando for o caso e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O curso, priora, fundamentado nesse Regimento, a não realização de qualquer atividade de avaliação, inclusive prova final, antes de decorridas, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas da divulgação das notas, e garante a/ao discente, caso seja reprovado que, decorridas quarenta

e oito horas após a divulgação da nota, que a mesma seja revisada por um grupo de docentes especializados, designado pelo Colegiado do Curso, caso haja necessidade.

Também define que a Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas obtidas nas 02 (duas) Avaliações Bimestrais, considerando aprovado, livre de prova final, o discente que alcançar nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, igual ou superior a 7,00 (sete). A reprovação do discente é automática quando ela/ele apresentar avaliação de nota final das Avaliações Bimestrais inferior a 5,00 (cinco). Quanto à forma de Avaliação Bimestral (AB), esta deve ser limitada, sempre que possível, aos conteúdos desenvolvidos no respectivo bimestre e resultante de mais de um instrumento de avaliação. Ainda segundo o Regimento, o discente que alcançar nota inferior a 7,00 (sete), em uma das duas Avaliações Bimestrais (AB), terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve a menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a maior nota. E o discente que obtiver a Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete), terá direito a prestar a Prova Final (PF).

É importante destacar que o curso de Pedagogia prioriza o que é determinado no Calendário Acadêmico da UFAL de cada período letivo quanto aos períodos de realização de reavaliações e provas finais. Quanto à esta última, o discente será aprovado quando alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos), sendo que este cálculo para a obtenção da média final é a média ponderada da Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, com peso 6 (seis) e da nota da Prova Final (PF), com peso 4 (quatro). O curso também assegura que o discente impedido/o a comparecer à Prova Final por motivo comprovado legalmente, tenha direito à realiza-la em até 05 (cinco dias) da realização da primeira chamada, sob a condição de requerer sua realização, formalmente, ao Colegiado do Curso em até 48h da realização da mesma.

Também configura avaliação o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), componente curricular obrigatório em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFAL. A avaliação do TCC deverá acontecer através de 01 (uma) única nota, dada após a entrega do trabalho definitivo, sendo considerada a nota mínima 7,0 (sete). O Regimento orienta que além das médias finais das disciplinas, o histórico do discente conterá o Coeficiente de Rendimento Escolar Recente e o Coeficiente de Rendimento Escolar Total. O Coeficiente de Rendimento Escolar Recente é a média ponderada das médias finais obtidas nas disciplinas cursadas, no último período letivo, com pesos iguais às respectivas cargas horárias. E o Coeficiente de Rendimento Escolar Total é a média ponderada das médias

finais obtidas nas disciplinas cursadas até o último período letivo frequentado, com pesos iguais às respectivas cargas horárias. O curso também assegura que aquelas/es discentes com necessidades específicas, a saber, em licença maternidade, licença por problemas de saúde e portadores de necessidades especiais ou transtornos de aprendizagem, tenham acesso e direito à formas de avaliação diferenciadas, conforme as possibilidades das/dos discentes.

## **7.USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM**

O processo formativo para a utilização das TDIC é propagado por domínios relacionados a diversos aspectos que complementam a metodologia pedagógica, aprendizagem, construção do conhecimento e práticas diferentes e diversas. Dessa forma, quando se utiliza as TDIC em sala de aula após um processo formativo percebe-se o potencial das mesmas em promover transformações nos sujeitos, nos processos pedagógicos, no currículo e até na maneira de avaliar.

O conhecimento é desenvolvido pela capacidade interpretativa dos assuntos abordados em sala, essa capacidade só é possível pelo processo de comunicação, particularmente a multimodal e a compartilhada. É explícito que docentes e discentes já compreendem que o processo de ensino e aprendizagem não mais se constitui pela transmissão passiva dos dados, porém, com informações movimentadas, compartilhadas, coletivas e associadas ao entorno que se pertence.

Importa salientar que mesmo compreendendo o processo de transmissão, as/os docentes estabelecem em grande maioria práticas inovadoras superficiais com as TDIC, sobretudo, em atividades e estratégias pedagógicas diferentes, emergindo as mais convencionais. Um processo formativo deve se atentar em atender as seguintes necessidades tecnológicas:

- 1) Contextualizar as TDIC a partir da conjunção docente e discente;
- 2) Avaliar o potencial das TDIC pedagogicamente antes de utilizá-la;
- 3) Conhecer as suas peculiaridades para entender em que perspectiva direcionar;
- 4) Como alcançar a/o discente e galgar resultados significativos;
- 5) Definir o tipo de abordagem pedagógica e tecnológica, além de buscar integrar interesse e funções no contexto da sala de aula.

O cenário referido admite que o acesso crescente às TDIC oportunize possibilidades expressivas, assim como, apresenta desafios simples e complexos. Estas evidenciam um meio de alcançar públicos que transcendem o contexto tradicional (ainda existente no âmbito educacional em ambos os países), logo, é necessário ampliar e igualar o acesso, não às TDIC somente, mas às competências e habilidades indispensáveis para integrá-las e utilizá-las criativamente, significativamente e efetivamente no panorama educativo. Segundo Silva (2015) necessário compreender que o potencial tecnológico a ser utilizado em sala de aula, cursos, programas e nos processos formativos devem se relacionar primeiramente com os espaços e práticas pedagógicas existentes, logo, essa relação também se caracteriza pelas culturas as quais se pertencem, os conteúdos ensinados e aprendidos.

## **8. OUTRAS AVALIAÇÕES**

Conforme o disposto na Lei nº 10.861/2004 (Lei do Sinaes), O PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017), o curso de Pedagogia conta com avaliações propostas e definidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Campus. Esta Comissão, regulamentada também pelo Estatuto e Regimento da UFAL (artigos 107 a 109), é autônoma em relação à gestão acadêmica local. Além de ser comprometida com a informações coletadas sobre a instituição de modo a preservar seus sentidos e formas. Soma-se a esses princípios, a valorização dos órgãos e sujeitos que compõem a UFAL, respeitando sua expressão livre e crítica, comprometendo-se com a melhoria da qualidade da educação para fins de uma sociedade igualitária e solidária e difusão éticos e democráticos. As atividades da CPA consistem na coordenação dos procedimentos de construção, sistematização, implantação e implementação da auto-avaliação no âmbito da UFAL, além da preservação e promoção de uma cultura avaliativa no âmbito da UFAL que estimule a melhoria da qualidade educativa pela otimização das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Outra forma de avaliação adotada no Campus e no Curso é o ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), cujo objetivo é avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes

com relação à realidade brasileira e mundial, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Conforme o relatório ENADE de 2014.

O cálculo do Conceito ENADE é realizado para o conjunto de cursos de uma Instituição de Educação Superior que compõem uma área de abrangência no ENADE em um mesmo município. A nota final do curso depende do desempenho dos estudantes concluintes no Componente de Conhecimento Específico e no Componente de Formação Geral. A parte referente ao Componente Específico contribui com 75% da nota final, enquanto a parcela referente à Formação Geral contribui com 25%, em consonância com o número de questões da prova, 30 e 10, respectivamente. Todas as fórmulas utilizadas para o cômputo das notas estão expressas no relatório completo da Área, disponibilizado na Internet. O quadro seguinte indica os diferentes intervalos de notas possíveis e os conceitos correspondentes a esses intervalos. Os conceitos utilizados no ENADE variaram de 1 a 5, e, à medida que esse valor aumenta, melhor terá sido o desempenho no exame.

No caso do Curso de Pedagogia, a nota no ENADE-2014 foi 04 (quatro) e se configura necessária para a construção de ações pedagógicas e administrativas para melhoria da qualidade da formação inicial dos estudantes.

No momento, o NDE, junto ao Colegiado do Curso está organizando formas avaliativas específicas ao curso que contribuam tanto com avaliação das/dos discentes como das/dos docentes, assim como meios concretos legais e institucionais de melhorar os resultados.

O curso já iniciou uma rede de contatos que futuramente ainda não dispõe de uma política de avaliação das/dos egressos, nem do desenvolvimento das disciplinas. O acompanhamento das/dos egressas/os tem se dado através das redes sociais em página administrada por professoras/es da Pedagogia<sup>15</sup>- Toda Pedagogia UFAL/Sertão, e nos editais de concursos e seleções no qual identificamos a aprovação de nossas/os egressas/os.

No que toca a avaliação do PPC, o curso dispõe da ação do NDE, o qual periodicamente propõe discussão e análises de seu processo e efetivação.

Em 2018, a gestão do campus aplicou um questionário de avaliação interna entre os discentes.

## **9. APOIO A/AOS DISCENTES**

---

<sup>15</sup> Link da pagina: <https://www.facebook.com/groups/548559261924629/>

**Acadêmico:** o apoio oferecido pelo curso de Licenciatura em Pedagogia e pela UFAL em geral a/ao estudante no que diz respeito ao seu desenvolvimento acadêmico, ou seja, à sua formação no nível da graduação. Inclui-se aqui as ações/projetos/atividades institucionais que já são, no momento de criação do presente documento, ativas e oficiais dentro da instituição, mas ressalta-se também a possibilidade de novas ações/projetos vindouros contemplarem também o apoio acadêmico de formas não previstas no momento.

Entre as ações/projetos/atividades institucionais vigentes, dispomos do: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Monitoria, Programa Residência Pedagógica. Cada um a sua maneira, com a oferta de bolsas ou não, incrementa a formação acadêmica e provê apoio pedagógico à atividade acadêmica extra-sala em execução. O PIBID permite que graduandas/os sejam inseridas/os e permaneçam na rede pública de ensino inserindo-se na experiência docente. O apoio acadêmico é ofertado pela/o docente da UFAL que coordena o programa, dentro da metodologia adotada no momento, e também pela professora da própria escola ligada as/aos graduandas/os, que está formalmente vinculada ao programa. O Programa de Monitoria é ofertado pela UFAL não apenas para o curso de Pedagogia, e oferece a experiência de a/o licenciada/o ser monitor de uma das disciplinas do próprio curso, na UFAL Campus do Sertão. O apoio acadêmico é ofertado pelas/os docentes da UFAL que ministram formalmente cada disciplina no semestre letivo em questão. Já o Programa Residência Pedagógica antecipa os estágios das/dos licenciandas/os em Pedagogia e permite uma circulação grande dos mesmos pelos vários ciclos/etapas de ensino na escola pública. O apoio acadêmico é ofertado pelo( docente da UFAL que coordena o programa, dentro da metodologia adotada no momento.

Outras formas de apoio acadêmico são ofertadas de maneira mais pontual, por meio de tarefas conduzidas pela coordenação do curso, principalmente a partir da demanda dos próprias/os estudantes, quando a mesma ocorre. É o caso, por exemplo de intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios (remunerados ou não); os quais a coordenação pode estudar a viabilidade de inclusão no currículo do estudante como ACC, por exemplo (caso atenda aos critérios das normas em vigor relativas às ACCs). Outro exemplo são os casos de intercâmbios nacionais e internacionais, feito por graduandas/os, onde a coordenação tem todo o interesse de prover o maior aproveitamento possível das disciplinas cursadas fora da UFAL pela/o estudante. A escolha das disciplinas na nova

instituição, por exemplo, e o acompanhamento quando do retorno do intercâmbio são exemplos de tarefas que podem apoiar a/o graduanda/o neste tipo de experiência acadêmica.

Especificamente em relação as/aos estudantes com algum tipo de deficiência ou com necessidades educacionais especiais, o apoio acadêmico objetiva promover acessibilidade adequada para garantir o ensino. Neste sentido, apoio do tipo metodológico e/ou instrumental podem ser requeridos da UFAL aos setores de acessibilidade, NAC e NAE, por exemplo, em articulação com a coordenação do curso. Há ainda a possibilidade de atendimento educacional especializado, conforme determina o Decreto 7611/2011, com objetivo de ofertar diferentes formas de apoio a alunos com necessidades específicas (exemplo: criação de critérios de avaliação específicos e adequados; preparação e confecção de material didático; adequação das linguagens das aulas).

**Assistência Estudantil:** A oferta de bolsas pela UFAL – destacando alguns programas existentes, como Programa Bolsas de Permanência (PBP) – consta, devido à realidade atual do sertão alagoano, como ação fundamental para a permanência das/dos graduandas/os, especialmente para aquelas/es que não tem qualquer vínculo empregatício e se dedicam integralmente à graduação. A permanência, porém, não depende apenas de suporte financeiro. Suporte institucional também é oferecido no sentido de promover uma melhora na experiência de se estar na universidade. Como se trata de uma experiência complexa, que afeta os envolvidos de variadas formas, o apoio estudantil se estende neste sentido às ações de acolhimento promovidas pela coordenação e colegiado do curso a cada novo ano letivo (a cada entrada de nova turma), por exemplo. Além disso, a UFAL em geral oferta por meio do NAE serviço de apoio psicológico que pode ser acessado pelo corpo discente com intuito de obter acompanhamento permanente da sua estada na universidade e dos desdobramentos pessoais e subjetivos relativo à esta experiência.

## **10. INFRAESTRUTURA**

Como infraestrutura, o curso conta com 08 salas de aula, um laboratório de informática, o LIAPI – Laboratório de Interativo de Aprendizagem Interdisciplinar que atende ao PIBID-Pedagogia, aos projetos de extensão e pesquisas ligados ao curso, a Brinquedoteca situada no anexo Mandacaru, uma sala para a Coordenação do Curso, uma sala para docentes, a biblioteca central do campus, além das salas de atendimento

administrativo: Secretaria de Cursos, DRCA, Direção Acadêmica e Direção Geral. Os Núcleos (acima citados) possuem salas específicas com equipamentos adequados ao desenvolvimento de atividades como estudos, orientações e reuniões.

O Campus possui rampas e banheiros com acessibilidade, pois compreende a necessidade de resguardar o direito das pessoas portadoras de necessidades especiais.

## **11. REFERÊNCIAS:**

ALAGOAS. **Lei nº 6.757**, de agosto de 2006. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o período de 2006 a 2015. Alagoas, Maceió, agosto de 2006.

ALAGOAS. Lei nº 7.795, de 22 de janeiro de 2016. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE). **Diário Oficial do Estado de Alagoas**. Alagoas, Maceió, 25 de janeiro de 2016a.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico. **Perfil Municipal**: Delmiro Gouveia. Alagoas, Maceió, 2014.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Propostas curriculares em questão: saberes e docentes e trajetórias da educação. *In*: CUNHA, Maria Isabel da (Org.). **Reflexões e Práticas em Pedagogia Universitária**. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

ANDRADE, J. A. V. et. al. As influências das transferências de renda no Estado de Alagoas: um link entre os principais programas socioeconômicos vigentes. *In*: 13º CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE MUNDIAL DE RENDA BÁSICA, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA-USP, 2010.

BRASIL, **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de junho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 6 de junho de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília, abril, 2016.

BRASIL. **Resolução nº 02 de 01 de julho de 2015**. Brasília, DF: Senado, 2015.



BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, 15 de maio de 2006**: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)>. Acesso em: 08 ago. 2018..

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012: Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10988rcp002-12-pdf&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012**: Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10889rcp001-12&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 12 de dez. de 2018. \_\_\_\_\_

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf). Acesso em: 12 de dez. 2018

CARVALHO, C. P. **Economia Popular**: uma via de modernização para Alagoas. 3. ed. Maceió: Edufal, 2008.

NASCIMENTO, Edvaldo Francisco do. **Delmiro Gouveia e a Educação na Pedra**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2014.

PAVEZI, M. **Políticas de Educação Especial no Estado de Alagoas**. 2018. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

SILVA, Robson Santos da. **Ambientes virtuais e multiplataformas online na EAD**: didática design tecnológico de cursos digitais. São Paulo: Novatec, 2015.

SOMMERHALDER, Aline; ALVES, Fernando Donizete. **Jogo e a Educação da Infância**: Muito prazer em aprender. Curitiba: CRV, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação Básica e Ensino Superior: projeto- político-pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Cultura e Educação nas Alagoas: História, Histórias**. 3. ed. Maceió: AL Educação, 2006.

WANDERLIND, Fernanda; MARTINS, Gabriela Dal Forno et al. Diferenças de Gênero no Brincar de Crianças Pré-Escolares e escolares na brinquedoteca. **Paidéia**. v.16, n. 34, 2006, p.263-273. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n34/v16n34a14.pdf>> Acesso em: 17/08/2017

## **12. ANEXOS**

## **13. APÊNDICES**

### **APÊNDICE A**

### **MANUAL DE ESTÁGIO**

## APÊNDICE B

### ATIVIDADES COMPLEMENTARES

#### FOTOS DO I VARAL PEDAGÓGICO 2018.1 – ESTÁGIO SUPERVISIONADO

